



UFRJ

DOIS CAMINHOS PARA O CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO:
O DEBATE ENTRE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E RUY MAURO MARINI

Adolfo Wagner

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Aluizio Alves Filho

Rio de Janeiro
Junho de 2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DOIS CAMINHOS PARA O CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO:
O DEBATE ENTRE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E RUY MAURO MARINI

Adolfo Wagner

Orientador: Aluízio Alves Filho

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Aluízio Alves Filho

Prof. André Pereira Botelho

Prof. Antonio Celso Alves Pereira

Rio de Janeiro
Junho de 2005

Wagner, Adolfo.

Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini/ Adolfo Wagner. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2005.

xi, 165f.: 30 cm.

Orientador: Aluizio Alves Filho.

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2005.

Referências Bibliográficas: f.151-155.

1. Capitalismo. 2. Cientistas brasileiros. 3. Teoria da dependência. 4. Intelectuais. 5. América Latina. I. Alves Filho, Aluizio. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-graduação em Ciência Política. III. Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini.

RESUMO

DOIS CAMINHOS PARA O CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO: O DEBATE ENTRE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E RUY MAURO MARINI

Adolfo Wagner

Orientador: Aluizio Alves Filho

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Este trabalho tem por objetivo situar historicamente o debate realizado por dois dos mais expressivos cientistas sociais brasileiros durante a década de 70. Em questão, as possibilidades para o desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos e, particularmente, no Brasil. Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini posicionando-se, a princípio, no interior de uma mesma arena intelectual – a teoria da dependência – desenvolverão, em suas trajetórias, leituras e posições muito diferenciadas e até mesmo antagônicas sobre o tema. Nosso objetivo é interpretá-las, inserindo-as na totalidade histórica da qual seus autores fazem parte, verificando seus pontos sociais de vista e horizontes intelectuais e políticos.

Palavras-chave: capitalismo, cientistas brasileiros, teoria da dependência, intelectuais, América Latina.

Rio de Janeiro

Junho de 2005

ABSTRACT

DOIS CAMINHOS PARA O CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO:
O DEBATE ENTRE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E RUY MAURO MARINI

Adolfo Wagner

Orientador: Aluizio Alves Filho

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

This research aims to historically situate the debate between two of the most outstanding brazilian social scientists during the 70's decade. The possibilities for capitalism development in the latin-american countries, particularly in Brazil, are being pointed out. Fernando Henrique Cardoso and Ruy Mauro Marini, at first, positioning themselves in the same intellectual arena – the dependence theory – will develop in their trajectories very different and even antagonic opinions about the theme. Our objective is to interpret and insert them in the hole historical context, of which the authors are part, verifying theirs social points of view and intellectual and political horizons.

Key words: *capitalism, brazilian scientists, dependence theory, intellectuals, Latin America.*

Rio de Janeiro
Junho de 2005

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi fundamentalmente o resultado do exercício de duas qualidades: paciência e perseverança. Qualidades, estas, postas à prova não por mim, mas por aqueles que me cercam. Gostaria de listar aqui todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente para que esse dia chegasse. Mas são muitos os nomes e receio acabar cometendo algum ato de injustiça por esquecimento. De uma forma geral, gostaria de pedir desculpas pela ausência e agradecer pela compreensão que tiveram, sabedores que são da minha capacidade em adiar o urgente.

Quero, porém, utilizar este espaço para alguns agradecimentos especiais.

Em primeiro lugar, ao professor Aluizio Alves Filho, orientador dessa dissertação, que sem sua insistência não chegaria ao fim.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/IFCS) pela convivência e a paciência que tiveram com todos nós.

Ao professor Theotonio dos Santos, pela cordialidade com que me recebeu em sua casa e pelo testemunho que fez sobre tempos passados e presentes, que tanto nos ajudou em nossa dissertação.

Às direções, colegas e alunos da EM Joaquim da Costa Ribeiro e EM Sandro Moreira, pela paciência com que lidaram com minhas ausências.

À Márcia Guerra, a quem devo muito e um pouco mais, sempre a me mostrar a luz no final do túnel.

À Dedé, Vavá, Ana e Carmem, com quem minhas dívidas vêm desde os tempos da graduação.

A Chico e Pérola, por me ensinarem um pouco de tudo nesses anos que passaram.

A vocês, obrigado por tudo.

A César e Ivone,
por me permitirem o aprender em liberdade.

À Lu e Aninha,
pelo carinho e pela paciência que nunca faltaram.

Ao Gabriel e ao João Pedro,
afirmações de vida e esperança.

A todos que insistem e persistem na velha idéia
de conhecer o mundo para transformá-lo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Diferenças entre o máximo e o mínimo da produção industrial, antes e durante a recessão nos principais países imperialistas	96
Tabela 2	Máximo de desemprego durante a recessão de 1974/1975	97
Tabela 3	Taxa de alta do custo de vida nos principais países imperialistas	98
Tabela 4	Déficits do balanço de pagamentos de países dependentes e semicoloniais em 1974 (em bilhões de dólares)	101
Tabela 5	Concentração da Renda no Brasil (1960-1976)	107
Tabela 6	Salário Mínimo e Alimentação Mensal Mínima: Tempo de Trabalho Necessário Para a Compra da Ração Alimentar Mínima (Definida pelo Decreto-Lei 399 de 30 de abril de 1938) Média por Ano	108

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1. Preliminares metodológicas	4
A determinação social do conhecimento	
<i>O positivismo e a naturalização do mundo</i>	
<i>Max Weber e a ciência axiologicamente neutra</i>	
<i>Ciência e ideologia na perspectiva de uma sociologia crítica do conhecimento</i>	
Visão social de mundo, ideologia e utopia	
Os princípios para o conhecimento científico	
A posição do intelectual na sociedade de classes	
Capítulo 2. A arena intelectual do debate entre Cardoso e Marini	18
Os antecedentes teóricos e históricos da <i>Teoria da Dependência</i>	
<i>A Cepal e a Teoria do Subdesenvolvimento</i>	
A Teoria do Subdesenvolvimento em Celso Furtado	
<i>O PCB e a revolução democrático-burguesa</i>	
<i>A Teoria da Modernização</i>	
W.W. Rostow e as etapas do desenvolvimento econômico	
<i>A Aliança para o Progresso: desenvolvimento ou contra-insurgência?</i>	
Gino Germani e a modernização da América Latina	
A Teoria da Dependência	
Capítulo 3. O mundo e o Brasil no final da década de 70	83

Os marcos teóricos para a análise da conjuntura dos anos 70

Os ciclos e as ondas longas

Algumas tendências do processo de acumulação sob o capitalismo tardio

A crise recessiva internacional de 1974/75

Outros aspectos da conjuntura internacional do período

A crise do regime ditatorial brasileiro e os caminhos da transição

O Brasil do Milagre

A crise da ditadura militar e a política de distensão outorgada

As ciências sociais no Brasil na virada da década de 70

Capítulo 4. Marini e Cardoso: Duas visões sobre o capitalismo brasileiro

119

Duas trajetórias contrastantes

Fernando Henrique – dos bancos da Universidade de São Paulo para o Movimento Democrático Brasileiro

Ruy Mauro Marini – uma vida em militância e exílio

A Dialética da Dependência: uma interpretação marxista do capitalismo dependente

A crítica e a crítica de Fernando Henrique Cardoso

As razões do neodesenvolvimentismo – uma réplica sem tréplica

Conclusão

147

Referências bibliográficas

151

Introdução

A indagação que originou essa dissertação de mestrado data do período em que cursávamos o bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. O ano era 1994, quando Fernando Henrique Cardoso venceu as eleições presidenciais. A frente partidária que sustentava sua candidatura era articulada em torno de uma plataforma marcada pelas propostas de reforma neoliberal e composta por um arco de agremiações entre as quais configuravam aquelas cujos principais representantes haviam desempenhado importante papel na sustentação do regime ditatorial instalado no país com o golpe militar de 1964. À época, como muito outros estudantes, nós perguntávamos se havia relações entre as posições adotadas pelo recém eleito presidente da República e as historicamente defendidas pelo sociólogo. Será que havia algum fundo de verdade na frase atribuída a Fernando Henrique Cardoso que teria dito: *esqueçam tudo o que escrevi?* Ou o novo presidente estava apenas dando conseqüência ao que já afirmava antes em seus livros?

Originalmente nossa intenção era a de investigar a trajetória intelectual do sociólogo-presidente e buscar elementos que permitissem compreender se concretamente existia um *deslocamento* entre as suas posições de outrora e as de então. Víamos nesse esforço a possibilidade de tentar compreender o comportamento de um conjunto de intelectuais que pareciam ter se movimentado de forma bastante parecida a do presidente.

O tempo, porém, foi nosso adversário e nos demos conta de que a intenção era por demais ousada. Optamos por delimitar e precisar um período sobre o qual desenvolveríamos a pesquisa. Foi então que no ano de 2002 tivemos acesso aos textos nos quais Ruy Mauro Marini polemizava com Cardoso sobre as possibilidades de desenvolvimento das economias capitalistas dependentes. Em uma reunião de orientação acabamos nos definindo pelo recorte que deu origem a este trabalho.

Um debate é sempre um momento de revelação. Na contenda as posições de uns e outros se tornam mais nítidas, pois ao mesmo tempo em que se busca e explora as fraquezas do argumento do adversário, toma-se cuidado para não se deixar cair em contradição. Isso acaba provocando um movimento em direção ao refinamento das categorias e noções que são expressas a partir dos pontos de vista de cada um dos envolvidos.

Mas algo assim pode também não acontecer e o debate acabar contribuindo para que não compreendamos ou nos aproximemos da compreensão do que verdadeiramente pode estar em jogo. Portanto, não basta apenas tomar aquilo que é dito. É preciso partir daí, mas inserindo a contenda no contexto histórico em que se desenvolve.

A polêmica travada por estes dois importantes cientistas sociais, tendo por móvel a chamada *teoria da dependência*, ocorreu na década de 1970 sendo mais intensa no final desta. Essa dissertação tem por propósitos:

a) localizar as questões que estavam no centro do debate entre os dois, bem como os argumentos de cada um;

b) ao recuperar o contexto histórico em que a polêmica se travou, ensejamos compreender as questões subjacentes àquelas posições, particularmente os pontos sociais de vista dos quais Cardoso e Marini partiram e os horizontes intelectuais e políticos abertos por eles.

O primeiro capítulo consiste de uma breve explicação dos pressupostos metodológicos que utilizamos para definir nossa problemática; pressupostos que orientaram a pesquisa.

O segundo capítulo é uma exposição da *arena intelectual* na qual o debate entre Cardoso e Marini se desenrola. Aqui buscamos extrair os que, na nossa compreensão, seriam os denominadores comuns de onde parte e com os quais dialoga a teoria da dependência.

O terceiro capítulo é uma descrição da conjuntura brasileira da década de 1970, aonde tentamos apresentar subsídios que nos permitissem ao final do nosso trabalho compreender as movimentações, os argumentos e as motivações destes dois cientistas sociais.

O quarto e último capítulo parte da reconstituição da trajetória de Cardoso e Marini, particularmente até o período em que focamos nosso estudo. Daí apresentarmos uma síntese do que consideramos as principais polêmicas colocadas por um e por outro. Inseridas na totalidade histórica da qual são partes, pudemos alinhar algumas indicações que orientaram o fechamento do nosso trabalho.

Por último nossas conclusões. Estas devem ser vistas, como todo trabalho que se enseja um esforço de elaboração de conhecimento científico, como parciais e limitadas. Vemo-las como um ponto de partida para novas reflexões.

Capítulo 1

Preliminares metodológicas

Todo trabalho com pretensão ao rigor científico remete a opções. Isso é necessário, não apenas para dar clareza ao que se pretende realizar e ao caminho a ser seguido, mas também a idéia que se tem de *construção do conhecimento*.

Julgamos que não é possível pensar em ciência como mera empiricidade capaz de reproduzir o vivido, o cotidiano. Isso quer dizer que não podemos tomar as coisas pela sua aparência. Portanto, precisamos dispor de um conjunto de ferramentas capazes de nos propiciar a tarefa de tentar produzir conhecimentos. A respeito, observa Alves Filho:

Contrariamente ao proceder do senso comum, quem se dedica à atividade científica não toma a chamada realidade imediata como dado que o mero olhar possibilita interpretar e entender. Ao contrário, a atividade científica pressupõe tanto a construção do objeto de estudo quanto das ferramentas que permitam investigá-lo, na tentativa de produzir algo chamado *conhecimento*, sempre provisório e incompleto, sujeito a críticas e a retificações. Análogo a um trabalhador braçal, por exemplo, a um marceneiro que tem que saber escolher a madeira e as ferramentas apropriadas para fabricar um tipo de móvel, um trabalhador intelectual tem que saber construir o objeto de sua pesquisa assim como saber utilizar ferramentas apropriadas (entre as disponíveis) para levar a cabo a sua tarefa.¹

O presente capítulo, o primeiro de nossa dissertação, é justo a tentativa de apresentar os marcos metodológicos e conceituais a partir dos quais a estruturamos. Não fazemos nele um debate sobre as várias questões que serão insinuadas e expressas. O capítulo reflete uma opção e traz consigo, obviamente, problemas que merecem grande atenção. Mas, para não fugirmos ao que nos propomos, evitamos tomar esse caminho.

Isso não quer dizer que as polêmicas que por ventura venhamos a suscitar – sejam por idéias apresentadas ou mal apresentadas – não devam ser tratadas

¹ ALVES FILHO, A. A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia: 86.

posteriormente. Para nós, acima de tudo, este trabalho é o início e não o coroamento de uma reflexão.

A determinação social do conhecimento

Qual é a maneira de lermos um determinado autor? Como podemos compreender um debate entre dois intelectuais e daí tirarmos conclusões sobre suas aproximações e diferenças? Estas preocupações, de uma certa forma, conformam o fio condutor da construção deste trabalho.

A primeira pergunta que nos parece pertinente a fazer é a seguinte: quando um cientista social escreve um livro, um artigo, uma comunicação ou um outro trabalho qualquer, que ponto de vista epistemológico está subjacente a sua iniciativa? Desta pergunta, alguns temas precisam ser desenvolvidos. Em primeiro lugar, o que diferencia um cientista social, como sujeito interessado na produção do conhecimento científico, de uma pessoa que não tem esse tipo de preocupação, ou melhor, que é orientada por padrões típicos do chamado "senso comum"? Em segundo, qual a relação existente entre o contexto histórico-social no qual o debate se inscreve e as posições dos autores?

a) O positivismo e a naturalização do mundo

A tradição positivista, sem fazer distinção entre as ciências da natureza e as da sociedade, parte de algumas premissas bastante difundidas no senso comum. De acordo com Löwy, estas seriam:

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural.

2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como naturalismo positivista) e ser estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados pelas ciências da natureza.

3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos.²

Sem querermos aprofundar uma discussão sobre a concepção positivista de ciência, achamos ser necessário ressaltar algumas conseqüências lógicas da conceituação acima, notadamente no que mais diretamente tem a ver com os propósitos deste trabalho.

Antes de qualquer coisa, ela postula que as leis sociais possuem o mesmo caráter das leis naturais. Portanto, não apenas o método para o estudo destas duas realidades é o mesmo, como ao cientista caberá a mesma atitude objetiva. Este deverá orientar-se pela observação livre de valores, paixões e preconceitos. No caso das ciências sociais, isso resulta em um procedimento que busca mensurar a recorrência de determinados fatos e classificá-los. A ciência pode-se assim dizer, acaba resumida a um procedimento simplesmente técnico.

Comentando essas características do positivismo, Löwy faz uma crítica, ao nosso entender, fundamental a esta escola. Os positivistas não percebem a singularidade das ciências da sociedade em relação às ciências da natureza. Eles ignoram – ou fazem ignorar -a situação especial do cientista que está imerso no objeto para o qual se dirige seu estudo. Ao não assumir este lugar especial de sujeito-objeto e não reconhecer a existência de valores e preconceitos no seu próprio olhar sobre o mundo, o positivista torna-se prisioneiro de sua própria mistificação.

Na realidade, a *boa vontade* positivista enaltecida por liberar-se de um *esforço de objetividade* das pressuposições éticas, sociais ou políticas fundamentais de seu próprio pensamento é uma façanha que faz pensar irresistivelmente na célebre história do Barão de Münchhausen, ou este herói picaresco que consegue, através de um golpe genial, escapar ao pântano onde ele e seu cavalo

² LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*: 17.

estavam sendo tragados, ao puxar a si próprio pelos cabelos... Os que pretendem ser sinceramente seres objetivos são simplesmente aqueles nos quais as pressuposições estão mais profundamente enraizadas.³

Essa *boa vontade* a qual Löwy se refere está relacionada com um certo empenho, da parte do cientista em se livrar através de um exercício de auto-disciplina, justamente do conjunto de juízos que poderia comprometer a objetividade necessária para a aquisição do conhecimento social. É aí que o positivista tornar-se-ia prisioneiro de uma mistificação. Para Löwy, os pressupostos defendidos pelos autores da tradição positiva seriam, em si mesmos, juízos de valores.

Porém, há um outro aspecto que a nosso ver é por demais importante e que precisa ser mencionado aqui: a despeito das críticas que faz aos pressupostos epistemológicos positivistas, Löwy reconhece nessa escola um dado muito importante e ao qual ele chama de seu *núcleo racional*, que seria uma certa vontade de conhecimento, a busca com determinação da verdade, condição *sine qua non* para o exercício da ciência. Este seria, talvez, o critério definitivo que diferenciaria o cientista do apologista. Para este último, não é a verdade ou a sua busca o que importa; ele tem uma determinada idéia a qual defende apaixonadamente. Alhures voltaremos a questão.

b) Max Weber e a ciência axiologicamente neutra

Para Löwy, Weber não deveria ser considerado um sociólogo positivista no sentido clássico. Mas haveria uma aproximação entre este autor e essa escola do pensamento quanto a certos pressupostos epistemológicos, particularmente àquele que defende a idéia de uma ciência axiologicamente neutra.⁴

Muitos podem relutar em encará-lo desta maneira e o próprio Löwy reconhece uma contradição aparente naquilo que seria a *démarche* weberiana. De um lado, Weber não apenas recusa a idéia de uma naturalização do mundo social,

³ Idem: 32.

⁴ Idem: 33.

como assume a importância dos juízos de valor na formação do conhecimento. Mas por outro lado, nega a possibilidade de encontrar respostas cientificamente válidas caso o processo de pesquisa empírica fosse ele influenciado por motivações extracientíficas.⁵

Weber leva em consideração o lugar, o momento histórico e o sujeito que busca o conhecimento. Será a partir do ponto de vista deste – e, portanto, de sua subjetividade - que se formará a problemática a ser estudada, a hipótese a trabalhar, as questões que buscará responder e o *hall* de conceitos que sustentarão o desenvolvimento da pesquisa, além, é claro, da própria definição do objeto. Para sermos mais precisos, é dessa maneira que Weber concebe a construção dos *tipos ideais*. Mas, uma coisa é a sua construção e outra, o curso próprio da pesquisa empírica. Encontramos numa passagem dos *Ensaio sobre Teoria da Ciência* uma síntese disto. Na aludida passagem, reproduzida abaixo, Weber estabelece um paralelo entre o entendimento de uma *demonstração científica* envolvendo atores pertencentes a culturas distintas, uma ocidental e outra oriental.

[...] uma demonstração científica, metodicamente correta, que pretende ter atingido seu fim, deve poder ser reconhecida como exata igualmente por um chinês, ou, mais precisamente, deve ter esse objetivo, embora não seja talvez possível realizá-lo plenamente, em virtude de uma insuficiência de ordem material. Assim também, é verdade que a análise de um ideal destinado a desvendar seu conteúdo e seus axiomas últimos, bem como a explicação das conseqüências que daí decorrem lógica e praticamente quando se deve considerar que a busca foi coroada de êxito, devem igualmente ser válidas para um chinês – embora ele possa não entender nada de nossos imperativos éticos e até mesmo rejeitar (o que por certo ele fará muitas vezes) o próprio ideal e as avaliações concretas decorrentes, sem qualquer contestação ao valor científico da análise teórica.⁶

Resumidamente, o que concebe Weber nessa breve explicação parece resumir aquilo que pensa dever orientar um homem de ciência diante de uma realidade que não é integralmente cognoscível. Daí a necessidade de um princípio de seleção, cujo objetivo será garantir um conhecimento parcial e limitado. É aqui

⁵ Aqui tomamos emprestada uma expressão muito usada por Mannheim.

⁶ WEBER, M. Ensaio sobre a teoria da ciência; apud FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*: 66.

que intervêm a personalidade do cientista. Mas a partir daí cessaria qualquer influência valorativa e aplicar-se-ia os procedimentos considerados comuns da ciência, conseguindo-se assim uma dada objetividade cujos resultados deveriam ser aceitos por quem quer que fosse.

Da ciência, considera Weber, devemos esperar que coloque à disposição um certo número de conhecimentos que nos permitam dominar tecnicamente a vida por meio da previsão e métodos de pensamento que nos permitam obter maior clareza sobre o campo das relações sociais. Ao cientista não caberia fazer julgamentos morais, pois, na medida em que o faz *ele perde a compreensão integral dos fatos*.⁷ Dele, por fim, não podemos ter a indicação do caminho a seguir, mas as possibilidades de escolha com seus respectivos fatores de sucesso ou insucesso, ou seja, uma avaliação da eficácia dos meios em função do fim pretendido (e não uma avaliação de ordem moral desses fins).

[...] O sociólogo tem por tarefa analisar as estruturas da sociedade, as naturezas das convenções, do direito, da política e da economia, e não fazer as vezes de reformador social ou decretar qual a sociedade melhor. [...] Pode-se perguntar à ciência: Que devemos fazer? Como devemos viver? Não dará nenhuma resposta, porque ela é teoria. Esta resposta cada um deve procurar em si mesmo, de acordo com seu gênio ou sua fraqueza.⁸

Para Löwy, porém, aí reside a fragilidade da teoria da ciência de Weber. Reconhecendo sua robustez e sua importância, aponta diretamente para o que seria seu calcanhar-de-aquiles: para ele, ao formularmos uma determinada questão, já trazemos nisto parte da sua própria resposta. Se é assim, então:

a carga valorativa ou ideológica da problemática, repercute necessariamente sobre o conteúdo da pesquisa, e é normal que isso seja questionado pelos cientistas que não partilham desses valores ou pressuposições: eles se recusam, com razão, a partir de seu ponto de vista, a se situar sobre um terreno minado e aceitar um campo que lhes parece falso de antemão.⁹

⁷ WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*: 40.

⁸ FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*: 68.

⁹ LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*: 41-42.

Voltemos à citação que fizemos de Weber, quando diz da opção que alguém faz a partir de um dado campo de alternativas objetivamente apresentadas pela ciência. A idéia de optar, portanto, agir, está diretamente relacionado a uma questão de caráter. Seria somente aqui, neste terreno, que poderíamos pensar em condutas axiologicamente motivadas. É aqui, também, que se inaugura o campo da reflexão ética.

Não é nossa intenção desenvolver este tema no presente trabalho. Apenas fizemos menção a ele para poder reforçar aquilo que, com base em Löwy, consideramos sobre a *atitude científica* em Weber. Löwy chega a afirmar, citando uma passagem do próprio, que este assumiria em certas ocasiões que os valores influenciariam a todo o processo da pesquisa científica. A solução seria, como ele mesmo propõe, que o cientista cumprisse o *dever elementar do controle científico de si mesmo*.¹⁰ Aqui o ponto fraco da teoria da ciência weberiana que mencionamos há pouco. A solução dada a ele, faz-nos retornar a figura picaresca do Barão de Münchhausen e aos positivistas.

c) Ciência e ideologia na perspectiva de uma sociologia crítica do conhecimento

Na obra em que busca sistematizar uma compreensão original do relacionamento entre ciência e ideologia – assim como marcar o lugar do cientista no processo de construção do conhecimento sobre a realidade – Löwy nos apresenta os eixos centrais para a conformação de uma sociologia crítica do conhecimento.

Ao buscar responder às intenções do positivismo e de Weber em conceber uma ciência axiologicamente neutra, ele se baseará nos pressupostos marxistas – particularmente a partir das contribuições de Luckács e Lucien Goldmann – e em um diálogo intenso com Mannheim, para dar corpo a sua démarche, que é a que orientará este nosso trabalho.

¹⁰ WEBER, M. Ensaio sobre a teoria da ciência; apud FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*: 44.

Para Löwy, a primeira tarefa é demonstrar as diferenças entre as ciências da natureza e as da sociedade, contrapondo-se, assim, a um dos pressupostos fundamentais do positivismo. Ele sugere que as especificidades da segunda em relação a primeira seriam as seguintes:

a) o caráter histórico dos fenômenos sociais e culturais, produzidos, reproduzidos e transformados pela ação dos homens. A história, diferentemente da natureza, são os homens que fazem;

b) a identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento. O cientista social é parte da própria realidade que estuda e não tem, portanto, a mesma capacidade de manter-se *à distância*. Dessa forma, é o ponto de vista a partir do qual ele formulará sua problemática que definirá o objeto de estudo, as questões, os conceitos, etc.¹¹

Mas aqui vale ressaltar um dado importante sobre as ciências da natureza. Para Löwy, a afirmação de que elas seriam axiologicamente neutras, corresponderia apenas de certo modo, à verdade. Até certo modo somente porque se é verdade que as ciências ditas exatas foram *neutralizadas* e que as ideologias têm relativamente pouca influência sobre seu valor cognitivo, não é menos verdade que as condições sociais e as opções partidárias determinam, em ampla medida, tudo o que se encontra antes e depois da pesquisa propriamente dita.¹²

Até aqui, Löwy está em concordância com Weber. Mas ele o nega a partir do momento em que afirma a influência dos valores em todo o processo de produção do conhecimento: desde o recorte dos objetos, a formulação das hipóteses até as conclusões teóricas, passando inclusive pela análise dos fatos.

Como o autor das *Aventuras...* propõe a superação do dilema do Barão de Münchhausen?

¹¹ Ponto de vista, este, determinado em função do lugar e do tempo que ele ocupa.

¹² LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*: 199.

Ao buscar compreender as possibilidades da objetividade nas ciências sociais, ele afirma que embora o fazer ciência seja sempre a *intenção-de-verdade*, a busca do conhecimento como objetivo em si, a recusa de substituir este objetivo por finalidades extracientíficas,¹³ esse conhecimento é sempre socialmente determinado. Isso quer dizer que ao construir um saber sobre a sociedade, estamos configurando uma determinada visão social de mundo que, por sua vez, está ligada a certas posições sociais, isto é, aos interesses de grupos e classes sociais.

Dependendo do ponto de vista que se parta, essa visão social de mundo definirá um conjunto de problemáticas e um horizonte intelectual determinado.¹⁴ Podem ser ideológicas ou utópicas, na medida em que pretendam manter a ordem social ou transformá-la, respectivamente. Com isso, temos então, que nem toda produção intelectual é científica. Mas que ciência e ideologia (na sua concepção total), apesar de conceitos distintos articulam-se dialeticamente.

Para situarmos as visões sociais de mundo que *iluminam* o fazer do cientista social é preciso compreendê-las no conjunto da totalidade histórica concreta, ou seja, em relação à conjuntura econômica, social e política dada em um determinado momento. Como sugere, por fim, Miriam Limoeiro Cardoso em um artigo escrito há poucos anos:

Quando tentamos identificar uma ideologia e alcançar os seus sentidos, tendemos a concentrar esforços em apreender seus nexos estruturais, tomando-a como parte de uma dada realidade social. Se bem-sucedidos, conseguimos colocar a ideologia em questão *nas relações sociais* que a sustentam, estabelecendo assim o modo estrutural da sua constituição.¹⁵

Vamos aqui precisar cada um desses aspectos.

¹³ Idem: 214.

¹⁴ Aqui é preciso ressaltar a possibilidade de que a partir do mesmo ponto social de vista venham a se desenvolver diferentes visões de mundo.

¹⁵ CARDOSO, M. L. Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK JQ: 121.

Visão social de mundo, ideologia e utopia

Karl Mannheim, em sua obra *Ideologia e utopia*,¹⁶ define dois tipos distintos de ideologia: a primeira, definida como uma concepção particular e a segunda, uma concepção total de ideologia. A primeira, noção que lembra bastante o conceito no Marx de *A Ideologia Alemã*, teria incluído:

todas as expressões cuja falsidade é devida à ilusão de si mesmo ou de outros, intencional ou não, consciente, semiconsciente ou inconsciente, que ocorre em um nível psicológico e se assemelha estruturalmente à mentira.¹⁷

O segundo termo – ideologia total – é aquele que Löwy passará a designar por *visão social de mundo*. Mannheim, também utiliza a expressão *perspectiva de um pensador*, referindo-se assim ao

modo global do sujeito conceber as coisas, tal como determinado por seu contexto histórico e social.¹⁸

A ideologia total pressupõe que existe uma correspondência entre uma dada situação social e histórica e uma dada perspectiva ou ponto de vista. Este conceito aproxima-se daquilo que Marx fala na *A miséria da Filosofia*:

As categorias econômicas são apenas as expressões teóricas, as abstrações das relações sociais da produção. [...]

[...] Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material, produzem também os princípios, as idéias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais.¹⁹

O que Marx está dizendo nessa passagem é que os homens constroem suas idéias do mundo a partir do tempo e do lugar que ocupam nesse mesmo mundo. Devemos levar em consideração que quando pensamos no lugar que alguém ocupa, deve ser guardada principalmente a referência quanto à situação de classe, que no esquema do marxismo clássico, quer dizer o lugar que se ocupa no processo

¹⁶ MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*.

¹⁷ Idem: 287.

¹⁸ Idem: 288.

¹⁹ MARX, K. *Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do senhor Proudhon*: 98. Este texto é citado por Mannheim para ilustrar o sentido do que ele designou como *concepção total da ideologia*.

produtivo. Mas não se esgota nisso pois esta não é movida apenas pelo interesse econômico.

Löwy vai resumir essa idéia dizendo que:

Os problemas sociais são o palco de objetivos antagônicos das diferentes classes e grupos sociais. Cada classe considera e interpreta o passado e o presente, as relações de produção e as instituições políticas, os conflitos sócio-econômicos e as crises culturais em função de sua experiência, de sua vivência, de sua situação social, de seus interesses, aspirações, temores e desejos.²⁰

Para ele, porém, não é apenas a situação de classe que determina o olhar ou ponto de vista de um cientista social. Este também é determinado por aspectos como nacionalidade, geração, religião, sexo, entre outros. Estes fatores podem tanto estimular como desviar a atenção do sujeito para um ou outro aspecto.

Esse conjunto de determinações vai, portanto, inconscientemente (ou também conscientemente), orientar todas as etapas do trabalho científico. Elas inclusive estabelecem o horizonte intelectual do cientista, compreendendo-se isso como *os limites estruturais intransponíveis do campo de visibilidade cognitiva, o máximo de conhecimento possível a partir de uma dada perspectiva.*²¹

Quanto a diferenciação usada por Löwy entre ideologia e utopia, não pretendemos nos alongar demais no assunto. Para uma rápida definição basta dizer que ao situar uma determinada visão de mundo no interior de uma totalidade,²² esta pode expressar um ponto de vista crítico-social ou conservador. Para facilitar a compreensão dos conceitos de Mannheim, Löwy sugere essa definição: visão social de mundo utópica quando esta expressa um desejo e se orientam na direção da ruptura com a ordem vigente; ideológica, quando esta estiver orientada no sentido da conservação dessa mesma ordem.

²⁰ LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*: 202.

²¹ Idem: 211.

²² Aqui usamos a expressão tal como sugerida por Luckacs, como totalidade histórica que compreende a sociedade como devir em múltiplas dimensões: econômica, social, política, cultural e, certamente, histórica.

Os princípios para o conhecimento científico

Aqui, portanto, faz-se necessário recolocar uma questão. Como é possível diferenciar – na essência - um cientista de um apologista? O que define o fazer ciência?

A resposta que encontraremos nas *Aventuras* é um conjunto de princípios que descrevem a idéia de ciência como prática relativamente autônoma de conhecimento, como prática que busca descobrir a verdade. São eles:

1) a intenção-de-verdade, a busca do conhecimento como objetivo em si, a recusa de substituir este objetivos por finalidades extracientíficas [...];

2) a liberdade de discussão e crítica, a confrontação permanente e pública das teses e interpretações científicas.²³

Negados esses dois princípios, o que teremos é o surgimento do apologista, que traveste seus interesses mais imediatos em forma de ciência, usando-a apenas para reforçar sua posição que se perpetuará, mediante a ausência do livre debate, em um clima de obscurantismo.

Essa idéia da autonomia da ciência e conseqüentemente do cientista, o compromisso deste com a verdade ao mesmo tempo em que com as conseqüências e aplicações de seus resultados, encontra nas palavras de Florestan Fernandes um bom exemplo.

O primeiro ato de autonomia intelectual do sociólogo desenha-se nesse plano de auto-afirmação como e enquanto cientista: a ciência o compromete eticamente tanto com os seus critérios de verdade (e de verificação da verdade), quanto com as transformações do mundo que possam resultar das aplicações de suas descobertas.²⁴

²³ LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*: 214-215.

²⁴ FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*: 128.

A posição do intelectual na sociedade de classes

Quando escreve *A evolução política de Luckacs*,²⁵ Löwy apresenta uma definição do que é o intelectual e seu posicionamento – não politicamente, mas socialmente falando – na sociedade de classes capitalista.

A primeira afirmação é a de que a intelectualidade não constitui uma classe social, mas sim uma categoria social cujo papel é o da produção ideológica. Eles são escritores, filósofos, pesquisadores, jornalistas, teólogos, por fim, todos aqueles que produzem *artigos* ideológico-culturais. Estes constituem um setor menor de uma categoria que incluiria outros tipos de atividades que são classificadas de *trabalhos intelectuais* apenas no sentido da contraposição à idéia de trabalho manual.

Seu comportamento seria definido pela sua origem de classe – dado que podem vir de classes distintas – assim como da sua filiação a categoria social. Aparentemente, o grau de profissionalização e institucionalização da sua atividade influencia neste aspecto.

Como categoria social mais afastada do processo de produção direta, os intelectuais gozam de uma certa autonomia em relação às classes sociais. Essa autonomia se manifesta em uma certa instabilidade – que alguns poderiam sugerir por *liberdade de opinião* – na maioria das vezes os leva a aproximar-se de uma das classes em luta na sociedade capitalista.

Dentre as classes sociais, porém, aquela que mais se aproxima dessa *intelectualidade* é a pequena burguesia.²⁶

A relação entre intelectualidade e a pequena-burguesia, seria sociologicamente explicada por dois fatores fundamentais. O primeiro porque,

²⁵ LÖWY, M. *A evolução política de Luckacs: 1909-1929*.

²⁶ Entendemos aqui a pequena burguesia como os setores médios urbanos e rurais, pequenos proprietários, profissionais liberais, militares, funcionários públicos, etc.

grosso modo, a maior parte da *intelectualidade* é recrutada justamente na pequena burguesia, principalmente entre aqueles que atuam como *trabalhadores intelectuais*. O segundo motivo, porque os meios de subsistência e trabalho oferecidos aos intelectuais pertencem, por natureza, à pequena burguesia (o que não impede, afirma Löwy, que uma parcela de intelectuais, por sua profissão, pertença a uma outra classe social).

Capítulo 2

A arena intelectual do debate entre Cardoso e Marini

Apesar das diferenças existentes entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, ambos são autores que num momento histórico determinado trabalharam nos marcos de um mesmo *campo de reflexão* – o da teoria da dependência.²⁷

Não desconhecemos a resistência de Cardoso à idéia de fornecer à noção de dependência o status de *conceito teórico*, defendendo o que ele chama de *análises concretas de situação de dependência*,²⁸ baseando-se no pressuposto de que a teoria da dependência se inscreve sob os marcos mais gerais, aí sim, da teoria marxista. Mas mesmo falando isso Cardoso não nega que aqueles que como ele tem escrito sobre dependência na América Latina e tentado analisar as relações entre os países periféricos e centrais do modo de produção capitalista, poderiam configurar o *campo de uma possível teoria da dependência*.

Achamos esse debate epistemológico da maior importância, mas não iremos desenvolvê-lo aqui em profundidade. Partimos da idéia de que é possível encontrar-se um *núcleo duro* de um campo de reflexão que se construiu em torno da noção de dependência. Há nuances e também diferenças importantes entre seus autores. Algumas são justamente os elementos provocadores deste trabalho. Porém vamos aqui ressaltar os elementos mais gerais que circunscrevem e caracterizam o que nos permitimos denominar, com base em Theotonio dos Santos, de *uma aventura intelectual comum [...] chamada de teoria da dependência*.²⁹

Os antecedentes teóricos e históricos da *Teoria da Dependência*

²⁷ Aqui, portanto, devemos dizer que discordamos da classificação que Mantega faz no seu livro sobre a Economia Política Brasileira. Ver MANTEGA, G. *A economia política brasileira*: 15-16.

²⁸ Para mais detalhes ver CARDOSO, F. H. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*; e CARDOSO, F. H. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*.

²⁹ SANTOS, T. dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*: 125.

A teoria da dependência nasceu em meados da década de 1960. Visava repensar o novo padrão de desenvolvimento sócio-econômico da América Latina, que havia sido iniciado como resposta ao impacto da crise de 1929. Tal teoria se construiu no bojo das discussões sobre as causas do *subdesenvolvimento* e mediante o fracasso do modelo nacional-desenvolvimentista, muito em voga desde os anos 50 até a crise do referido modelo em meados da década de sessenta, com o advento dos golpes militares na região. O debate da teoria da dependência é, de um lado, travado com as concepções desenvolvimentistas Cepalinas,³⁰ assim como com a tradição teórica dos Partidos Comunistas, alicerçados na premissa etapista da revolução democrático-burguesa e, de outro lado, o debate é travado com as teorias da modernização, em voga no pós-guerra, nos Estados Unidos; teorias que tinham em Walt Whitman Rostow seu mais exponencial representante.

O próximo passo consiste em descrever as principais características de cada uma dessas compreensões da problemática do desenvolvimento e como a partir da crítica a cada uma delas é possível constituir uma síntese daquilo que vamos delimitar como sendo o *núcleo duro* da teoria da dependência.

a) A Cepal e a Teoria do Subdesenvolvimento

Terminada a Segunda Guerra Mundial, as ciências sociais passam a debater insistentemente a temática do desenvolvimento. As antigas colônias européias, então em processo de libertação, e as economias latino-americanas estavam vivendo uma fase de grandes transformações estruturais. Os principais problemas levantados giravam em torno da seguinte meta-questão: como explicar (ou justificar), naquele cenário, a existência de países com grau de desenvolvimento tão desigual, ou seja: desenvolvidos e subdesenvolvidos – segundo a classificação binária então dominante.

Criada em 1947, a Comissão Econômica para América Latina - Cepal como parte integrante das Organizações das Nações Unidas tinha como objetivo

³⁰ Diz-se daquelas políticas desenvolvidas no seio da Cepal.

promover uma reflexão sobre políticas públicas que viabilizassem o desenvolvimento na região, assessorando os governos dos países latino-americanos. A entidade tinha a sua frente o economista Raúl Prebisch, principal artífice dos estudos que fundam o pensamento Cepalino.³¹

Nessa época, encontrava-se em voga a idéia de que a solução dos problemas para os países empobrecidos estava na aplicação da teoria clássica do comércio internacional, conhecida como a *Teoria das Vantagens Comparativas*. Tal teoria traduzia a idéia de que cada país deveria se especializar na produção de mercadorias em que tivesse maiores vantagens relativas. Quanto maior a vantagem, menor seria o custo da mercadoria. Vantagem que poderia ser natural ou adquirida. No primeiro caso levasse em consideração aspectos como clima, solo, relevo, etc. No segundo a vantagem provém da especialização em determinada linha de produção, à qual permitia que a força de trabalho de um determinado país adquirisse o domínio da técnica obtendo, em função disso, custos mais baixos em relação àqueles países aonde isso não acontecia.

Assim sendo, se o comércio internacional não fosse obstaculizado por influências governamentais, o mercado, através da competição mundial, faria com que cada país se especializasse nas linhas de produção em que tivessem mais vantagens comparativas. Disso resultaria que todas as mercadorias seriam obtidas pelo seu valor mais baixo. O que traria, então, compensações para todos.³² Para as linhas de produção em que um país se especializasse haveria uma demanda externa ampla o suficiente para que este pudesse adquirir em troca todas aquelas mercadorias de que fizesse necessidade.

A Cepal parte de um outro ponto de vista.

³¹ São eles, *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*, publicado em 1950 e *Estudio económico de América Latina*, de 1951.

³² SINGER, P. *Curso de introdução à economia política*.

A preocupação básica da Cepal era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo. Neste sentido, a análise enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura sócio-econômica dos países da *periferia*, ressaltando os entraves ao *desenvolvimento econômico*, em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados; e, de outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre os parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés de auxiliarem o desenvolvimento na periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades.³³

A Cepal, portanto, partia do questionamento da teoria clássica do comércio internacional, bem como rejeitava a divisão internacional do trabalho que adviria dessa concepção. Em outras palavras, as teses Cepalinas partiam da crítica à idéia de que:

se países atrasados se especializassem nos produtos primários, e os avançados em industrializados, nas relações comerciais entre eles, os países atrasados acabariam levando vantagem, pois absorveriam todo o diferencial de produtividade de seus parceiros avançados.³⁴

Investindo contra esses argumentos, a Cepal sustentará que os países atrasados sofriam enormes desvantagens sendo apenas produtores de bens primários. Ao contrário do que clássicos e neoclássicos afirmavam, eram os países da periferia que estavam transferindo renda para o centro desenvolvido. Inaugurava-se assim, com a chamada *lei da deterioração dos termos de intercâmbio*, uma nova abordagem sobre o problema do subdesenvolvimento e do comércio internacional. Para seus economistas, o que se poderia observar das relações de troca entre os países era que:

o centro tirava vantagem de sua supremacia sobre a periferia, impondo preços cada vez mais altos aos produtos industrializados que lhes exportava, enquanto importava produtos primários a *bon marché*. Isso significava que, na relação de intercâmbio entre produtos primários e industrializados, os preços inclinavam sempre em favor desses últimos, provocando a famosa deterioração dos termos de intercâmbio da periferia.³⁵

³³ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*: 32.

³⁴ Idem: 35.

³⁵ Idem: 36.

Como explicar esse processo e quais seriam seus fatores determinantes? Para a Cepal, essa situação explicava-se por dois elementos fundamentais: a diferença do comportamento da demanda em relação aos produtos primários comparados aquele relacionado à demanda de bens manufaturados; em segundo lugar, as diferenças no mercado de trabalho e a organização sindical nos países do centro e da periferia.

No que diz respeito ao consumo, a Cepal acreditava que a demanda de bens manufaturados crescia muito mais rapidamente do que a demanda de bens primários, na lógica de que os primeiros teriam uma maior elasticidade-renda do que os segundos. Ou seja, na medida em que a renda aumenta não se consome mais bens primários do que se consumia. Esta diferença de ganho vai normalmente para a aquisição de bens manufaturados, notadamente os bens de consumo duráveis. A essa tendência ao lento aumento de demanda por produtos primários, deve-se acrescentar a diminuição do uso de certas matérias primas na produção das mercadorias, seja pela sua substituição por produtos sintéticos, seja pelo maior aproveitamento das obtidas, em função de alguma inovação tecnológica. Ao final, ainda existe a política protecionista dos países desenvolvidos dificultando a entrada de produtos primários em seus mercados, seja através de taxações especiais, seja por uma política de subsídio da sua produção interna (ou uma combinação dos dois).

No que diz respeito ao mercado de trabalho e à organização sindical, a Cepal afirmava que, nos países centrais, combinando uma menor oferta de força de trabalho com um grau mais acentuado de organização sindical, os trabalhadores ficariam em condições ideais para *arrancar* salários mais altos. Isso obrigaria os empresários a aumentarem o preço de seus produtos buscando manter estáveis as taxas de lucro. Já na periferia, aconteceria justamente o oposto: a abundância da força de trabalho associada à fraca organização sindical eram os componentes que geravam os baixos salários e, conseqüentemente, como são eles que determinam

os valores monetários das mercadorias, os bens primários teriam seus preços ainda mais reduzidos, transferindo para os países centrais os aumentos de produtividade que poderiam beneficiar a economia da região e os próprios salários dos trabalhadores.

Prebisch em sua teoria dos ciclos, para explicar salários x preços, observa:

durante a fase ascendente (do ciclo) uma parte dos lucros (do centro) são absorvidos pelos aumentos dos salários, ocasionados pela competição entre empreendedores e pela pressão das *trade unions*. Quando os lucros precisavam ser reduzidos durante o descenso, a parte que foi absorvida pelos aumentos salariais perde sua fluidez, em virtude de conhecida resistência para a diminuição dos salários. Assim, a pressão desloca-se para a periferia.³⁶

Em outras palavras, colocado o sistema em movimento, nos períodos ascendentes, nos quais ocorre o incremento do processo de acumulação, uma parte dos lucros dos países centrais é absorvida pelos salários, graças à capacidade organizativa dos trabalhadores. Isso faz com que os preços, quando o ciclo entra em seu período de baixa, caiam menos nesses países do que na periferia do sistema. Nos países agrário-exportadores a baixa organização sindical e a abundância de força-de-trabalho deixam os preços dos produtos primários declinarem em períodos de redução das atividades econômicas. No final, há sempre transferência de renda da periferia para o centro do sistema.

Mantega faz – a nosso ver - uma síntese bastante precisa dos citados aspectos da concepção Cepalina, nos seguintes termos:

o subdesenvolvimento depende, para a Cepal, em primeiro lugar, da estrutura interna dos países periféricos, que se caracteriza pela produção agrícola primário-exportadora, com baixa integração entre os diversos setores produtivos e com desemprego estrutural (uma vez que o lento crescimento da produção agro-exportadora não consegue absorver a rápida expansão demográfica) combinados com o baixo nível de organização e sindicalização da força de trabalho; e, em segundo lugar, o subdesenvolvimento depende das relações comerciais com o centro, porque se verifica uma queda constante do poder de compra de bens industriais por parte dos bens primários, ou seja, cada unidade de bem primário compra quantidade cada vez menor de produtos industriais,

³⁶ Prebisch, R. *The Economic Development of Latin America*, apud MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*: 38.

exportando-se, assim, para o centro já desenvolvido a fonte primeira do desenvolvimento, qual seja, o aumento de produtividade. Essa produção agroexportadora estaria assentada numa estrutura agrária fortemente monopolizada e nas mãos de grupos sociais privilegiados pela atual situação, que impediria a melhor ocupação e aproveitamento da terra, exigindo, assim, uma reforma agrária para permitir saltos de produtividade na agricultura periférica.³⁷

Deixadas a sorte do mercado, as nações periféricas nunca encontrariam o caminho do desenvolvimento. Qual seria, então, a solução apontada pela Cepal? A saída seria a implementação de uma política de industrialização que promovesse a reforma agrária, melhorasse a alocação de recursos e assim, impedisse aquela transferência da produtividade para os países centrais. Como observa Mantega, para a Cepal, seria a mudança do eixo da economia,

até então voltada *para fora*, para o desenvolvimento voltado *para dentro*, ou seja, baseado na industrialização para o mercado interno.³⁸

A industrialização é vista como meio para aumentar a renda e a produtividade, revertendo a tendência à deterioração dos preços dos produtos vendidos pelos países periféricos, permitindo assim que estes detenham para si o progresso técnico bem como os aumentos de produtividade que dele advém. Isso permitiria o coroamento de uma economia sólida, autônoma e com maiores níveis de renda e de consumo para toda a população, graças ao efeito distributivo da aplicação dessas políticas.

Para tornar isso possível, a Cepal defendia a centralidade da participação do Estado na economia, como promotor do desenvolvimento e responsável pelo planejamento das modificações necessárias. Como agente principal do processo, caberia ao estado resolver os problemas de infra-estrutura que *engargalavam* a industrialização, bem como garantir às novas atividades os recursos que lhe seriam necessários. Uma interpretação do papel do Estado no esquema Cepalino pode ser encontrada em Rodrigues, que afirma:

³⁷ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*: 38.

³⁸ Idem: 39.

[...] pode ser dito que eles concebem o Estado como uma entidade externa ao sistema sócio-econômico, capaz de atendê-lo de uma forma consciente e de atuar sobre ele, imprimindo-lhe uma racionalidade que, por si só, ele não possui e conduzindo-o a resultados que, de outra maneira, seria impossível de atingir. [...] sob sua tutela é factível a consolidação das relações sociais capitalistas e sua fluida expansão, nas áreas chamadas de periféricas ou subdesenvolvidas.³⁹

Essas medidas tinham como objetivo também reforçar as economias locais e dar-lhes maior capacidade de negociação junto aos banqueiros internacionais e representantes do capital comercial internacional, que tiravam proveito da antiga situação de fragilidade que as acometia.

As repercussões dessas propostas foram intensas e imediatas, como salienta Cardoso:

As grandes unidades capitalistas de produção (os trustes e os cartéis) opunham-se, então, à internacionalização da produção industrial. Os banqueiros internacionais estavam acostumados a fazer empréstimos para assegurar o controle da comercialização agrária ou para explorar investimentos mineradores ou de infraestrutura (transporte, energia, etc.), quase sempre com o aval dos Estados Nacionais e muitas vezes com garantias que incluíam o controle dos impostos para assegurar o retorno dos juros e do capital.⁴⁰

Nesse sentido podemos dizer que a política da Cepal ganha efetivamente um caráter nacionalista e hostil ao imperialismo comercial e financeiro. Cabe aqui, porém, ressaltar aspectos particulares do nacionalismo Cepalino. Ele não significa uma ruptura com o capital internacional *lato sensu*. Vamos entender por que.

O capital internacional cumpriria um papel importante no processo de industrialização, tal como compreendiam os economistas da Cepal. Para poder levá-lo adiante, seria necessário aumentar a massa de capital investido em cada país, o que por sua vez, era muito difícil de se obter levando em conta a capacidade produtiva da periferia. Pensar em gerar poupança interna reprimindo ainda mais o já reprimido consumo das populações da região era algo impensável.

³⁹ Rodriguez, O. Teoria do subdesenvolvimento da Cepal, apud GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência*: 27.

⁴⁰ CARDOSO, F. H. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*: 9.

Assim a Cepal propunha o recurso ao capital estrangeiro (ou *poupança externa*) como fórmula mais indicada para se aumentar a taxa de investimentos e, conseqüentemente, a renda nacional, pelo menos até que cada país atingisse o nível de poupança suficiente para prosseguir sozinho.⁴¹

As formas indicadas para se buscar a participação desse capital, eram os empréstimos intergovernamentais e a captação de recursos através da emissão de bônus do tesouro no mercado internacional. Seriam preteridos (porém não recusados totalmente), portanto, os empréstimos diretos de capital privado estrangeiros em função da alta taxa de juros que lhes vem como contrapartida.⁴²

A idéia, portanto, era a de conseguir trazer um capital que ajudasse a consolidar o projeto por uma economia nacional autocentrada, constituindo para isso um parque industrial amplo composto por uma indústria de base, de insumos e de bens de consumo. Suas restrições à entrada de capital eram dirigidas àqueles setores ligado às transações comerciais. Além disso, apontavam para critérios mais rígidos como a participação de empresas transnacionais em áreas de transporte ferroviário, energia e demais setores do serviço público, bem como de segurança nacional.

Para concluir, achamos prudente ressaltar alguns aspectos do pensamento Cepalino, naquilo que foi sua grande originalidade e que, em parte, marcou sua insuficiência, sobre a qual, mais tarde, os teóricos da dependência vão se debruçar.

A primeira questão a compreender é a idéia de desenvolvimento que está subjacente nas elaborações Cepalinas. Seus economistas entendiam o desenvolvimento como *desenvolvimento capitalista* e pressupunham que o capitalismo traria benefícios a grande maioria da população – entendida aqui como a burguesia industrial, os operários, os camponeses e as classes médias urbanas. Os únicos a perder seriam, obviamente, os setores dominantes da economia agro-exportadora. Estes últimos seriam os responsáveis pela miséria e o atraso das

⁴¹ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*: 40.

⁴² *Ibidem*.

populações periféricas. O subdesenvolvimento seria, portanto, consequência da manutenção de relações pré-capitalistas associadas com o imperialismo internacional; seria, então, *ausência de capitalismo e não o seu resultado*.⁴³ Neste quadro teórico, já mencionamos o papel que caberia ao Estado.

Dito isso, deve-se resguardar uma outra característica das teorias da Cepal. Se por um lado, a idéia anterior a aproximava da tradição neoclássica da economia, ela se distinguia desta ao colocar em relevo as especificidades dos países periféricos nas suas condições de países subdesenvolvidos. Compreendido desta forma,

o subdesenvolvimento não equivalia à infância dos países capitalistas pioneiros.⁴⁴

Isso conclui nossa breve apresentação dos pressupostos mais importantes do pensamento Cepalino. Ele expressava o ponto de vista de uma fração da burguesia nos países latino-americanos, cujo desejo de uma economia industrializada – e por isso mesmo, em sua concepção, autônoma e soberana – colocava-se contra o domínio corrente dos setores agro-exportadores e imperialistas. Ao seu redor aglutinaram-se outras forças sociais – principalmente aqueles setores médios urbanos, militares, intelectuais, entre outros. A Cepal pode ter no Brasil um dos seus grandes laboratórios. Viu sua política refletida no país durante a década de 50 e no início dos anos 60 através das orientações das comissões mistas Brasil-Estados Unidos (1951/1953) e BNDE-Cepal (1953/1955) e finalmente implementadas através do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956/1961).

Para compreendermos a experiência brasileira do modelo nacional-desenvolvimentista, precisamos compreender as idéias de Celso Furtado, o economista que foi o principal responsável pela introdução e execução da matriz Cepalina no Brasil.

⁴³ Idem: 42.

⁴⁴ Idem: 44.

A teoria do subdesenvolvimento em Celso Furtado

O paraibano Celso Furtado (1920 – 2005), formado em Direito pela Universidade do Brasil e doutor em Economia pela Universidade de Paris, fez parte dos quadros da então recém criada Cepal, sediada em Santiago do Chile, a partir de 1948. Em 1958, já de regresso ao Brasil, ocupa cargos importantes no governo de Juscelino Kubitschek (1955 – 1960). Primeiro foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDE e, posteriormente, responsável pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. No governo de João Goulart (1961 – 1964) foi Ministro do Planejamento, entre os anos de 1962 e 1963. Pela sua importante inserção no planejamento público e pela sua contribuição ao pensamento da Cepal, torna-se imprescindível, ainda que de forma sucinta, mapear algumas de suas idéias básicas.

Furtado tomará as economias e sociedades subdesenvolvidas como seu objeto de estudo. Seu pensamento emerge nos anos 50, produto da experiência Cepalina, inaugurando o que veio a ser conhecido por *método histórico-estrutural*. O rigor da sua contribuição reside justamente na tentativa de descobrir a especificidade da formação dessas sociedades.⁴⁵ A respeito observa Mantega:

o processo local não seguia necessariamente os passos do capitalismo avançado, o que impedia um bom resultado na mera transposição das teses que o explicavam. [...] o salto dar-se-ia justamente quando se conseguisse apreender a especificidade do capitalismo retardatário brasileiro ou das relações sociais que o constituíam. Na verdade, não se tratava de negar as leis fundamentais da acumulação do capital, mas sim de verificar como estas se manifestavam num contexto sócio-econômico marcadamente distinto daquele que dera origem ao capitalismo europeu e norte americano dos séculos XVIII e XIX. [...] o capitalismo nativo se implantava sob a égide de forças produtivas e relações capitalistas de produção altamente desenvolvidas [...] na órbita mundial, que controlavam os rumos tecnológicos e procuravam definir a divisão internacional do trabalho.⁴⁶

⁴⁵ OLIVEIRA, F. de. A navegação venturosa (Introdução).

⁴⁶ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*: 78.

É em seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), que Furtado desenvolve, de forma mais acabada o núcleo central de suas idéias sobre as sociedades periféricas.

Para Furtado a mola mestra do desenvolvimento capitalista clássico é o avanço tecnológico. Graças a este são conquistados aumentos sucessivos de produtividade, o que permite o aumento exponencial do excedente o que, por sua vez, possibilita maiores investimentos e amplificação do processo de acumulação. A imagem é a de um movimento espiralado ascendente. Ele começa com a transformação das oficinas artesanais em fábricas capitalistas. À medida que novas técnicas vão surgindo e sendo incorporadas ao processo produtivo, vão permitindo a oferta de cada vez mais mercadorias a menores preços, levando à falência todo setor de pequenos produtores que se vêem obrigados a buscar a sobrevivência como trabalhadores fabris. Essas foram algumas das transformações estruturais que marcaram o início da industrialização europeia que também se beneficiou da grande oferta de força de trabalho existente para diminuir o poder de negociação dos trabalhadores, concentrando cada vez mais nos grandes capitalistas a possibilidade de investimento em novas técnicas e tecnologias de produção.

Porém, como a velocidade do processo de acumulação era maior do que o aumento da oferta de força de trabalho, isso provocou uma importante mudança, concedendo aos trabalhadores um maior poder de barganha. Daí pra frente é a pressão da classe trabalhadora que provoca a dinamização do processo de acumulação. Isso acontece, pois na medida em que aumenta o poder de pressão dos sindicatos, os empresários passam a introduzir novas tecnologias com o objetivo de aumentar a produtividade, conseqüentemente as vendas, e assim, atender as reivindicações dos sindicatos preservando sua margem de lucro.

Sendo esta a descrição para o desenvolvimento do capitalismo nos casos clássicos, como se daria o processo de industrialização nos países da periferia?

Segundo Furtado, estes seriam, como já dissemos, bastante diferentes dos anteriores. Em primeiro lugar porque já existia um sistema capitalista mundial em estágio bastante avançado quando da implantação de relações de produção capitalistas na periferia. Em segundo lugar, pela forte dependência da periferia das atividades agro-exportadoras, que lhe forneciam capital e mercado. Este tema será inicialmente desenvolvido em *Formação Econômica do Brasil* (1959) livro que, sendo anterior ao citado *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, marca a fundação do pensamento furtadiano. Mantega lembra que para o autor considerado, a industrialização do Brasil só sofreu seu impulso decisivo com a crise mundial de 1929, cujas conseqüências para a economia cafeeira se arrastaram durante toda a década de 30. Somente após este período, parecia que o setor industrial conseguiria reunir os meios para deslanchar um processo de desenvolvimento auto-sustentado.⁴⁷

A indústria brasileira havia crescido à sombra do setor cafeeiro. Fora ele quem, pela sua demanda de manufaturados, havia dado o empurrão inicial na industrialização do país. Isso teria acontecido em fins do século XIX com a introdução da relação de assalariamento em substituição ao trabalho escravo; relação na qual dotou-se os trabalhadores com recursos que os permitiam adquirir bens de consumo. Começava a surgir um mercado interno de mercadorias, no início importadas, mas pouco a pouco substituídas por uma produção local.

Quanto melhor fosse a situação do café no mercado internacional, maior seria o fluxo de renda que passaria ao setor industrial através do sistema financeiro. Mas uma vez atingido um certo patamar de acumulação, a indústria passa a se desenvolver não mais em função do crescimento do setor de exportação, mas sim das suas crises. Este foi o quadro da década de 30.

Porém, para que houvesse um deslocamento real do eixo central da economia de um processo *para fora* para um outro *para dentro*, era necessário que

⁴⁷ Idem: 81.

o processo de industrialização se desenvolvesse muito além do que se conseguiu fazer, ficando apenas no que Furtado chamou de um modelo de substituição de importações. Mantega sumaria bem a questão aqui considerada, ao dizer:

Nisso consiste, em linhas gerais, o processo de industrialização brasileiro, orientado, na opinião de Furtado, pela substituição de importações ou pelo mercado criado pelas atividades primárias exportadoras, e que se assemelha, em função disso, ao processo de industrialização dos demais países da América Latina, ao mesmo tempo em que se distingue da industrialização originária dos países capitalistas pioneiros. Nesse sentido, estamos diante uma trajetória histórica ímpar, vale dizer, da *dinâmica do subdesenvolvimento*, que não pode ser apreendida com a teoria que interpretou a expansão do capitalismo europeu ou norte-americano, mas requer uma *teoria do subdesenvolvimento*.⁴⁸

À medida que o modelo de industrialização brasileira seguia sendo o de substituição de importações, o processo era pautado pela produção de mercadorias semelhantes àquelas originárias dos países centrais e adequadas aos recursos, técnicas e tecnologias ali existentes. Isso conduziria o Brasil a uma má utilização dos seus recursos econômicos. Aqui reside um dos problemas considerados centrais do subdesenvolvimento. Ao basear-se em procedimentos e tecnologias poupadores de força de trabalho e com alta densidade de capital, que seriam adequadas aos países centrais, a industrialização nacional encontraria enormes dificuldades para a consolidação de um mercado interno já que em uma economia como a nossa o resultado seria a baixa geração de empregos a uma reduzida remuneração.

Isso tudo se agrava com a instalação das grandes empresas monopolistas

utilizando grandes montantes de capital devido à tecnologia sofisticada e operando com grande escala de produção em flagrante contraste com a precariedade dos mercados subdesenvolvidos.⁴⁹

Daí adviria uma tendência para a ociosidade e, buscando compensá-la, a elevação dos preços das mercadorias. Isso terminaria por reforçar a concentração de renda no país e dificultar ainda mais a formação do mercado interno.

⁴⁸ Idem: 82.

⁴⁹ Idem: 85

Ao lado dos fatores considerados, havia ainda o poder dos latifundiários. Poder responsável pela manutenção da estrutura agrária brasileira intocável. Os grandes proprietários de terras eram tidos, pelo pensamento Cepalino-furtadiano, como a causa maior do nosso atraso. É neste ponto da abordagem que se torna possível introduzir a noção de dualidade estrutural. Noção que se tornou central nessa matriz do pensamento social latino-americano. Para esta, o setor atrasado (latifundiário) é um obstáculo para a modernização, na medida em que, por um lado, não cria mercado interno e por outro, não atende aos requisitos da demanda de alimentos. A tese dualista postula que ao elevar os preços dos alimentos, força-se o aumento dos salários no setor moderno e, por essa razão, constitui-se em um obstáculo para o seu florescimento.⁵⁰

Daí, a solução para os males do subdesenvolvimento seria o de promover uma industrialização baseada em processos que maximizassem o uso de força de trabalho, pagando mais salários e aumentando assim o mercado interno. Além disso, a transformação da estrutura agrária, de forma a aumentar sua produtividade e por fim, a fiscalização das atividades das empresas multinacionais. O Estado seria o agente impulsionador e garantidor da modernização.

Essas medidas são necessárias para Furtado, pois somente através delas é que se viabilizaria o desenvolvimento econômico. Aqui é importante ressaltar que para o autor, isso não quer dizer simplesmente acumulação de capital. Há, permeando a sua obra, uma tensão gerada pelo fim ético ao qual todo o desenvolvimento deve estar subordinado: a idéia de que o progresso econômico deveria alcançar a grande maioria da população. Seu modelo é o Estado de Bem-Estar Social Europeu, resultado da alteração da correlação de forças no seio do sistema capitalista, quando este chega a um patamar tal de desenvolvimento no qual os trabalhadores já conseguem impor sua vontade sobre o empresariado.

⁵⁰ OLIVEIRA, F. de. A navegação venturosa (Introdução).

O importante é que a sociedade consiga gerar um excedente grande o suficiente para poder ampliar os investimentos, expandir a capacidade produtiva e assim, aumentar a produtividade e o consumo. Contudo, essa espiral ascendente do progresso só será possível na medida em que ela for, paulatinamente, envolvendo cada vez mais uma parte maior da população.

Devemos recordar, aqui, que o rápido crescimento do capital inverte a correlação de forças inicial do sistema.⁵¹ Esta, ao absorver cada vez mais a força de trabalho, vai aumentando o poder de barganha dos sindicatos ao mesmo tempo em que põe cada vez mais centralidade na capacidade de consumo da classe trabalhadora no sustento do processo de acumulação em si. Esta

passa a ter, na opinião de Furtado, crescente participação na renda social, disputando com os capitalistas os frutos dos incrementos de produtividade. Isso significa que o capitalismo mais avançado resolve a luta de classes cada vez mais a favor dos trabalhadores, tornando-os praticamente sócios dos incrementos do progresso e, conseqüentemente, diminuindo a importância da propriedade privada dos meios de produção enquanto fonte de privilégios.⁵²

Isso, como dissemos, forçaria os capitalistas a buscar novas técnicas e tecnologias de produção, com o objetivo de aumentar a produtividade e conseqüentemente as vendas, para poderem cumprir com as suas obrigações crescentes. Do ponto de vista de Furtado, a perda de poder político que adviria naturalmente dessa situação, seria compensatória na medida em que o conjunto da economia disso tiraria benefício. No seu entendimento o capital não acumula graças a uma suposta *exploração da força de trabalho*.⁵³ Esta só viria a ocorrer

quando os trabalhadores tivessem seu salário real colocado abaixo das necessidades de subsistência, ou mesmo quando não auferisse a parte do excedente correspondente a sua modesta contribuição nos incrementos de produtividade.⁵⁴

⁵¹ No início do processo de acumulação, quando havia abundância de força de trabalho, a capacidade de negociação dos sindicatos era muito pequena e conseqüentemente também a remuneração dos trabalhadores.

⁵² MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*: 91.

⁵³ Aqui vale lembrar que no esquema furtadiano os incrementos de produtividade são operados sob responsabilidade e iniciativa do próprio capital.

⁵⁴ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*: 89.

Em decorrência, numa moderna democracia capitalista o conflito de classes estaria de certa forma superado pois representaria, na verdade, um regime de colaboração entre trabalhadores e empresários, dado ser do interesse de todos a continuidade do desenvolvimento econômico.

b) O PCB e a revolução democrático-burguesa

Paralelamente ao modelo de substituição de importações Cepalino-furtadiano, desenvolvido durante a década de 50, toma corpo no Brasil outra elaboração teórica, esta de intelectuais ligados ao então Partido Comunista do Brasil - PCB, com o qual o citado modelo disputava as preferências dos setores progressistas brasileiros.⁵⁵ De 1946 a 1964, o partido representava a maior força da esquerda de inspiração marxista do país.⁵⁶ Seu impacto na trajetória futura do pensamento social autóctone é inegável.

Sob influência do VI Congresso da III Internacional (1928) dominada pelo stalinismo, o PCB vai, nos seus IV (1954) e V (1960) Congressos, dar forma a um ideário – chamado por Mantega de *modelo democrático-burguês*. Entre esses dois Congressos, ficou famosa a *Declaração Política de Março de 1958*, redigida por uma comissão formada por Jacob Gorender, Giocondo Dias, Mário Alves, Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães; *Declaração...* posteriormente aprovada pelo comitê central do Partido. Tal *Declaração...* foi motivada pelos desdobramentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – PCUS⁵⁷ e de uma avaliação da necessidade de reconfiguração da política do PCB para o país.⁵⁸ Nossa intenção, neste trabalho, não é fazer um histórico do PCB nem tampouco de sua formulação. O objetivo aqui é apenas buscar os elementos mais importantes daquilo que foi um marco no pensamento social e político brasileiro, cuja crítica será fundamental para o desenvolvimento posterior da teoria da dependência.

⁵⁵ Idem: 158.

⁵⁶ GORENDER, J. *Combate nas trevas*: 22.

⁵⁷ Neste congresso, Nikita Kruchov revelou os famosos *crimes de Stalin*.

⁵⁸ GORENDER, J. *Combate nas trevas*.

O centro da formulação de todo esse período, que compreende os dois Congressos citados anteriormente, pode ser assim resumido em suas idéias fundamentais,

a sociedade brasileira da primeira metade do século⁵⁹ atual é tida como semicolonial e semifeudal, sob o domínio do latifúndio e do imperialismo, resistindo ao avanço das forças produtivas e ao desenvolvimento da nação, reivindicados pela burguesia industrial e pelo grosso da população brasileira. Portanto, o caminho para o socialismo no Brasil – a grande meta a ser alcançada segundo os adeptos desse modelo - passava pela revolução democrática, que eliminaria os restos feudais, libertaria o grosso da população brasileira da miséria e opressão do latifúndio, expulsaria o imperialismo e, finalmente, estabeleceria uma sociedade democrática.⁶⁰

De acordo com documentos para o IV Congresso, a sociedade brasileira ainda detinha um caráter semi-escravista e semifeudal, mesmo após a Proclamação da República. Os senhores de escravos e logo após eles os latifundiários e os grandes capitalistas comerciais e financeiros que compõem a frente que governaria o país, articulados com o capital estrangeiro, teriam submetido o Brasil à condição de semicolônia, que no caso designaria uma situação de dependência às grandes potências capitalistas.⁶¹

De que maneira essa articulação se materializa? Quais seriam seus determinantes? Basicamente, tal articulação se materializava graças à concentração da terra nas mãos dos latifundiários, que constituiriam uma *minoría reacionária* e parasitária que vivia fundamentalmente da renda da terra, da usura e da exploração do trabalho dos camponeses. Esta fração de classe, em conluio com potências estrangeiras, estariam exportando a riqueza natural do país e o colocando sob o controle externo, através da entrega do controle das finanças públicas, dos meios de transportes, das fontes de energia, etc.

⁵⁹ Como o livro de Mantega foi escrito em 1984, portanto aqui trata-se do século XX.

⁶⁰ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*: 158.

⁶¹ Representando aqui as nações imperialistas.

Essa coligação feudal-imperialista frearia o avanço das forças produtivas nacionais, prejudicando a atividade dos industriais e comerciantes ligados ao mercado interno, seja pela concorrência desleal com os produtos importados, seja com a fragilidade desse mercado de consumo local. Os documentos caracterizavam essa como a *dupla opressão* da população brasileira – opressão do imperialismo e opressão dos latifundiários, que a tornava mais pobre e sem poder aquisitivo para comprar os produtos industriais. Daí resultava uma burguesia nacional fraca e dependente do capital estrangeiro. As condições desfavoráveis para a indústria, como citado anteriormente, ainda eram agravadas pelo alto custo dos gêneros alimentícios, resultado do desabastecimento do mercado interno em função da produção essencialmente exportadora.⁶²

Sob essa ótica, a coligação feudal imperialista feria os interesses do grosso da população brasileira, desde os dos trabalhadores da cidade e do campo, até os da burguesia industrial e comercial, sem falar dos interesses da classe média urbana, formada de artesãos, empregados, pequenos comerciantes, funcionários públicos e intelectuais *em vias de pauperização*. Tudo isso fazia da revolução brasileira uma revolução democrática popular, de cunho antiimperialista e agrária antifeudal.⁶³

A orientação estratégica que sai do IV Congresso é a da revolução brasileira em duas etapas. A

primeira etapa seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria a segunda etapa -a da revolução socialista.⁶⁴

Portanto era necessário, para que se alcançasse o socialismo, o pleno desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Haveria, então, que se formar uma frente com todos os setores e classes sociais que objetivassem a industrialização nacional; frente capaz de tirar proveito político da unidade forjada.

⁶² MANTEGA, G. *A economia política brasileira*: 161-162.

⁶³ Idem: 162.

⁶⁴ GORENDER, J. *Combate nas trevas*: 33.

Como lembra Gorender, porém, esta frente deveria *ser hegemônica pelos trabalhadores*.⁶⁵

Uma outra característica dessa frente – o que vai nos fazer recordar também o pensamento Cepalino-furtadiano – é a defesa de que nela, todos os setores desejosos de contribuir com o desenvolvimento da indústria nacional pudessem se fazer presentes. Até mesmo

atrair a colaboração de governos e capitais estrangeiros cujos capitais possam ser úteis ao desenvolvimento da economia nacional, sirvam à industrialização e se submetam às leis brasileiras.⁶⁶

Estes acordos, porém, teriam seus limites. Luiz Carlos Prestes, a época do Congresso, secretário geral do Partido, assim sintetizaria essa problemática:

Leva-se ainda em conta a atual situação mundial no campo imperialista, onde as contradições entre países capitalistas e deles com os EUA, como ensina Stalin, tendem a crescer. Existem possibilidades reais de utilizarmos tais contradições, desde que saibamos concentrar o fogo no inimigo mais forte – o imperialismo norte americano – e abrir para os demais imperialistas monopolistas a perspectiva de entendimentos e acordos.⁶⁷

A *Declaração de Março* partia das mesmas premissas das teses do IV Congresso, mas algumas de suas caracterizações demarcavam diferenças.⁶⁸ Os acontecimentos que se deram no cenário nacional e internacional, entre 1954 e 1958, marcaram uma mudança na avaliação do PCB acerca da economia e da política brasileira. Internamente, a tentativa de golpe em Vargas e o seu posterior suicídio provocaram uma mudança na imagem que este possuía entre os dirigentes do Partido.⁶⁹ Externamente, o já citado XX Congresso do PCUS, que leva o Comitê

⁶⁵ Idem: 33. Veremos essa questão mais detalhadamente quando apresentarmos as críticas da Teoria da Dependência ao modelo pcbista. O importante nesse momento é ressaltar a presença de uma frente com essas características.

⁶⁶ IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro, 1955, apud MANTEGA, G. *A economia política brasileira*: 163.

⁶⁷ Prestes, L. C. Informes de Balanço do Comitê Central, apud MANTEGA, G. *A economia política brasileira*: 164.

⁶⁸ GORENDER, J. *Combate nas trevas*: 33.

⁶⁹ De acordo com Mantega, Vargas era *aos olhos do PCB, tido até então como lacaio do imperialismo norte-americano* e o que teria precipitado os

Central a dar um tom autocrítico na declaração de 1958, atribuindo a ela um papel revisionista dos erros de caráter *dogmático* e *sectário* cometido no período stalinista.⁷⁰

A *Declaração de Março* reconhecia o desenvolvimento capitalista já em efetivação, o que até então o PCB se obstinava em negar,⁷¹ portanto

não se tratava mais de uma economia exclusivamente semicolonial e estagnada, já que se verificava o ascenso das forças produtivas capitalistas e de uma burguesia nacional.⁷²

Esta, porém, ainda enfrentava o poder das velhas classes latifundiárias em acordo com o imperialismo, que juntos ainda dominavam o aparelho de Estado e as principais instituições políticas do país. Na declaração, esse balanço está descrito dessa maneira:

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais.⁷³

Neste novo cenário, aonde já encontramos a idéia de *forças produtivas em desenvolvimento*,

o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano, que obstaculiza a sua expansão.⁷⁴

Nessas condições, a contradição principal enfrentada pela sociedade brasileira seria aquela que interpõe

acontecimentos daquele ano foi justamente a legislação mais restritiva ao capital estrangeiro proposto por ele. MANTEGA, G. *A economia política brasileira*: 164.

⁷⁰ Idem: 165.

⁷¹ GORENDER, J. *Combate nas trevas*: 34.

⁷² MANTEGA, G. *A economia política brasileira*: 165.

⁷³ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil: 224.

⁷⁴ Ibidem.

a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apóiam.⁷⁵

Diferentemente do pensamento Cepalino-furtadiano, o PCB reconhecia a existência da contradição de interesses objetivos entre a burguesia e o proletariado e entendia a exploração do trabalho como aquela que permite a acumulação de capital. Mas essas questões deveriam ser deixadas para um segundo momento. Como a contradição principal a ser enfrentada é da nação contra o imperialismo e seus aliados locais, a *etapa* da revolução no Brasil, segundo o PCB:

[...] não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final da classe operária.⁷⁶

A partir deste ponto, explicitado o caráter da revolução brasileira, nos parece importante desenvolver mais a relação entre as classes e suas frações, expressas na *Declaração de Março*, para compreendermos melhor as alternativas imediatas (táticas) e de longo prazo (estratégicas) apresentadas pelo PCB.

De um lado, está o imperialismo – aqui mais uma vez, particularmente o norte-americano – e seus aliados internos, como certos setores dos latifundiários e da burguesia.

Setores que estão ligados, por seus interesses materiais, à exploração imperialista. Entre esses, os numerosos intermediários do comércio exterior, os sócios de empresas controladas pelo capital monopolista norte-americano e determinados agentes de negócios bancários e comerciais.⁷⁷ A novidade, aqui, é a

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Idem: 225.

identificação de um setor da burguesia industrial brasileira que teria se associado ao capital norte-americano e suas empresas.

Contra esta frente – caracterizada como uma *minoria verdadeiramente ínfima* -⁷⁸ apresenta-se uma outra, composta de forças muito amplas que incluem:

O proletariado, lutador mais conseqüente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apóia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes.⁷⁹

É proposto, então, como marco organizativo destas forças, a construção de uma frente única de caráter nacionalista e democrática. Nela, deveriam ser realizados esforços permanentes para a superação das diferenças existentes em nome do objetivo comum a todos. Isso não significaria que, no interior da frente, as classes não buscassem defender seus interesses.

A burguesia, por exemplo, é apontada como uma força revolucionária inconseqüente, desejosa de obter para si todos os ganhos do desenvolvimento econômico, que vacilaria em certos momentos, tendendo a deslocar-se para o lado dos setores entreguistas ao mesmo tempo em que temeria a ação das massas. O proletariado, apontado como a força revolucionária conseqüente, sabe da sua condição de explorado e luta no interior da frente por posições decididamente antiimperialistas e democráticas que permitam a mais ampla liberdade de atuação das massas.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Ibidem.

Mas a responsabilidade do proletariado não acabaria aí. Como força conseqüente, sabe da responsabilidade em manter a frente unida. Isso quer dizer que:

A luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa a defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentar a coesão da frente única. Por se travar dentro da frente única, esta luta deve ser conduzida de modo adequado, por meio da crítica ou de outras formas, evitando elevar as contradições internas da frente única ao mesmo nível da contradição principal, que opõe a nação ao imperialismo norte-americano e seus agente.⁸⁰

Essa seria a essência da *Declaração de Março de 1958*, mas especificamente, as inovações que ele apresentaria em relação às teses do IV Congresso:

a) O reconhecimento de um certo desenvolvimento industrial no Brasil, com o fortalecimento da burguesia nacional e do capitalismo local;

b) Indícios da existência de um setor da burguesia nacional que estava associado às empresas multinacionais, portanto entreguista;

c) Uma nova relação com o governo federal do país, com a definição do mandato presidencial de Juscelino Kubitschek como *de composição heterogênea em que se defrontavam a ala nacionalista e a ala entreguista*. A tática era fortalecer dentro do governo os primeiros, tendo como objetivo chegar a um governo nacionalista e democrático;

d) O caminho da revolução era, agora, pacífico. Sua concretização se daria na luta pelas liberdades democráticas e pelas reformas estruturais.⁸¹ Seu impacto na formulação do PCB permanecerá, mantendo-se praticamente inalterada no V e no VI Congressos, realizados respectivamente em 1960 e 1967.⁸² A análise ali

⁸⁰ Idem: 226.

⁸¹ GORENDER, J. *Combate nas trevas*: 34.

⁸² MANTEGA, G. *A economia política brasileira*: 167.

contida e também sua concepção estratégica perdurarão até 1978.⁸³ tendo sofrido nesse meio tempo algumas alterações.

Como nosso objetivo não é dar forma a uma história do pensamento do PCB, inútil seguir adiante. Para os fins a que se objetiva esse trabalho, o que alcançamos aqui, nesta breve exposição, é suficiente. Os teóricos da dependência vão realizar, em seus textos iniciais, a crítica às compreensões e aos conceitos aqui tratados.

Nosso trabalho prossegue com a descrição de mais uma tradição do pensamento social sobre a qual a crítica dos teóricos da dependência fez emergir um núcleo conceitual e teórico comum.

c) A Teoria da Modernização

O pós-guerra não foi marcado apenas, sobre a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, pelo surgimento das idéias Cepalinas ou das advindas das Organizações das Nações Unidas - ONU. Nos Estados Unidos, este debate necessariamente também aconteceu, ganhando maior impulso a partir da percepção de que nos países pobres movimentos ou partidos de inspiração marxista cresciam e se consolidavam como alternativa real de poder.

Para enfrentar a complexidade da questão, numa ótica norte-americana, foram formados centros de pesquisas e análises, como o Centro de Estudos Internacionais do Instituto de Tecnologia de Massachusets – CIS/MIT. Centros que muito produziram, não apenas no campo da reflexão sociológica, histórica, econômica e política, mas também no subsídio à ação propriamente dita. Queremos dizer com isso que Centros, como o citado, embasaram a ação do governo norte-americano no campo da política externa, sendo que alguns ilustres membros desses Centros tinham assento em esferas importantes para definição de políticas do mais poderoso Estado do mundo.

⁸³ Ibidem.

Dominado por postulados positivistas e funcionalistas, partindo em grande medida da sociologia parsoniana e do seu modelo dicotômico do tradicional/moderno, o pensamento elaborado em tais Centros buscava criar um modelo capaz de normatizar o processo de desenvolvimento dos países considerados em atraso, se comparados com aqueles do hemisfério norte; particularmente os Estados Unidos. Esta escola de pensamento ficou conhecida como a autora da chamada *teoria da modernização*.

O mais famoso expoente da teoria da modernização foi sem sombra de dúvidas W. W. Rostow. A crítica à sua noção de desenvolvimento econômico como produto da sucessão de etapas será ponto comum aos teóricos da dependência.⁸⁴

Com diferenças, mas partindo de uma *démarche* semelhante a de Rostow, alguns cientistas sociais latino-americanos incorporaram, no mesmo período, uma concepção similar a dele e também com base em análise tipológica das sociedades. Tais cientistas são praticantes daquilo que se convencionou chamar de *sociologia da modernização*. Eles também compõem uma peça importante do nosso quadro referencial. Dentre seus autores, o mais significativo para a América Latina é Gino Germani.⁸⁵

Tendo em vista o exposto, apresentaremos em seguida, os conceitos fundamentais, o método, bem como algumas conclusões a que chegaram os dois autores destacados: Rostow e Germani.

W.W. Rostow e as etapas do desenvolvimento econômico

Rostow tornou-se muito conhecido nas ciências sociais, mormente em função do seu livro *As Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Professor universitário, desenvolveu grande parte de sua carreira no MIT, como pesquisador do CIS. Também desempenhou importantes funções no aparelho de Estado e na política

⁸⁴ Ver SANTOS, T. dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*: 45.

⁸⁵ Ver CARDOSO & FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*: 16-17.

norte-americana, notadamente entre os anos de 1961 a 1966. Neste período foi assessor de Segurança Nacional no governo Kennedy, passando a Conselheiro do Departamento de Estado e a presidente do seu Comitê de Planejamento, mantendo-se ali mesmo após a morte do presidente.

Sua importância não se deve apenas ao fato de ter sintetizado, na forma mais acabada, uma teoria – a nosso ver, mais ideologia do que ciência - do desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento. O impacto do seu texto deve ser observado, também, através da aplicação nos países latino-americanos das premissas do projeto gestado durante o governo Kennedy, conhecido como *Aliança para o Progresso*. Aqui reside, segundo acreditamos, sua maior relevância.

O livro *As Etapas do Desenvolvimento Econômico* foi escrito no final da década de 1950 e a pretensão do seu autor era produzir

uma teoria sobre o desenvolvimento econômico e uma teoria mais geral, se bem que ainda muito parcial, sobre a história moderna como um todo.⁸⁶

A forma como concebe essa generalização histórica é de um conjunto de etapas de desenvolvimento. Ele estará particularmente interessado por certos fatores que parecem ser constantes através da história do mundo, desde 1700.⁸⁷

Qual é o conjunto de problemáticas que devem ser enfrentadas pelas etapas do desenvolvimento? Para Rostow, este conjunto consistiria em uma faixa bastante ampla de questões como,

Quais os impulsos que levaram as tradicionais sociedades agrícolas a iniciar o processo de sua modernização? Quando e como o desenvolvimento regular se tornou traço inerente a cada sociedade? Que forças impulsionaram a marcha do desenvolvimento automático e determinaram a sua configuração? Que traços sociais e políticos comuns do processo de desenvolvimento podem ser percebidos em cada etapa? Em que direções a originalidade de cada sociedade se expressou em cada etapa? Que forças determinaram as relações entre as áreas mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas; e qual a relação, se é

⁸⁶ ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*: IX.

⁸⁷ Idem: 14.

que houve, da seriação relativa do desenvolvimento com a irrupção de guerras? E por fim, para onde estão nos levando os juros compostos?⁸⁸

De forma geral Rostow toma como referência as sociedades consideradas por ele desenvolvidas -⁸⁹ as nações capitalistas do norte – e extrai uma série de fatores que seriam explicativos para o desenvolvimento. Buscará na história exemplos que confirmam estas passagens e através de comparação definirá o estágio em que se encontram aquelas sociedades consideradas ainda em desenvolvimento. No seu método, ele toma *aquilo que foi por aquilo que deve ser*, sem deixar alternativa para outros modelos ou caminhos possíveis.

Não é nossa intenção, nessa parte do trabalho, desenvolver uma análise crítica das etapas do desenvolvimento. Relembrado o essencial do método, vamos agora descer um pouco mais em detalhes na formulação de Rostow.

Quais são, para ele, as etapas que conduzem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento? Para o autor, é possível enquadrar qualquer sociedade, em suas dimensões econômicas, em alguma das seguintes cinco categorias: sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo de massa.

Sobre a sociedade tradicional, observou:

Uma sociedade tradicional é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e uma tecnologia pré-newtonianas, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico. Newton é tomado aqui como um símbolo daquele divisor de águas da História após o qual os homens passam a crer, de maneira predominante, que o mundo exterior estava sujeito a umas quantas leis cognoscíveis e que era suscetível de manipulação produtiva.⁹⁰

⁸⁸ Ibidem. A expressão *juros compostos*, recorrente em todo o texto, é sugerida pelo autor para expressar o desenvolvimento como uma variável que se amplifica em progressão geométrica quando este alcança a situação auto-sustentada.

⁸⁹ Cujas características veremos logo mais.

⁹⁰ ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*: 16.

Por esta definição, o domínio da técnica e da ciência moderna pode ser considerado o primeiro critério para se distinguir uma sociedade tradicional de uma moderna. Para Rostow, porém, esse critério deve ser aplicado com algum cuidado, dado que o fato central é que na primeira, poderiam ser feitas inovações, mas

existia um teto no nível alcançável do volume de produção *per capita*.⁹¹

Este teto seria decorrência do fato destas inovações ainda não estarem disponíveis a todos ou não serem sistematicamente utilizadas.

O trabalho nas sociedades tradicionais, em função dessa limitação técnica que, ocasionava uma baixa produtividade, seria voltado essencialmente para a agricultura. Desse sistema agrícola, ergue-se uma estrutura social hierarquizada, com pouquíssimas possibilidades de mobilidade vertical. Nessas organizações sociais, os vínculos familiares e de clãs desempenham um papel fundamental.

Os destinos das pessoas estariam amarrados a um fatalismo em longo prazo:

com a suposição de que a gama de possibilidades abertas para os netos da gente, seria a mesma que existiria para nossos avós. Contudo, aquele fatalismo a longo prazo não excluía a opção a curto prazo de, dentro de amplos limites, ser perfeitamente lícito e possível ao indivíduo esforçar-se por melhorar sua sina, ainda em sua vida.⁹²

E aqui, podemos encontrar um elemento que permeia todo o texto de Rostow e que será um critério importante quando ele for falar no *arranco*: a mudança de atitude individual e social em relação às mudanças. É claro que nas sociedades tradicionais, como já dissemos, esse campo de transformações ainda é muito limitado, porém, não é inexistente. E a ação das pessoas na direção destas, parece ser o diferencial entre o permanecer ou não na condição subdesenvolvida.

⁹¹ Ibidem.

⁹² Idem: 17.

Em relação ao poder político, o que caracteriza essas sociedades é que este é exercido pelos proprietários da terra, o bem mais importante para a sobrevivência daquela organização social.

Que sociedades, por fim, Rostow classifica nessa etapa? Aqui ele diz,

Em termos de História, pois, com o nome de *sociedade tradicional* nós englobamos todo o mundo pré-newtoniano; as dinastias da China; a civilização do Oriente Médio e do Mediterrâneo; o mundo da Europa Medieval. E ainda adicionamos as sociedades pós-newtonianas que, por certo tempo, permaneceram inatas ou indiferentes à nova capacidade do homem para manipular regularmente o meio ambiente tendo em vista seu proveito econômico.⁹³

Ora, como é possível colocar todas essas sociedades em uma mesma etapa? O critério que as articula é o fato de que todas compartilham o mesmo teto de produtividade. O desenvolvimento, porém, só será alcançado quando forem alteradas todas as suas principais características, sejam elas sua política, sua estrutura social, seus valores, assim como sua economia.

A segunda etapa do desenvolvimento já envolve sociedades em processo de transição. Na verdade, essa é uma característica de todas as etapas até aquela chamada de consumo de massa. São etapas de transição nas quais a sociedade vai buscando sua adaptação ao desenvolvimento da técnica e da ciência moderna, como se se processasse inexorável e automaticamente.

Esta etapa teria se desenvolvido a primeira vez na Europa Ocidental do fim do século XVII e início do século XVIII,

à medida em que as concepções de ciência moderna principiaram a se converter em novas funções de produção, tanto da agricultura quanto da indústria, num ambiente dinamizado pela expansão paralela dos mercados mundiais⁹⁴ e pela concorrência internacional por estes.⁹⁵

⁹³ Idem: 18.

⁹⁴ Essa expansão paralela promoveria um efeito de ampliação do mercado, produzindo novos tipos de especialização e interdependência. Idem: 48.

⁹⁵ Idem: 18.

O caso mais geral da história moderna, porém, viu esta fase surgir na maioria dos lugares como resultado de intromissões externas.

Estas invasões – literais ou figuradas – abalaram a sociedade tradicional e iniciaram seu desmoronamento; elas, porém, igualmente puseram em movimento idéias e sentimentos que originaram o processo graças ao qual uma alternativa moderna para a sociedade tradicional pôde ser construída a partir da antiga cultura.⁹⁶

Nessas sociedades, o progresso econômico abre uma série de novas possibilidades, limitadas, porém, por métodos tradicionais de baixa produtividade, pela estrutura social e pelos valores ainda em vigência, assim como pelas instituições políticas regionais que permaneceram inalteradas. O que marcaria essa fase de transição para o arranco, de uma forma geral, seria o surgimento do Estado Moderno, em contraposição aos interesses agrários e suas instituições regionais.

Os casos gerais de que trata Rostow nesta etapa diriam respeito à evolução da maior parte do continente europeu, da Ásia, do Oriente Médio e da África. Vamos apresentar, na visão do autor, o que seria necessário para caracterizar a ocorrência da transição de uma sociedade do tipo tradicional para uma outra, moderna.

A sociedade predominantemente agrícola [...] deve passar para um predomínio da indústria, das comunicações, do comércio e dos serviços. A sociedade cujo dispositivo econômico, social e político gira em torno da vida das regiões relativamente pequenas – sobretudo auto-suficientes – tem de orientar seu comércio e suas idéias para a nação e para um ambiente internacional ainda mais amplo. O ponto de vista acerca da procriação [...] tem de modificar-se de forma a acabar ocasionando um declínio da taxa de natalidade, à proporção que a possibilidade de progresso e a redução da necessidade de mão-de-obra rural não especializada criam um novo modo de encarar as coisas. A renda acima dos níveis mínimos de consumo, grandemente concentrada nas mãos dos que detêm a posse de terras, há que passar às mãos dos que a gastarão em estrada de rodagem e de ferro, escolas e fábricas,⁹⁷ ao invés de casa de campo e empregados, adereços pessoais e templos. Os homens devem passar a ser estimados na sociedade

⁹⁶ Idem: 19.

⁹⁷ A exceção das fábricas, Rostow vai nominar os investimentos nas áreas de transporte, energia, educação, etc. como de investimento em capital social fixo. Estes são realizados normalmente pelo Estado, em função das suas características especiais: longos períodos de gestação e remuneração, grandes volumes e as vias indiretas de retorno do investimento.

não em função de clã ou classe, ou mesmo de sua guilda, mas pela capacidade individual para desempenhar certas funções específicas, cada vez mais especializadas. E, acima de tudo, deve ser difundido o conceito de que o homem não precisa olhar seu meio físico como fator praticamente dado pela natureza e pela providência, porém, como um mundo ordenado que, se racionalmente compreendido, pode ser manejado de sorte a dar lugar a mudanças produtivas e, pelo menos, em uma direção, progresso.⁹⁸

Para Rostow, satisfeitas essas condições, a sociedade terminou por superar todas as obstruções para o a próxima etapa, o arranco. Nela, o desenvolvimento passa a ser a situação normal, aquela de que falamos mais acima aonde os *juros compostos* se integram aos hábitos às instituições sociais.

De uma forma geral, o arranco é definido a partir do momento em que se cumprem – tendo em vista as condições apresentadas anteriormente – três outras condições: o aumento da taxa de investimento de 5% para 10% da renda nacional; expansão do setor industrial com altas taxas de crescimento, reinvestindo seu lucro no processo de produção; por último, o surgimento de instituições sociais, políticas e culturais que reflitam este impulso expansivo, dando a ele um caráter permanente e regular.

O momento do arranco pode originar-se de uma inovação tecnológica, de uma revolução política ou pode ocorrer em resposta a uma situação desfavorável internacionalmente, como uma queda brusca nas relações de troca. O que importa, no final, é que as condições criadas durante a etapa anterior, agora se convertem em reação positiva e regular, fortalecendo-se a si mesma de forma recorrente.

Os recursos financeiros para o arranco, poderiam ser conseguidos pelo confisco praticado contra os proprietários de terra, cumprindo aquela condição de investir nos setores modernizantes; poderia ser obtido através da reforma agrária, utilizando o recurso que agora se encontrava nas mãos dos camponeses para financiar as atividades que estimulavam o desenvolvimento econômico; poderiam ser obtidos através do comércio exterior, estimulando o setor exportador e

⁹⁸ ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*: 33-34.

garantindo que estes recursos chegassem ao setor industrial; poderiam ser conseguidos, permitindo o desenvolvimento da industrialização nacional, através do setor de produção de bens de consumo, que reverteriam aos *homens de empresa* proporções crescentes de renda, estimulando-os a amplificar a capacidade produtiva de suas indústrias. Por fim, o último elemento para a oferta de recursos financeiros, seria a própria importação de capital.

Para concluirmos essa descrição do arranco, devemos aqui ressaltar aqueles aspectos ditos não econômicos, mas nem por isso, no transcurso das etapas, menos decisivos. Para Rostow, é

evidente que o arranco exige a existência e a atividade bem sucedida de um grupo da sociedade que esteja preparado para aceitar inovações (...).

(...) Impelido por determinada motivação humana, um grupo tem de aperceber-se de que não é só possível como útil realizar investimentos de capitais, e que, para seus esforços serem aceitavelmente bem sucedidos, devem agir com certa racionalidade ao escolher as direções em que lançar suas iniciativas. [...] podemos dizer, numa primeira aproximação, que deve surgir um grupo vitorioso que se porte como se fosse impelido pela motivação do lucro, numa economia dinâmica com funções de produção sempre mutáveis.⁹⁹

Este novo grupo, esta elite, além de um sistema de valores compatíveis com a nova situação, deve sentir-se impedida de conseguir prestígio e poder pelas vias convencionais existentes na sociedade e esta, por sua vez, como resultado das transformações em andamento, deve mostrar-se flexível o suficiente para permitir que seus membros busquem o progresso material e político como forma de ascensão. Rostow chega a afirmar que,

o fenômeno central do mundo das sociedades pós-tradicionais não é a economia [...] sim o critério global com que são feitas as escolhas.¹⁰⁰

Estas são feitas dentro de um

arcabouço permitido pelo panorama mutável da sociedade, panorama esse que é, por sua vez, o produto tanto das condições reais objetivas quanto de opções prévias feitas pelos homens e

⁹⁹ Idem: 69.

¹⁰⁰ Idem: 179.

que auxiliam a determinar o ambiente com que os homens se defrontam no momento.¹⁰¹

Essa elite formada no processo de transição é a principal responsável por levar o arranco adiante, aparentemente o único caminho correto a se tomar, como se a vida conspirasse sempre em uma mesma direção e o que ontem fizemos compromettesse necessariamente o nosso amanhã, apresentando a história como uma estrutura acumulativa e linear de acontecimentos.

O que se segue ao arranco é a marcha para a maturidade. Ela ocorreria 60 anos após o início do primeiro, chegando a uma etapa onde a tecnologia moderna estaria estendida para toda atividade econômica e aonde os recursos investidos pulariam de 10% a 20% da renda nacional, permitindo em muito ultrapassar as necessidades da população.

Assim chega-se a etapa do consumo em massa.

uma fase em que os americanos estão principiando a sair; cujas alegrias, nem sempre nítidas, a Europa ocidental e o Japão estão começando a experimentar, e com a qual a sociedade soviética está flertando meio contrafeita.¹⁰²

Isso vai acontecendo na medida em que a renda real de cada vez mais pessoas aumenta a um ponto em que elas podem dispor de uma parte para adquirir bens que não os de subsistência; assim como a organização do trabalho muda, reforçando a produção da população urbana, desejosa de obter as benesses do consumo.

Devemos indagar quem é o homem que emerge nessa etapa? Para Rostow, esse homem é o que se preocupa

não apenas com a vantagem econômica, mas também com o poder, o lazer, a aventura, a continuidade da experiência e a segurança; preocupa-se com a família, com os valores familiares de sua cultura regional e nacional, e mesmo com um pouco de divertimento lá onde vive.¹⁰³

Arriscaríamos dizer que ele está tratando aqui do homem norte-americano.

¹⁰¹ Idem: 178.

¹⁰² Idem: 23.

¹⁰³ Idem: 178.

A partir desse ponto ele entra em discussão com o marxismo, contrapondo alguns de seus conceitos e idéias, tomando como pano-de-fundo sua própria leitura da experiência estadunidense. É importante dizer que ele argumentará em função de uma ótica muito particular que tem do próprio Marx em primeiro lugar, e de Lênin em segundo.

Destas idéias, achamos que valeria a pena comentar algumas. A primeira, a idéia de que a população não cresceu de maneira a expandir o exército industrial de reserva e, assim, que as atividades do capitalismo competitivo deram lugar a salários cada vez maiores. Ele diz que quando a sociedade alcança aquele estado de desenvolvimento auto-sustentado,

o progresso foi partilhado pelo capital e pelo trabalho, a luta de classes foi mitigada, e ao ser alcançada a maturidade eles não defrontaram com um impasse cataclísmico. Defrontaram-se, unicamente, com um novo conjunto de opções [...].¹⁰⁴

A segunda, a partir da apresentação da *questão leninista*,¹⁰⁵ ele afirma que não houve concentração de capital nos Estados Unidos durante a década de 50. Diz também que a crise de 29 se deu porque a Europa não foi feliz em levar as suas sociedades nacionais para a era do consumo em massa. Argumento parecido é utilizado para explicar a crise de 30 nos EUA. Não há para Rostow nada que confirme a *lei dos rendimentos decrescentes*.¹⁰⁶ Ele resolve a questão com uma solução bastante original:

as sociedades têm a sua disposição, caso queiram continuar a vida laboriosa, a possibilidade de seguir o exemplo norte-americano e reimpôr um surto malthusiano da população, quando ficarem enjoadas de aparelhos e engenhocas.¹⁰⁷

Ou seja, resolvem-se os problemas de superprodução gerando mais consumidores.

¹⁰⁴ Idem: 183.

¹⁰⁵ Ver ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*: 184.

¹⁰⁶ Discutiremos a queda tendencial da taxa de lucro em nosso próximo capítulo.

¹⁰⁷ ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*: 185.

Por outro ângulo, Rostow comenta que se há dificuldades econômicas com as sociedades capitalistas, isso se deve ao fato delas não darem a devida atenção às sociedades subdesenvolvidas. A procura interna em suas economias é por demais intensa para que lhes permitam mobilizar recursos destinados ao exterior. Nesse ponto Rostow demonstra preocupação com as sociedades subdesenvolvidas e a defesa do papel interventor das sociedades modernas no sentido de auxiliá-las na transição. Seu medo é que, caso isso não se dê, haja o *avanço* do comunismo.

Para ele, o comunismo é

uma espécie de doença, que pode afetar uma sociedade em transição, caso esta não consiga organizar efetivamente seus elementos preparados para levar adiante a tarefa da modernização.¹⁰⁸

Através dele, se cria um sistema de Estado moderno, dominado por uma elite que impõe uma ditadura sobre a maioria, uma forma *particularmente desumana de organização política*,¹⁰⁹ mas capaz de sustentar o processo de desenvolvimento em sociedades que não lograram produzir uma classe média comercial empreendedora, nem tampouco o consenso necessário entre seus líderes para viabilizar o desenvolvimento. O grande desafio da sua época seria, então,

Para aqueles que prefeririam ver as sociedades em ascensão no mundo não adotarem este caminho especial para a modernização [...] os historiadores julgarão ser o desafio decisivo de nossa época [...] criar, em associação com os políticos e povos não comunistas das áreas que se encontram nas condições e no início do arranco, uma parceria que os auxiliará a alcançar o desenvolvimento autônomo numa base social e política que mantenha abertas as possibilidades de desenvolvimento progressista e democrático.¹¹⁰

E continua em tom apaixonado, convencido de que o comunismo, como uma doença, atenta à evolução sadia do desenvolvimento, pois é certo para ele que o credo democrático é

¹⁰⁸ Idem: 195.

¹⁰⁹ Idem: 194.

¹¹⁰ Ibidem.

o que a maioria dos seres humanos escolheria, se lhes fosse dado o direito de escolha.¹¹¹

Por isso, o Norte democrático deve se preocupar com os dilemas e problemas dos homens dos países subdesenvolvidos.

Pois o destino de todos nós que vivemos a etapa do consumo de massa vai ser em grande parte determinado pela natureza do processo das condições e do arranco de nações distantes, processos esses que nossas sociedades experimentam há bem mais de um século, por formas menos angustiantes e difíceis.¹¹²

No final do seu livro, Rostow é taxativamente dramático quando diz,

Talvez não reste muito da civilização pra salvar a menos que nós do Norte enfrentemos e lidemos com o desafio implícito nas etapas do desenvolvimento, tal como se encontram agora no mundo, com todas as forças do nosso comprometimento moral, de nossa energia e de nossos recursos.¹¹³

Escrito, como dissemos, em fins da década de 1950, ousamos inferir que as idéias do autor de *Etapas do Desenvolvimento Econômico* foram materializadas através da *Aliança para o Progresso*, lançado pelo governo Kennedy em 1961.

À guisa de uma breve conclusão da apresentação do pensamento rostowiano, vamos lançar um rápido olhar sobre o projeto da *Aliança*, seus objetivos, seus métodos e seu alcance. Com isso, achamos que será possível perceber e identificar algumas das idéias encontradas na *Etapas do Desenvolvimento Econômico* como o subsídio daquela iniciativa.

A Aliança para o Progresso – desenvolvimento ou contra-insurgência?

Durante a nossa pesquisa, levados pela interseção de nomes, chegamos à *Aliança para o Progresso*. Acreditamos que uma breve exposição das suas motivações iniciais, assim como dos elementos contraditórios da sua trajetória, que parece ser revelador quanto aos seus fins, nos ajudará a compreender o impacto da política externa estadunidense nos países da América Latina. Não apenas isso, como também o desenvolvimento em si do pensamento social na região.

¹¹¹ Idem: 196.

¹¹² Idem: 197.

¹¹³ Idem: 198.

Em meados de novembro de 1960, o presidente recém eleito dos Estados Unidos, John Kennedy, através de Adolph Berle, seu futuro Subsecretário de Estado, incumbiu Lincoln Gordon – a época, dividindo seu tempo entre uma cadeira de economia na Escola de Negócios da Universidade de Harvard e a representação da Fundação Ford no Brasil -¹¹⁴ de formar uma *força tarefa* que elaborasse uma nova política para a América Latina. Os membros convidados para compô-la foram o professor Arthur Withaker, da Universidade da Pensilvânia; professor Robert Alexander, da Universidade de Nova Jersey; Teodoro Moscoso, que viria a ser embaixador na Venezuela; Arturo Morales-Carrion, que tornar-se-ia Secretario Auxiliar Adjunto para Assuntos Interamericanos no Departamento de Estado e, por último, Dick Goodwin, futuro assessor especial da Casa Branca.

O relatório produzido por esta *força tarefa* resultaria no projeto apresentado publicamente em março de 1961, em um discurso proferido pelo Presidente Kennedy, cuja alcunha, *Aliança para o Progresso*, teria sido, de acordo com Gordon, criada por Goodwin ainda durante a campanha presidencial.¹¹⁵

Em essência, as propostas partiam de uma

crença vigorosa acerca do desenvolvimento latino-americano, combinado com uma reforma institucional interna e esperançosamente com uma forte vertente democrática.¹¹⁶

Mas Gordon comenta, logo em seguida, que o democrático é com *d* minúsculo. As propostas seguiam o caminho daquilo que já havia sido plantado pelo

¹¹⁴ Em 1959 ele, Reynold Carlson – professor da Universidade de Vanderbilt - e Alfred Wolf, membro do *staff* da Fundação, aportam no Brasil para levantar possíveis programas que poderiam ser desenvolvidos na região. Até aquela data, não havia nenhum. GORDON, L. Oral history interview: 2.

¹¹⁵ Idem: 3.

¹¹⁶ Ibidem. Logo após esta afirmação, na mesma entrevista, Gordon sugere que o seu *democrático* deve ser entendido com *d* minúsculo. Vimos nessa ironia aquilo que foi, de fato, a regra da *Aliança*. Mais especificamente falando, da incompatibilidade entre o discurso democratizante e o apoio e envolvimento do governo norte-americano em golpes militares contra governos civis eleitos ou na sustentação de governos claramente ditatoriais, como a família Somoza na Nicarágua.

governo de Eisenhower (1953-1961), quando houve a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento e com o *Acordo de Bogotá*.¹¹⁷

Toda a política do governo Eisenhower para os países latino-americanos, parece ter tomado corpo a partir dos primeiros desentendimentos com o regime cubano de Fidel Castro. Para Horowitz

a guinada da revolução cubana a esquerda foi o fator primordial do despertar do interesse americano para a situação crítica da América Latina.¹¹⁸

A política durante o governo Kennedy-Johnson, parece ter se guiado, em parte, pela mesma preocupação. No discurso político retórico, a Aliança para o Progresso era um projeto para garantir que:

os anos 60 se destinavam a ser a década do desenvolvimento, na qual os países desenvolvidos do mundo deveriam fornecer o capital necessário para desenvolver os países subdesenvolvidos e provar que *crescimento econômico e democracia política podem avançar de mãos dadas*.¹¹⁹

O citado Horowitz ainda indaga até que ponto a afirmação constante do parágrafo anterior pode ser verdadeira. Ele questiona em que medida:

a Aliança foi pensada como uma proposta real para *revolucionar* o continente latino americano, ou se foi, antes, criada com a finalidade de conter a revolução que já havia estabelecido raízes aí. Os idealizadores da Aliança respondem que o conceito da Aliança abrange ambos os propósitos. Desde seu início, a Aliança

¹¹⁷ O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi criado em dezembro de 1959, com o objetivo de gerir um fundo destinado a *contribuir na aceleração do processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países membros regionais em vias de desenvolvimento*. BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO - BID. Convenio constitutivo del Banco Interamericano de Desarrollo: 3. O Acordo de Bogotá, aprovado em 13 de setembro de 1960, criou um outro fundo a ser administrado pelo BID, que estaria destinado à cooperação com os países em desenvolvimento do continente americano, atuando em projetos nas áreas de agricultura, habitação, educação, saúde, bem como no estímulo à políticas que promovessem o equilíbrio fiscal contendo os gastos públicos. Seu objetivo declarado era o de contribuir na promoção do desenvolvimento econômico e social desses países, visando fortalecer o que para seus proponentes era fundamental em primeira e última instância: a defesa dos princípios democráticos, *sobre os quais repousam a base da civilização ocidental*. WASHINGTON, U.S. GOVT. PRINT. OFF. Act of Bogotá.

¹¹⁸ HOROWITZ, D. A aliança para o progresso: 238-239.

¹¹⁹ Idem: 243.

autoproclamou-se como uma tentativa de dominar a revolução fidelista, substituindo-a.¹²⁰

A reprodução abaixo faz menção a situação estrutural da América Latina nos anos 60, caracterizada como uma das regiões *subdesenvolvidas* do mundo.

A terra que deveria ser uma fonte básica de riqueza nessa área [...] é conservada improdutiva pelo sistema de latifúndio que domina o continente. A natureza deste sistema é evidenciada pelo simples fato de 10% da população da América Latina serem proprietários de 90% da terra. Os grandes domínios, ou latifúndios, são na maior parte mantidos como reservas por seus proprietários ou utilizados para especulação; os pequenos lotes ou minifúndios são muito reduzidos para serem economicamente produtivos [...] O analfabetismo no continente, como um todo, situa-se acima de 50%, as condições sanitárias e habitacionais estão irremediavelmente abaixo dos níveis adequados mínimos, e a porcentagem da mortalidade anual devido a moléstias curáveis atinge proporções esmagadoras. Além do mais, a situação econômica, que está na raiz dessa miséria, deteriora-se rapidamente.¹²¹

Acrescente-se que a taxa de crescimento para a região, nos anos que antecederam a *Aliança*, foi de menos de 1%. Isso, ao mesmo tempo em que a população, no mesmo período, crescera numa taxa de 2,8%.

Diante desse quadro, a *Aliança* propunha a utilização de US\$ 20 bilhões de capital estrangeiro (incluindo US\$ 10 bilhões em fundos do governo norte-americano e US\$ 300 milhões anuais de capitais privados de investimento daquele país) e US\$ 80 bilhões de capital fornecido pelos próprios latino-americanos, por um período de 10 anos, com o objetivo de financiar uma taxa de crescimento de 2,5% a.a.

Em síntese, o que o programa sugeria era a implementação de uma política que *resolvesse* o problema da insuficiência alimentar, habitacional e de saúde. Para tanto, apontava para uma reforma agrária que objetivasse a diversificação e a ampliação dos proprietários de terra, aumentando a área cultivada e com uma tecnologia que permitisse o aumento de produtividade. Falava da necessidade de industrialização, da ampliação da infra-estrutura de comunicações e de transporte,

¹²⁰ Idem: 240.

¹²¹ Idem: 244.

da formação de técnicos, do combate ao analfabetismo, da garantia de salários e satisfatórias condições de trabalho. Além disso, propunha uma reforma fiscal e a integração econômica da América Latina..¹²²

Qual foi, porém, o resultado da implementação das políticas propostas pela *Aliança*?

No segundo ano da Aliança, o crescimento latino-americano, tomado como um todo, declinou para 0,6% a 1%, o que foi menor do que os níveis de 1961 e nem mesmo atingiu a metade do modesto objetivo da Aliança, fixado em 2,5%. Além do mais, onze nações debatiam-se nas garras da inflação há dois anos, o investimento privado estrangeiro tinha diminuído e a dívida externa tinha atingido *graves proporções* em alguns países.¹²³

Quais teriam sido os percalços encontrados pelos implementadores do programa para que as metas não fossem alcançadas? Para Horowitz, eles devem ser buscados na essência mesma do projeto e mais além, na dinâmica política e econômica que este inaugura ou reforça nos países da região latino-americana.

Do ponto de vista da estrutura interna do projeto, o autor menciona dois aspectos que considera centrais. O primeiro deles seria

uma seção do Ato de Assistência Exterior dos Estados Unidos, que tem como consequência impedir qualquer reforma agrária ou tributária radical que possa atingir as corporações norte-americanas no estrangeiro.¹²⁴

Com este Ato, de 1962, o Presidente é instruído a cortar a ajuda a um país que nacionalize ou taxe excessivamente qualquer empresa de capital majoritário americano. Levando-se em consideração que as empresas norte-americanas possuíam volumosos investimentos na região, tal ação acabava levando terra abaixo qualquer medida efetiva de reforma agrária ou tributária. O autor cita o exemplo de Honduras e o conflito de interesses do governo local com a United Fruits, cujo auge é 1962.¹²⁵ O segundo aspecto estrutural a mencionar é

¹²² Idem: 246.

¹²³ Idem: 254.

¹²⁴ Idem: 257.

¹²⁵ Idem: 258.

constituído pela ênfase [...] na estabilidade monetária, significando equilíbrio orçamentário.¹²⁶

Esse argumento buscava refutar qualquer possibilidade de utilização de mecanismos de financiamento deficitários para levar adiante as reformas pretendidas. E essa

flagrante preocupação em evitar quaisquer pressões inflacionárias [...] é motivada, naturalmente, por uma preocupação fundamental em criar o clima adequado ao investimento estrangeiro.¹²⁷

Com certeza, dada a garantia da sua remuneração graças à política de austeridade fiscal.

Mas, quais deveriam ser as prioridades de investimento do poder público, do ponto de vista dos proponentes da *Aliança* ? Teodoro Moscoso – do *staff* presidencial -em discurso feito em 1962, teria revelado essas prioridades:

[...] Eu diria tão enfaticamente quanto possível, que a empresa privada – local e estrangeira – deve reagir favoravelmente para que a Aliança tenha êxito. Deve reagir construindo fábricas, o comércio e as companhias de serviços que sejam manifestações das economias maduras, desenvolvidas. Se o setor privado falhar, então nossos próprios programas de ajuda públicos terão efeito reduzido. Nós poderemos construir alguns imponentes monumentos da Aliança na década do desenvolvimento – represas, rodovias e escolas, mas desde que o grande ímpeto da Aliança se dê dentro do setor privado... a menos que as poupanças empresariais da América Latina encontrem aplicação no reinvestimento produtivo, ao invés de encaminharem-se para bancos suíços ou consumo ostentatório – eu temo que as grandes esperanças nascidas da Carta de Punta del Este¹²⁸ sejam profundamente frustrada.¹²⁹

A lógica presente na fala de Moscoso resultaria no seguinte quadro: o poder público investiria naqueles setores aonde o retorno do investimento não se fizesse imediato ou em proporções razoáveis, ficando a iniciativa privada responsável pelos investimentos de retorno em curto prazo.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Idem: 261.

¹²⁸ Carta na qual encontram-se as diretrizes do programa da *Aliança para o Progresso*.

¹²⁹ HOROWITZ, D. A aliança para o progresso: 261-262.

A aposta que a *Aliança* fez sobre as oligarquias dirigentes latino-americanas mostrou-se, a luz dos seus objetivos, um retumbante fracasso. Parece que o *efeito demonstração*¹³⁰ que no pensamento rostowiano deveria estimular o surgimento de um setor empreendedor nos países em desenvolvimento não aconteceu. Mas, essa questão apesar de apontada como um problema, não afetava aquilo que, segundo Horowitz, mostrou ser o fim último do programa da *Aliança*.

agora se torna claro que a Aliança para o Progresso foi, realmente, formulada com a finalidade de afastar a revolução social na América Latina. Foi formulada, além do mais, não com a intenção de tomar o lugar da revolução, mas de preservar a estrutura básica da propriedade (não obstante realizar as modificações mínimas, porém necessárias, para sobrevivência) e, em especial, preservar o interesse do capital privado norte-americano no continente.¹³¹

A *Aliança* levaria o progresso apenas até onde ele fosse necessário para a preservação da ordem. Esta lógica estaria tão presente que o autor chega a afirmar que se houvesse um conflito entre os meios (capital privado) e o fim (desenvolvimento econômico), tornar-se-ia inevitável, dentro da própria estrutura do programa, que o último, isto é, o próprio *alvo* fosse sacrificado.¹³²

Rostow, Gordon e os demais membros da *Aliança* não eram apenas contemporâneos ou mantinham relações pessoais muito próximas. Eles também, como procuramos deixar implícito, compartilhavam de uma mesma cosmovisão.¹³³

Ainda a acrescentar que a idéia da superação do subdesenvolvimento como resultado da ação de uma *elite modernizadora* que trilharia o caminho do desenvolvimento capitalista amparada pelo capital externo, de uma certa forma – guardadas as devidas proporções - e até um determinado momento, foi

¹³⁰ O *efeito demonstração*, presente na teoria da modernização é uma noção que sugere a idéia de que os países subdesenvolvidos tomariam o desenvolvimento a partir de uma atitude imitativa dos países desenvolvidos.

¹³¹ HOROWITZ, D. A aliança para o progresso: 261-262.

¹³² Idem: 264.

¹³³ GORDON, Lincoln. Oral history interview: 34.

compartilhada com o nacional-desenvolvimentismo Cepalino e pôde ver-se implementada no Brasil nos anos 50 e no início dos anos 60.¹³⁴

A retórica anticomunista e a primazia do desenvolvimento econômico como condição de superação da miséria, formavam a tônica do discurso oficial no período. O fim das apostas do nacional-desenvolvimentismo brasileiro veio apenas com a interrupção do governo João Goulart, em abril de 1964. Porém, na América Latina, os limites dessa política já vinham se apresentando, como descrevemos antes.

A crítica às ilusões desenvolvimentistas será justamente um dos principais pontos de partida dos teóricos da dependência. E, na caracterização comum que fazem da expansão do modo capitalista de produção, estes autores conseguem perceber aquilo que os primeiros não conseguiram: a incompatibilidade do desenvolvimento nacional autônomo com as premissas existentes na *Aliança para o Progresso*.

Antes de fecharmos este quadro de referências buscando o núcleo comum da teoria da dependência, consideramos pertinente levantar algumas das noções centrais do pensamento de Gino Germani, pela importância que teve para a sociologia latino-americana.

Apesar de ser um teórico da modernização e compartilhar, em essência, da *démarche* descrita acima, há três razões que justificam esse esforço: a primeira, sua sociologia não consiste apenas de uma apologia das sociedades capitalistas modernas, mas compreende um esforço intelectual no sentido de enriquecer a análise das formas sociais da região. Em segundo lugar, Germani nos oferece uma visão, a partir deste ponto de vista – ou seja, da teoria da modernização - das condições específicas das sociedades latino-americanas. Em terceiro, deparamo-nos

¹³⁴ Para uma discussão mais detalhada sobre o desenvolvimentismo durante os governos Juscelino e Jânio Quadros, ver CARDOSO, M. L. Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK JQ.

em duas ocasiões com citações nominais a ele feitas por Cardoso, nas quais reforça sua proeminência na sociologia latino americana.¹³⁵

Acreditamos que desta maneira, estamos contribuindo para formar um quadro mais completo da arena intelectual sobre a qual o debate entre Cardoso e Marini se desenvolve.

Gino Germani e a modernização da América Latina

Gino Germani, italiano de nascimento, radicou-se na Argentina em 1934. Formou-se em filosofia na Universidade de Buenos Aires e, em 1957, participou da fundação e dirigiu o curso de Sociologia e o Instituto de Investigações da citada Universidade. Lecionou também em Harvard (EUA), instituição da qual se tornou efetivo em 1966. Herdeiro da tradição parsoniana considerava que nesta metodologia estava o modelo mais acabado de sociologia científica.¹³⁶

Toda sua elaboração se desenvolverá dentro da lógica dicotômica do tradicional e do moderno presente na sociologia de Parsons. Mas, distintamente de Rostow que também trilha as pegadas de Parsons, trabalhará com outras dimensões deste tipo de análise. Particularmente trabalhará com a problemática da modernização política e a distinção que faz entre a modernização econômica e a social.

Inicialmente, vale identificar o que Germani entende, em linhas gerais, por modernização.

Concebemos a modernização como um processo global no qual, entretanto, é necessário distinguir uma série de processos componentes. Em cada país, a peculiaridade da transição resulta, em grande parte, do fato de que a seqüência, assim como a velocidade, em que ocorrem tais processos componentes, variam consideravelmente de país para país, por causa das circunstâncias históricas diferentes, tanto no nível nacional, quanto no nível internacional. Essa variação em taxas e seqüências é o que

¹³⁵ A primeira encontramos em CARDOSO & FALLETO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*: 17; e a segunda em CARDOSO, F. H. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*: 7.

¹³⁶ GIARRACA, N. *La sociología, Gino Germani y yo*.

diferencia a transição dos países do Terceiro Mundo da transição dos países atualmente avançados, que se realizou, por sua vez, em épocas históricas distintas.¹³⁷

De acordo com Germani há, portanto, diferenças de ritmo (aceleração e desaceleração) e seqüências (atrasos e adiantamentos) que influenciam a transição vivida pelos países. Essas variações, como podemos observar, devem ser compreendidas imersas nas condições contextuais – econômicas, sociais, culturais e políticas – tanto nacionais como internacionais. Observando os países latino-americanos e comparando-os aos mais avançados, cujas transições se deram em épocas históricas distintas, Germani afirma que poderíamos notar uma variação de ritmo e seqüência nas seguintes variáveis e processos: população e taxas vitais; grau de concentração urbana; persistência de padrões arcaicos nas estruturas econômicas, sociais e culturais das áreas rurais; persistência de uma forte anteposição entre as áreas modernizadas e as atrasadas no interior de cada país; persistência da marginalidade (econômica, social, cultural e política), tanto nas áreas rurais como nas urbanas; crescimento do setor terciário proporcionalmente superior àquelas dos países avançados em estágios similares de desenvolvimento; aspirações de consumo *modernas* dentro de uma estrutura de produção relativamente *atrasada*; atraso no surgimento de atitudes *modernas* adequadas, concernentes aos novos padrões de desenvolvimento da ciência e da tecnologia; grau de mobilização política e social; persistência do padrão da intervenção militar, em condições já modernizadas de participação política.¹³⁸

Germani cita quatro características que distinguem a América Latina das demais áreas menos desenvolvidas:

a) a América Latina se diferenciaria porque possui fortes raízes na cultura ocidental. Independente de qualquer influência das populações originais da região, o impacto de quatro séculos de domínio ocidental e a origem cultural européia de

¹³⁷ GERMANI, G. *Sociologia da modernização*: 8.

¹³⁸ *Idem*: 9-10.

grande parte da sua população a distinguiria dos países do continente Asiático e Africano;

b) as diferenças étnicas na América Latina seriam muito mais de base econômico-social e cultural do que propriamente *racial*, o que ajudaria a promover maiores possibilidades de integração nacional;

c) as nações latino-americanas, se comparadas a outras do Terceiro Mundo, teriam alcançado estágios mais avançados no que concerne a sua integração e organização como Estado Nacional;

d) os países mais populosos da América Latina devem ser considerados não mais países subdesenvolvidos, mas sim como nações de *classe média* dentro da escala internacional em termos de modernização. Estes países estariam, portanto, em uma posição intermediária, para ele, na sua metade superior.¹³⁹

Quando fala em escala, a qual se refere? Qual o seu referencial? Vejamos:

o ponto de partida é a definição da sociedade industrial moderna como categoria genérica que engloba diferentes tipos de sociedades industriais, que são em parte semelhantes (o que justifica sua classificação dentro de uma mesma categoria) e em parte divergentes (o que requer a distinção em diferentes tipos).¹⁴⁰

E o que define uma sociedade industrial moderna? Para ele, o requisito mínimo para a existência de qualquer sociedade industrial moderna consistia

na *secularização* do conhecimento científico, da tecnologia e da economia, de tal modo que levem ao emprego cada vez maior de fontes energéticas de alto potencial e à maximização da eficiência na produção de bens e serviços.¹⁴¹

A secularização é o processo que sintetiza os pré-requisitos mais importantes – porém não os únicos – da formação das sociedades industriais. Neste se verificam três mudanças essenciais na estrutura social:

a) o tipo de ação social deixa de ser prescritivo para tornar-se eletivo;

¹³⁹ Idem: 10-12.

¹⁴⁰ Idem: 15.

¹⁴¹ Idem: 16.

b) a institucionalização da tradição dá lugar à institucionalização da mudança;

c) a especialização institucional, que resulta em uma maior diferenciação e complexificação institucional, deixando para trás o padrão até então vigente de um conjunto de instituições relativamente indiferenciadas.¹⁴²

De inspiração na sociologia funcionalista de Parsons, como já comentamos, essas transformações vão operar em diversos níveis e processos, mas fundamentalmente no normativo e no da personalidade. Das três transformações citadas acima, aquela cuja importância é maior, diz respeito à mudança do tipo de ação.¹⁴³

O aumento da racionalidade deve ser considerado como uma das principais características da secularização. Isso significaria uma mudança da ação de tipo *tradicional* para uma outra, *racional*, em muitas áreas de conduta.

A ação prescritiva se produz dentro de um sistema normativo rígido, que limita a margem de variação possível do ator. Como o próprio nome sugere, algo que não só não passa por uma escolha explícita do sujeito, mas que lhe é *ordenada* pela tradição. O ator é portador de normas, valores e interesses do grupo, em lugar de suas próprias. Na ação eletiva, o sistema de normas continua existindo e regulando os fins e os meios da ação, mas concede ao sujeito uma certa capacidade de escolha, ainda que ela esteja prescrita por certos critérios. O sistema de ação eletiva é caracterizado, enfim, pela possibilidade de escolha como regra e a

¹⁴² GERMANI, G. Secularización, modernización y desarrollo económico: 73.

¹⁴³ Por ação devemos compreender o modo de relação entre um *ator* – entendido aqui como um sujeito ou coletividade socialmente organizada – e um conjunto de objetos – dos quais os mais importantes são outros *atores* - em uma situação dada. Esta relação entre o ator e a situação assume um certo aspecto motivacional, no qual ele buscará sempre empreender seus esforços para obter satisfação e evitar sofrimento ou privação. A motivação estará relacionada diretamente a um sistema normativo (mais ou menos rígidos) que reflete a etapa (tradicional ou moderna) em que se encontra uma determinada sociedade, no qual o ator criará um campo de expectativas em relação a situação propriamente dita. PARSONS, T. O conceito de sistema social.

afirmação da liberdade individual como um dado da cultura (o individualismo).¹⁴⁴ A ação racional é um tipo de ação eletiva, cujos critérios de escolha se baseiam na racionalidade.¹⁴⁵ Para além de um pleonasma, o que Germani faz é reforçar o papel central, como já comentamos, do conhecimento científico e tecnológico na passagem da sociedade tradicional para a moderna.

O conceito de ação social e a passagem de um sistema normativo de ação prescritiva para um outro caracterizado pela preponderância da ação eletiva traz a tona uma série de outras questões que estão colocadas para além do objetivo deste trabalho. Poderíamos discutir aqui, por exemplo, a ação eletiva movida pelo hábito ou a persistência de áreas ainda existentes sob a vigência de sistemas prescritivos em países industrializados. Mas para os fins pretendidos, consideramos suficiente a exposição acima.

A segunda característica da secularização é a institucionalização da mudança em lugar da institucionalização da tradição.¹⁴⁶

A sociedade tradicional é aquela que se encontra presa ao passado, que nega veementemente tudo o que representa o novo e reafirma sempre pautas preestabelecidas. Em sociedades deste tipo, toda mudança é considerada uma anormalidade e de certa forma algo como uma *violação das regras*.¹⁴⁷ Na sociedade industrial, por outro lado, a mudança é tida como um fenómeno normal e institucionalizado.

O terceiro aspecto é o da especialização institucional. Enquanto a sociedade pré-industrial tem um tipo de organização social praticamente indiferenciada para o

¹⁴⁴ Idem: 75-77.

¹⁴⁵ Quando Germani fala da racionalidade como uma das principais características da secularização, ele está tratando, fundamentalmente, da racionalidade instrumental ou técnico-científica. GERMANI, G. Secularización, modernización y desarrollo económico: 80.

¹⁴⁶ Tomamos aqui a idéia de institucionalização como interiorização, algo que comporá a essência de um determinado sistema social, em analogia ao que ocorreria com a personalidade de um indivíduo. Ver PARSONS, T. O conceito de sistema social: 51.

¹⁴⁷ GERMANI, G. Secularización, modernización y desarrollo económico: 81.

cumprimento de suas funções, na sociedade industrial o que se dá é justamente o contrário. Ali cada função tende a estar especializada, gerando estruturas cada vez mais específicas nas quais se desenvolvem tarefas claramente delimitadas.

Germani desenvolve essa idéia ao demonstrar o papel da família nas sociedades tradicionais. Neste tipo de sociedade, a família, a comunidade local e a religião estão muito ligadas e abarcariam a maior parte de todas as atividades humanas. Quanto às sociedades modernas, estas desenvolveriam uma diferenciação de funções cada vez maior, com a economia desempenhando um papel central. Além desta, todas as demais áreas criam suas próprias instituições: a educação, a atividade política, a recreativa, etc. Esse processo de especialização institucional vai criando na sociedade uma pluralidade de sistemas valorativos, sem que isso vá, portanto, afetar a interdependência dessas áreas, pois haveria a permanência de um conjunto de valores subjacentes, garantindo assim a sua existência como um sistema social.¹⁴⁸ Vistas as principais características da secularização e o lugar que ela ocupa no seu arcabouço teórico, vamos tratar agora da maneira como Germani descreve as etapas do processo de modernização de uma forma geral e mais especificamente da América Latina.

Como vimos acima, a secularização é um quesito fundamental na passagem de sociedades tradicionais para modernas, mas ela sozinha não a explica. Para compreender o que chamou de a *grande transformação*,¹⁴⁹ Germani sugere que se distinga seus três componentes mais importantes: o desenvolvimento econômico, a modernização social e a modernização política. A transição propriamente dita é um processo cumulativo no qual os resultados da etapa anterior se fazem desdobrar

¹⁴⁸ Idem: 82-83.

¹⁴⁹ Aqui, Germani usa o termo tal como foi empregado por Polanyi para descrever as condições em que se dá o surgimento da sociedade industrial. GERMANI, G. *Sociologia da modernização*: 16.

naquela que se segue, perseguindo o caminho que necessariamente chegaria a sociedade industrial.¹⁵⁰

O desenvolvimento econômico se define como uma mudança estrutural através da qual os mecanismos necessários para o crescimento autônomo se incorporam permanentemente ao funcionamento da sociedade. O *tipo ideal* de uma economia desenvolvida pode-se caracterizar pela existência de uma série de subprocessos ou características principais:

a) o emprego de fontes de energia de alto potencial e de tecnologia de alta eficiência em todos os setores da atividade econômica;

b) existência de mecanismos apropriados - institucionais e humanos – para a criação ou absorção de inovações tecnológicas ou organizacionais;

c) diversificação da produção;

d) predomínio da produção industrial sobre a agrícola;

e) proporção apropriada entre indústrias de bem de consumo e de produção;

f) maior taxa de inversão em relação ao produto nacional;

g) alta produtividade *per capita*;

h) predomínio das atividades intensivas de capital frente as intensivas de trabalho;

i) menor dependência da economia ao comércio exterior;

j) uma distribuição igualitária do Produto Interno Bruto.¹⁵¹

O desenvolvimento político pode ser caracterizado pela averiguação das seguintes variáveis:

¹⁵⁰ Lembrando que Germani, como todos os autores da tradição funcionalista, ao nomearem uma sociedade, a estão tipificando, compreendendo a noção como um *tipo ideal*.

¹⁵¹ GERMANI, G. *Sociologia da modernização*: 18-19.

a) a *organização racional do Estado*, incluindo maior eficiência em funções estatais cada vez mais diversificadas, especializadas ou centralizadas;

b) capacidade de originar e absorver as mudanças estruturais nas esferas econômica, política e social, mantendo ao mesmo tempo um mínimo de integração;

c) algum tipo de participação política de toda ou da maior parte da população adulta.¹⁵²

Germani descreve como subprocessos que compõem a modernização social:

a) a *mobilização social*¹⁵³ de uma crescente proporção da população;

b) concentração crescente da população em áreas urbanas;

c) mudanças demográficas, tais como diminuição da taxa de mortalidade e natalidade;

d) mudanças na estrutura familiar e nas relações de parentesco;

e) mudanças no perfil do sistema de estratificação com a redução dos setores

tradicionais e aumento da mobilidade social;

f) mudanças nas formas e no alcance da participação, com expansão dos direitos civis, de acesso à educação, do consumo, criando assim um sentimento de pertencimento a sociedade nacional por parte de todos os setores.¹⁵⁴

Estabelecidos os subprocessos e processos que caracterizam a sociedade moderna, Germani buscará conceber uma *teoria das etapas da modernização*. Ele sugere que para identificar as etapas podem ser utilizados dois critérios principais:

¹⁵² Idem: 20.

¹⁵³ Germani entende que no processo de modernização social, no decorrer da desintegração da estrutura social preexistente, há uma redefinição do conjunto de possibilidades colocadas ao indivíduo, a partir da alteração do conjunto de status e de papéis sociais correspondentes. Essas mudanças envolveriam a parcela majoritária da população que *lutaria* por uma nova colocação social.

¹⁵⁴ GERMANI, G. *Sociologia da modernização*: 21-22.

1) a ocorrência de uma configuração de características (na estrutura econômica, social e política) dotadas de um certo grau de estabilidade e duração, e claramente diferenciadas das configurações estruturais precedentes e seguintes; 2) a importância causal da configuração para dar forma ao futuro curso da transição.¹⁵⁵

Com o mesmo objetivo, Germani também sugere a idéia de que uma etapa representa um *ponto de decisão* na transição. Na sua definição,

um *ponto de partida* pode ser definido como um momento particular [...] no qual pode produzir-se (ou não) uma reorientação. Sua ocorrência real, assim como seu caráter – positivo ou negativo – a partir do ponto de vista da modernização e do desenvolvimento econômico alcançados, estarão determinados pela inter-relação particular dos processos sociais e econômicos, isto é, pela configuração particular das características estruturais originadas no curso prévio da transição, e as *decisões* adotadas pelos atores sociais (indivíduos e grupos em posições-chaves).¹⁵⁶

Para fechar o quadro, é importante lembrar que para ele, essas características são formadas pela estrutura interna da sociedade, como também pela situação externa. Estas características colocarão diante dos atores um campo de possibilidades a partir das quais estes poderão tomar suas decisões.

A América Latina parecia apresentar, para Germani, as condições necessárias para uma aplicação empírica do esquema de análise das etapas da modernização.

a) ambientes culturais, sociais e econômicos relativamente semelhantes no começo da transição, e b) circunstâncias históricas externas e internas semelhantes durante o processo.¹⁵⁷

Em 1969, quando sai a primeira edição de *Sociologia da Modernização*, Germani divide a história da região em quatro etapas: sociedade tradicional, começo da dissolução da sociedade tradicional, sociedade dual e *expansão para fora* e por fim, mobilização social de massas. Será preponderante para a constituição delas os fatores externos, que pelo seu caráter comum e simultaneidade emprestarão a cada etapa as características similares ou

¹⁵⁵ Idem: 30.

¹⁵⁶ Idem: 21.

¹⁵⁷ Idem: 32.

equivalentes que possuem. Os impactos externos, porém, têm o efeito não apenas de criar homogeneidade entre as nações, mas descontinuidades internas. É isto que explica, para Germani, a economia dual como veremos a seguir.

O efeito conjunto dos fatores internos e externos -descreve Germani - são muito conhecidos na terceira etapa.

Expansão econômica fundamentada na economia de exportação primária e, por conseguinte, estímulo aos efeitos limitados de modernização, nas ordens social e política. O alcance do efeito modernizador se deu em função de três variáveis principais: 1) o tipo de economia de exportação primária; 2) o grau de sucesso que esta conseguiu ao fomentar a *expansão econômica* e 3) a existência de elites modernizadoras internas e seu nível de eficiência". É o tipo de economia de exportação primária que determinou, em grande medida, a variedade e alcance das repercussões sobre o restante da estrutura social. Novamente, no entanto, tais repercussões estavam limitadas ou expandidas, retardadas ou aceleradas pela ação e orientação das elites.¹⁵⁸

A expansão econômica característica dessa etapa exigia a mobilização de uma reduzida parte da população e constituía áreas que representavam *enclaves* dependentes do estrangeiro. Surgia, assim, a economia dual, cindida entre setores tradicionais e modernizados. Um elemento central do pensamento de Germani, como o de todos os sociólogos da modernização, era o papel desempenhado pelas elites.¹⁵⁹ Esta dualidade poderia ser verificada de formas diversas – ou mais ou menos acentuadas, na medida em que o comportamento das elites promovesse o crescimento ou não dos setores modernizantes da economia e da sociedade.

Na quarta etapa – a da mobilização social das massas – o principal fator externo teria sido a Depressão de 1929, impulsionando a industrialização de toda a região latino-americana. Isso se intensificou com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial.

Caminhando na direção do crescimento do setor industrial, outra característica desta etapa foi a urbanização, resultado da explosão demográfica que teria tido sua origem na melhoria das condições sanitárias e da medicina, graças às

¹⁵⁸ Idem: 41-42.

¹⁵⁹ Neste caso em questão, as elites latino americanas.

inovações inauguradas na etapa anterior; por outro lado, também devem ser considerados seus fatores causais a crise da economia agrário-exportadora associada a uma alta concentração das terras nas mãos das oligarquias rurais, o que inviabilizava a permanência de boa parte da população nas áreas rurais. Junto à explosão urbana, um fator importante de modernização política se desenvolveu, com um incremento na participação política de parcelas cada vez maiores da população. Este processo, porém, acabou encontrando resistência, segundo Germani, na atuação de alguns setores das classes médias que se durante a etapa anterior punham-se na defesa da extensão dos direitos políticos aos novos atores recém emergidos,¹⁶⁰ a partir de 1930 passam a opor-se a isto.

Também intervieram outros fatores, exógenos e endógenos, que complicaram singularmente a situação, agregando novas inflexibilidades e levando em muitos casos à interrupção ou à regressão no desenvolvimento econômico e na modernização política. Entre os fatores devemos mencionar: a) os resíduos sobreviventes, mas ainda ativos, das antigas estruturas de poder, tais como a elite latifundiária e certos segmentos da Igreja (a igreja *pré-conciliar* como foi chamada)¹⁶¹ e grupos das forças armadas; b) as limitações (de ordem psicocultural em parte, mas sobretudo *originadas em fatores estruturais internos e externos*) das *burguesias nacionais* no exercício de uma ação coerente e eficaz em favor do desenvolvimento econômico; c) a persistência do intervencionismo militar. Esse fenômeno deve ser considerado como uma característica intrínseca da *cultura política* latino-americana que se viu muito reforçada por fatores exógenos. [...] d) dentre os fatores exógenos operantes em todos os aspectos, desde 1930, os mais importantes foram, sem dúvida, as tensões criadas pela guerra-fria e pelo poder hegemônico dos Estados Unidos. Embora a ação deste país esteja muito longe de representar um fator monolítico operante de maneira coerente em uma só direção, é difícil pôr em dúvida que setores poderosos da sociedade norte-americana tenderam a reforçar a rigidez mantida por fatores internos, em oposição às forças favoráveis à introdução de reformas realmente significativas.¹⁶²

Em forma de síntese, Germani conclui que na quarta etapa-então em curso durante os anos 60-70 – produziram-se, na interação entre os fatores internos e externos, não só efeitos modernizantes, mas também processos de estabilização e

¹⁶⁰ Notadamente o proletariado urbano, que surge com o processo de industrialização e urbanização.

¹⁶¹ Ele fala aqui dos setores conservadores da Igreja que se opunham às resoluções do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965.

¹⁶² GERMANI, G. *Sociologia da modernização*: 45-46.

de resistência, que agiam, portanto, como elementos de atraso da transição para uma sociedade moderna.

Mas o que estaria na origem deste impasse? Para o autor, a industrialização dos países latino-americanos, que teria sido resultado de um impulso externo, levou a situação a um *ponto de decisão*: ou dava-se prosseguimento de forma planejada a modernização econômica ou simplesmente continuava-se no caminho do *crescimento para fora*.

Para ele, a explicação encontrava-se no fato de que os fatores dinâmicos não eram fortes o suficiente para promover o conjunto de mudanças necessárias a fim de construir um novo caminho efetivo para a modernização. Um outro dado a ser incluído, o comportamento tendente à estabilização, de todo um conjunto de setores que durante a quarta etapa havia sido incorporado aos novos padrões de consumo e outros aspectos comportamentais introduzidos ainda durante o período de *crescimento para fora*. Estes atores passariam a agir, em função dos seus novos interesses, no sentido da manutenção do *status quo*. A produção de uma certa modernização social antes da introdução de outras modificações acabou produzindo, indiretamente, dificuldades para o processo de conjunto. Aqui, como nos referimos há pouco, sobressai o papel preponderante das classes médias urbanas.

Além destes, Germani cita como elementos estabilizadores a migração interna - que por um lado diminui a pressão no campo, por outro também, com o desemprego nas cidades, ajuda a aplainar um possível ímpeto reivindicatório dos setores marginalizados - e a mobilidade social que contribui na incorporação a ordem dos setores mais baixos da população, visto que a possibilidade de ascensão social é uma realidade a ele sempre apresentada.

Esta é a descrição do que consideramos as principais características das idéias de Germani sobre as etapas da modernização latino-americana. Para os fins do nosso trabalho, nos restringimos a exposição dos elementos constitutivos da

terceira e quarta etapas, o que não nos impediu de apresentar os marcos analíticos centrais do seu pensamento. Nossa intenção foi a de nos concentrarmos na compreensão de um período da história que fornecerá a base do surgimento da teoria da dependência.

A Teoria da Dependência

A década de 50 na América Latina foi, decididamente, dominada pelo planejamento público inspirado na ideologia nacional-desenvolvimentista. As teorias Cepalinas expressavam a visão de mundo dos segmentos mais progressistas da burguesia industrial da região e respondiam pelo fundamental das políticas públicas em países como Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e México.¹⁶³ Vimos como, no caso brasileiro, elas foram implementadas durante os governos de Juscelino e João Goulart. No início dos anos 60, porém, essas teorias esbarrarão nas suas próprias limitações e insuficiências.

O golpe militar no Brasil e os que se seguiram em outros países do continente¹⁶⁴ puseram por terra a idéia de um *desenvolvimento nacional autônomo*, propalado pela Cepal e por expressivos setores da intelectualidade de esquerda latino americana. É no cenário de crise da ideologia nacional-desenvolvimentista, sob o impacto do clima repressivo instalado na região e, também, influenciados pelo fortalecimento de movimentos sociais e partidários de tradição não stalinistas¹⁶⁵ que, na segunda metade da década de 60, ganha forma a teoria da dependência.

¹⁶³ MARINI, R. M. *América Latina: dependência e integração*: 80.

¹⁶⁴ Bolívia, em 1964; Argentina, em 1966 e depois no Chile e Uruguai, em 1973.

¹⁶⁵ *Com o nome genérico de esquerda revolucionária ela passa à história através de expressões tão significativas como o movimento 26 de julho, em Cuba; o movimento sandinista, na Nicarágua; os Movimentos de Esquerda Revolucionária (MIR), na Venezuela e no Peru. Valorizando a prática revolucionária e a luta armada, essas forças começam a estabelecer contatos entre si e a gerar uma nova ideologia, que tem como característica a exigência de vincular a luta anti-imperialista e a luta anti-capitalista, embora não abrace ainda explicitamente o socialismo.* MARINI, R. M. *América Latina: dependência e integração*: 86-87. Acrescentaríamos a esquerda revolucionária aquelas organizações de tradição marxista-revolucionária que floresceram a margem dos Partidos Comunistas.

Seu nascimento marca o esforço de uma reflexão acerca das mudanças na estrutura sócio-econômica da América Latina que se processam a partir dos anos 30 e que se acentuam no pós-guerra. Estas mudanças seriam o resultado da internacionalização dos mercados internos dos países latino-americanos, a partir do que estaria configurado um *novo caráter da dependência*. Esta seria engendrada por um padrão diferenciado de inversões do capital estrangeiro, quando comparado com os períodos anteriores, principalmente ao iniciado no fim da II Grande Guerra.

Em artigo escrito em 1968, Theotonio dos Santos apontará as principais características dessa nova situação.

Liberados das inversões internas, numa economia em depressão devido ao término dos estímulos provocados pela guerra, os capitais voltam-se para as economias atrasadas. Encontram-se, porém, economias em processo de industrialização, dominadas por ideologias nacionalistas e industrialistas [...] Este fator foi decisivo para as novas inversões. Frente a um mercado interno em crescimento e às primícias de uma economia de mercado com condições de alta lucratividade nos países subdesenvolvidos, os estímulos à exportação de capitais eram muito grandes.¹⁶⁶

Desde o advento da I Grande Guerra, os países da América Latina começaram a experimentar um pequeno surto industrializante. Iniciava-se lentamente a substituição de importações, forçada pelas novas circunstâncias internacionais. Este processo ganha intensidade depois da crise de 1929 e durante toda a década de 30 e 40, estimulado por governos, como fala Santos, de matizes nacionalistas e industrialistas. Desta forma, quando termina a II Guerra e a tarefa de reconstrução das economias dos países diretamente envolvidos, os capitais norte-americanos (e estrangeiros em geral) buscam novas áreas para acumulação e intensificam sua penetração no continente. Dados apresentados por Santos evidenciam que no período entre 1943 e 1961 o investimento direto norte-

¹⁶⁶ SANTOS, T. dos. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina: 188.

americano obteve um acréscimo de mais de 200%,¹⁶⁷ sendo crescentemente dirigido para o setor industrial.¹⁶⁸

Frente ao crescimento industrial da América Latina na década de 30 e às medidas protecionistas tomadas pelos governos da época, o imperialismo volta-se para o setor manufatureiro, integra-se na economia moderna e passa a dominar o setor capitalista industrial dessas economias.¹⁶⁹

O novo papel que o capital estrangeiro passa a cumprir, muda decididamente a estrutura sócio-econômica dos países latino-americanos. Em primeiro lugar, altera-se a dimensão das empresas, formando-se as corporações altamente tecnificadas, que são em geral, filiais das multinacionais norte-americanas ou européias. Estas tendem a monopolizar os mercados em que atuam, aumentando ainda mais a exploração sobre economias muito fragilizadas. Para estas empresas, não está em pauta o desenvolvimento autônomo ou preocupações que tangem a aspectos da soberania nacional do país em que atuam, mas encontrar as melhores condições para a reprodução ampliada do seu capital.

Ocupando cada vez mais espaços e um papel central no mecanismo de crescimento industrial, essas empresas passam a controlar o ritmo em que este se desenvolve. Dá-se um processo de integração cada vez maior entre o capital estrangeiro e as economias nacionais que resulta no aprofundamento da dependência dos últimos em relação aos primeiros. O centro desse processo é

a divisão do trabalho entre os países produtores de bens manufaturados e de máquinas leves e os países que produzem máquinas pesadas. Subsiste também uma profunda distância tecnológica entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.¹⁷⁰

As empresas monopolistas dos centros dominantes

se irradiam para os países subdesenvolvidos em forma de subsidiárias que levam seus estilos de organização monopolistas para economias muito frágeis [...] O processo de integração revela assim três aspectos muito importantes: o ajustamento das

¹⁶⁷ Em 1943 eles foram estimados no montante de US\$ 2.721 milhões. Em 1961, a estimativa ficou em US\$ 8.200 milhões. Idem: 187.

¹⁶⁸ Idem: 189.

¹⁶⁹ Idem: 192.

¹⁷⁰ Idem: 194.

dimensões das empresas, nos países subdesenvolvidos, a padrões que lhes são estranhos e o ajuste da política dessas empresas a interesses também alheios a tais países e muitas vezes contrários a estes [...] Por fim, o processo de integração implica um processo de descapitalização devido às remessas de lucros e outros rendimentos muito superiores aos investimentos realizados.¹⁷¹

Esta mudança no comportamento do capital internacional correspondia não apenas a alteração do quadro estrutural dos países periféricos, mas também a mudanças nas economias dos países desenvolvidos no pós-guerra. Dessas, podemos ressaltar algumas:

a) a unidade típica na economia capitalista deixa de ser a pequena e média empresa, presentes em uma dinâmica de mercado anônimo e concorrencial para tornar-se a grande empresa monopolista, ou seja, aquela que é capaz de produzir uma parte significativa dos produtos de um ou mais ramos industriais e assim, definir por seu interesse o volume de produção e o preço da mercadoria;

b) o setor das grandes empresas nos Estados Unidos e na Europa ligados à inversão no exterior deixa de ser elemento secundário para tornar-se o foco de atuação dessas corporações.

Para Santos, as mudanças na divisão internacional do trabalho,¹⁷² na fase do capitalismo monopolista conduzem os países dominados:

a) ao predomínio da grande empresa; b) à concentração econômica sob o domínio da grande indústria, sobretudo internacional; c) ao domínio monopolista do mercado; d) ao surgimento de uma camada gerencial que representa os interesses do grande capital;¹⁷³ e) à organização sindical e política dos

¹⁷¹ Idem: 199. As vendas das empresas, realizadas no mercado nacional eram pagas em moeda local, mas para reincorporar-se ao patrimônio da matriz, necessitava converter-se em moeda estrangeira. Esse montante acabava sendo retirado das divisas obtidas pelo país junto a sua principal fonte de financiamento: o comércio internacional. Isso provocava a descapitalização da economia local. Vale lembrar que a industrialização dos países latino americanos fora financiada com os recursos obtidos do setor agroexportador.

¹⁷² Que antes do surto industrializante dos países latino-americanos baseava-se na relação entre nações produtoras de bens primários de um lado e dou outro, aquelas que produziam bens manufaturados.

¹⁷³ Estes gerentes serão tomados do setor da burguesia nacional que associar-se-á ao capital estrangeiro, passando a defender e gestar os seus interesses.

interesses do grande capital; f) ao controle da vida política e do Estado mediante a adaptação a seus interesses.¹⁷⁴

É partindo desta nova compreensão do desenvolvimento do capitalismo na América Latina que a teoria da dependência é capaz de enumerar as insuficiências e limites das concepções desenvolvimentistas Cepalinas ou de origem nos Partidos Comunistas, bem como das Teorias da Modernização.

Antes de qualquer coisa é importante frisar as diferenças metodológicas destas visões. É justamente isso que explica uma outra percepção do processo de desenvolvimento da região.

Contra o funcionalismo da teoria da modernização, a crítica esboçada normalmente recaía sobre a incapacidade desta em perceber as particularidades da condição das sociedades latino-americanas. A respeito, observam Cardoso e Falleto:

É possível criticar este esquema com certo fundamento segundo dois pontos de vista. De um lado, os conceitos *tradicional* e *moderno* não são bastante amplos para abranger de forma precisa todas as situações sociais existentes, nem permitem distinguir entre elas os componentes estruturais que definem o modo de ser das sociedades analisadas e mostram a condição de seu funcionamento e permanência. Tampouco se estabelecem, por outro lado, nexos inteligíveis entre as diferentes etapas econômicas – por exemplo, subdesenvolvimento, desenvolvimento através de exportações ou de substituição de importações, etc. – e os diferentes tipos de estrutura social que pressupõem as sociedades *tradicionais* e as *modernas*.¹⁷⁵

Ao proceder também, tomando como pressuposto que o sistema econômico, social e político dos países europeus e dos Estados Unidos antecipam o futuro das sociedades subdesenvolvidas e que o processo de desenvolvimento é uma sucessão de etapas que se sucedem de forma cumulativa, as teorias da modernização

¹⁷⁴ SANTOS, T. dos. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina: 201.

¹⁷⁵ CARDOSO & FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*: 17.

acabam por não atribuir qualquer valor interpretativo à singularidade de cada país.¹⁷⁶

Ainda sobre a teoria da modernização Marini vai dizer que

Na medida em que desenvolvimento e subdesenvolvimento eram, no fundo, a mesma coisa, ou seja, momentos de constituição da mesma realidade, só poderiam ser diferenciados mediante a aplicação de critérios quantitativos, os únicos adequados para situar uma economia neste ou naquele ponto da escala evolutiva. [...] Salta aos olhos os inconvenientes dessa metodologia. Primeiro, por ser essencialmente descritiva, não oferecia qualquer possibilidade explicativa. Segundo, o resultado a que chegava era uma perfeita tautologia: uma economia apresentava determinados indicadores porque era subdesenvolvida e era subdesenvolvida porque apresentava esses indicadores. Girando nesse círculo vicioso, a compreensão efetiva do subdesenvolvimento se via obstaculizada e o máximo a que se poderia aspirar, com base em correlações verificáveis, era a formular proposições do tipo *se...então*.¹⁷⁷

As teses nacional-desenvolvimentistas, por sua vez, teriam ido além, ao propor o esquema centro-periferia. Partiam do ponto de vista do sistema capitalista mundial e o formato que se estabeleciam entre as nações. Sua fraqueza, segundo Marini, estaria justamente no fato de manter o desenvolvimento como um *continuum*, tomando a Cepal como exemplo, comenta que tal instituição:

não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e a complementaridade – como faria, a seu tempo, a teoria da dependência – mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico de acumulação do capital. Isto implicava que através de medidas corretivas aplicadas ao comércio internacional e da implementação de uma política econômica adequada, os países subdesenvolvidos veriam abertas as portas de acesso ao desenvolvimento capitalista pleno, pondo fim à situação de dependência em que se encontravam ante os grandes centros.¹⁷⁸

¹⁷⁶ Nota importante: uma diferença fundamental no método adotado pelos teóricos da dependência que os contrasta diretamente com a teoria da modernização é a análise das classes sociais contra uma teoria das elites desenvolvida pela segunda. As mudanças em uma estariam colocadas como resultado da luta entre classes com interesses distintos. Na outra, como pudemos apresentar anteriormente, era resultado fundamentalmente de uma elite capaz de tomar as decisões necessárias para empreender o processo de superação da condição subdesenvolvida.

¹⁷⁷ MARINI, R. M. *América Latina: dependência e integração*: 72-73.

¹⁷⁸ Idem: 77-78.

A teoria da dependência, por seu turno, partirá de novas perspectivas tomando o capitalismo como um sistema mundial, mas não considerando o desenvolvimento como etapas de um *continuum*, mas como realidades distintas e contrapostas estruturalmente vinculadas uma a outra. A dependência, de acordo com Santos:

é uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual sua própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e auto-impulsar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob a exploração dos países dominantes.¹⁷⁹

Diferenciando-se claramente das abordagens funcional-evolucionistas, o que os teóricos da dependência passaram a fazer foi inserir as experiências nacionais no quadro histórico mais geral da economia mundial. Estabelecia-se assim não uma relação linear ou mecanicista do externo sobre o interno, mas uma dialética na qual:

as determinações se encontram na dinâmica da acumulação capitalista nos países dominantes, e seu entrelaçamento com economias nacionais que tem seu processo de acumulação *condicionado* pelo modo de inserção nesta economia internacional e, ao mesmo tempo, *determinado* por suas leis próprias de desenvolvimento interno.¹⁸⁰

O método histórico-estrutural, como os dependentistas o denominavam,¹⁸¹ foi uma tentativa de rompimento com enfoques estáticos e a-históricos do pensamento social. Havia entre todos os dependentistas um consenso da necessidade de uma metodologia:

que se opusesse à dicotomia entre o devenir histórico e sua apreensão como sistema. Com maior ou menor êxito,

¹⁷⁹ SANTOS, T. dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*: 379.

¹⁸⁰ SANTOS, T. dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*: 28.

¹⁸¹ Para mais detalhes ver CARDOSO & FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*: 9-38.

desenvolveu-se na região uma prática científica voltada para a análise concreta dos processos sociais como continuidade histórica e como estruturas dialeticamente interatuantes.¹⁸²

Foi partindo dessas premissas que os dependentistas situaram o *novo caráter da dependência*, originária do padrão de acumulação de capital existente a partir do fim da II Grande Guerra. Esta abordagem permitiu-lhes compreender de forma mais efetiva as insuficiências do nacional-desevolvimentismo, tanto na sua acepção Cepalina quanto na adaptação do PCB na forma da revolução democrático-burguesa.

De forma abrangente, podemos citar as seguintes conclusões a que chegaram:

a) a industrialização, *deus ex machina*¹⁸³ do nacional-desevolvimentismo, não garantia a passagem do centro de decisão para os países em desenvolvimento, porque ela era comandada pelo capital estrangeiro, fundado nas grandes corporações multinacionais, cujo poder decisório concentrava-se nas suas matrizes no exterior;

b) a industrialização não trazia distribuição de renda porque acontecia sob o capitalismo monopólico, que tende a concentrar o poder e a riqueza em alguns poucos grandes grupos econômicos. Afora isso, também poderíamos perceber uma forte diferenciação no nível de renda no seio da própria classe trabalhadora, dividida entre assalariados especializados e não especializados;

c) o avanço das relações capitalistas de produção para o campo levou a destruição das comunidades camponesas tradicionais, forçando seu deslocamento para os centros urbanos aonde, por conta de uma industrialização baseada em

¹⁸² SANTOS, T. dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*: 129.

¹⁸³ Para usar a expressão com que Marini descreve o papel da industrialização no arcabouço teórico Cepalino. Ver MARINI, R. M. *América Latina: dependência e integração*: 79.

tecnologia intensiva e poupadora de força de trabalho, não conseguiam garantir sua sobrevivência, dando início ao problema da marginalização urbana.¹⁸⁴

d) a burguesia nacional mostrou-se incapaz estruturalmente de dirigir um processo de industrialização que levasse a cabo o desenvolvimento autônomo nacional. A teoria da dependência mostrou o quanto ela estava, naquele contexto histórico, com seus interesses associados ao do capital internacional;

e) por último, mas não menos central, respondendo aqueles que defendiam o caráter feudal das economias latino americanas – e conseqüentemente o papel revolucionário das burguesias locais – os dependentistas afirmaram que os países da região surgiram como resultado da expansão mercantil européia e não poderiam por isso ser identificados como feudais. Era claro que estas sociedades conformavam tipos especiais, mas que não poderiam ser compreendidas a parte do processo de expansão das relações capitalistas de produção a partir dos países do centro para a periferia.

Com isso, apresentamos aquilo que consideramos ser o núcleo central comum da teoria da dependência. Resultado de um período histórico determinado, os autores dependentistas, mesmo com origens distintas, têm pontos de partida próximos, desenvolveram formulações comuns e chegaram a conclusões – apesar de desavenças entre eles – com forte grau de consenso.

Durante a década de 70, as diferenças entre os autores dependentistas crescerá. Nosso trabalho, como proposto, concentrar-se-á no debate travado entre Fernando Henrique Cardoso e Rui Mauro Marini. Debate que se inicia em 1972 e chega ao ápice no fim da mesma década. Para realizarmos o estudo a contento, precisamos antes de entrar no conteúdo da polêmica, compreender o momento em que ela se desenvolve e o que está em jogo no Brasil daquele período. Esta é a tarefa a que nos dedicamos em seguida.

¹⁸⁴ SANTOS, T. dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*: 125-128.

Capítulo 3

O mundo e o Brasil no final da década de 70

Arrolar os principais traços da conjuntura de uma determinada época não é uma tarefa simples, mesmo quando esta não é o centro da questão investigada. Mas para que possamos dar seqüência à proposta deste trabalho, tal como a concebemos, não podemos nos furtar a enfrentar essa questão. Nossa intenção é buscar os elementos que nos permitam situar o contexto histórico, político e social no qual o debate entre Cardoso e Marini ganhou significado e se desenvolveu. Isto se faz necessário não apenas por dever de coerência com o método por nós adotado, mas para tornar possível a compreensão dos elementos subjacentes às posições destes dois teóricos da dependência, para que assim possamos balizar as inferências que faremos sobre seus objetivos e motivações.

Insistindo em que precisamos situar os autores considerados dentro de uma totalidade histórica, julgamos que o melhor quadro possível deve começar sendo descrito a partir de um bosquejo do cenário internacional da época, para então ser desenhada a situação brasileira em suas linhas mais estruturais e, por fim, apresentar alguns dados sobre a situação das ciências sociais – à época -no país.

Os marcos teóricos para a análise da conjuntura dos anos 70

O intervalo de tempo que vai do início da década de 70 até o início dos anos 80 do século passado, representa, sem sombra de dúvidas, a alvorada de um novo período histórico. Marcado pela primeira grande recessão generalizada após a Segunda Guerra Mundial, ele verá surgir um novo padrão no processo de acumulação de capital, ancorado em uma visão de mundo de matriz liberal e ultraconservadora.

A análise feita por Mandel das crises de 1974/75 e 1980/82¹⁸⁵ será nossa referência para a apresentação da conjuntura mundial no período em questão. Nossa escolha, como sugere Behring, vale-se do fato de que

seu processo de elaboração se dá a partir de um mirante radicalmente crítico, e dessa forma, mais abrangente.¹⁸⁶

Ao trabalhar nos marcos da categoria da totalidade, ele rejeita análises monocausais do desenvolvimento do capitalismo,

entendendo que as formas concretas que esse modo de produção engendra em cada momento histórico são resultantes da interação de uma série de variáveis parcialmente independentes entre si.¹⁸⁷

A sua riqueza conceitual, o seu rigor metodológico e a sua capacidade de apontar tendências que acabaram, muitas delas, sendo confirmadas pela história,¹⁸⁸ é o que também justifica essa nossa opção.

Queremos apenas ressaltar que não faremos aqui um balanço do conjunto dos seus escritos econômicos e políticos. Nos deteremos na apresentação dos conceitos e das idéias que estejam circunscritos aos objetivos desse trabalho.

a) Os ciclos e as ondas longas

Ernest Mandel, vai desenvolver uma tentativa de interpretação da história do modo de produção capitalista no pós-guerra, valendo-se da leitura de Marx, e incorporando aqueles autores que tratam do movimento cíclico do processo de acumulação de capital, através dos ciclos e das ondas longas de tendência expansionista/estagnacionista. Do ponto de vista metodológico, Mandel parte de dois pontos fundamentais. O primeiro diz respeito à idéia de que:

a economia mundial capitalista é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-

¹⁸⁵ MANDEL, E. *O capitalismo tardio*; e MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*.

¹⁸⁶ BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*: 111.

¹⁸⁷ Idem: 112.

¹⁸⁸ As indicações feitas ao final do livro *O Capitalismo tardio*, escrito em 1972, puderam ser confirmadas com os acontecimentos dos anos seguintes. Ver MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*: 9-10; e BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*: 142.

capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial.¹⁸⁹

Isso traduz a lei do desenvolvimento desigual e combinado no qual as formas econômicas mais primitivas se combinam com o que há de mais desenvolvido formando na verdade um todo orgânico, funcionando sob a hegemonia do capital.

O segundo, acerca do desenvolvimento cíclico do capital, ele diz que:

este corresponde, mais precisamente, a uma unidade dialética de períodos de equilíbrio e períodos de desequilíbrio, cada um desses elementos dando origem à sua própria negação. Cada período de equilíbrio conduz inevitavelmente a um desequilíbrio, que, por sua vez, após certo tempo, torna possível um novo e provisório equilíbrio. [...] pode-se afirmar que as rupturas de equilíbrio, isto é, o desenvolvimento irregular, são características da própria essência do capital, na medida em que este se baseia na concorrência [...]. Dado o fato da concorrência, o *anseio incessante por enriquecimento*, que é um elemento distintivo do capital, consiste na realidade na busca de um *superlucro*, de um lucro acima do lucro médio. Essa procura conduz a tentativas permanentes no sentido de revolucionar a tecnologia, conseguir menores custos de produção que os dos concorrentes e obter superlucros, o que é acompanhado por uma composição orgânica do capital mais elevada e, ao mesmo tempo, por uma taxa crescente de mais valia.¹⁹⁰

Em função deste movimento, quando há uma situação de discrepância entre a produção de mais-valia e a sua realização e desta com a acumulação de capital, temos a explicação para as crises de superprodução. Os ciclos econômicos são, então, um movimento de acumulação acelerada de capital,¹⁹¹ seguido de um momento de superacumulação¹⁹² e depois, na sua fase descendente, acumulação desacelerada de capital e finalmente, subinvestimento.¹⁹³

¹⁸⁹ MANDEL, E. *O capitalismo tardio*: 32.

¹⁹⁰ Idem: 17.

¹⁹¹ Atribuído a renovação do capital fixo, ou seja, da renovação tecnológica.

¹⁹² Excesso de capital disponível, que não pode ser investido à taxa média de lucro esperado pelos capitalistas.

¹⁹³ Investe-se menos capital do que o montante apto a ser valorizado. Este momento tem a função de elevar a taxa média de lucro.

De acordo com Mandel, Marx teria definido o tempo deste ciclo em função do necessário para a reconstrução da totalidade do capital fixo. Eles se repetiriam a cada 7 a 10 anos.

O capital que não é utilizado na fase de subinvestimento vai formando um *fundo de reserva* que ao fim de alguns ciclos pode permitir - para além do que é demandado pela fase de acumulação *normal* - uma renovação fundamental na tecnologia produtiva.

A existência de um longo período de subinvestimento é justamente a expressão do fato de que algum capital adicional estava certamente disponível, mas não era investido ou gasto.¹⁹⁴

Este capital adicional estará disponibilizado quando houver um aumento repentino da taxa de lucro. Entre os fatores que poderiam causar este aumento poderíamos citar a elevação da taxa de exploração da força de trabalho - em função de alguma derrota política da classe trabalhadora, por exemplo - e a diminuição do valor do capital circulante (matéria primas) - pelo aumento da produção direta ou diminuição do tempo de rotação em função da melhoria dos transportes e comunicação.

Quando o acréscimo na acumulação de capital é realizado e não há neutralização de seus efeitos, temos aqui a possibilidade de conseguir uma revolução na produção de tecnologia e não apenas sua reposição parcial ou moderada. Essas *revoluções globais* são realizadas na esfera da produção mecanizada de fontes de energia e máquinas motrizes. A partir delas, todo o sistema produtivo é alcançado.

A transformação tecnológica resultante das revoluções da tecnologia produtiva de base das máquinas motrizes e fontes de energia conduz assim a uma nova valorização do excesso de capitais que vem se acumulando de ciclo em ciclo, no âmbito do modo de produção capitalista. No entanto, exatamente pelo mesmo mecanismo, a generalização gradativa das novas fontes de energia e novas máquinas motrizes, deve conduzir após uma fase mais ou menos longa de acumulação acelerada a uma fase igualmente prolongada de acumulação desacelerada - isto é, à

¹⁹⁴ MANDEL, E. *O capitalismo tardio*: 79.

renovação do subinvestimento e ao reaparecimento do capital ocioso.¹⁹⁵

Estes novos ciclos são o que Mandel chama de *ondas longas*. Ele nos oferece, inclusive, uma periodização delas: do fim do séc. XVIII a crise de 1847, caracterizado pela difusão gradativa da máquina a vapor de fabricação manufatureira; o período da crise de 1847 e o início da década de 90 do século XIX, caracterizado pela generalização da máquina a vapor de fabrico mecânico (essa foi a onda longa da primeira revolução tecnológica); o período entre 1890 e a Segunda Guerra, caracterizado pela utilização do motor elétrico e a combustão a todos os ramos da indústria (Segunda revolução tecnológica); e o período iniciado nos EUA em 1940 e nos demais países do centro em 1945/48, caracterizado pelo controle generalizado das máquinas por meio de aparelhagem eletrônica.

Cada uma dessas ondas longas, conforme argumentado acima, pode ser subdividida entre ondas longas de tendência expansionista e ondas longas de tendência estagnacionista. Estas, por sua vez, não se manifestariam de forma mecânica, mas articuladas com os ciclos clássicos.

Numa fase de expansão os períodos de acumulação acelerada serão mais longos e intensos, enquanto mais curtas serão as crises cíclicas de superprodução. O inverso também deve ser verificado. No momento em que escrevia o livro (1972) o autor nos inseria na segunda fase da onda longa que teria se iniciado depois da Grande Guerra.

Considerando as variáveis apresentadas anteriormente, Mandel apresenta um quadro no qual reconstrói historicamente o desenvolvimento do modo de produção capitalista:

Onda longa	Tonalidade principal	Movimento dos componentes do valor das mercadorias industriais	Origens desse movimento
1) 1793-	Expansão, taxa	Cf: subindo	Máquinas artesanalmente

¹⁹⁵ Idem: 83.

1825	de lucros em alta.	acentuadamente Cc: subindo acentuadamente e caindo a seguir v: caindo s/v: subindo ¹⁹⁶	produzidas, a agricultura se atrasa frente à indústria – alta de preços das matérias primas. Queda dos salários reais, com lenta expansão do proletariado industrial e desemprego maciço. Vigorosa expansão do mercado mundial (América do Sul).
2) 1826-47	Enfraquecimento, taxa de lucros em estagnação.	Cf: subindo Cc: caindo s/v: estável	Redução dos lucros feitos a partir da concorrência à produção pré-capitalista na Inglaterra e Europa Ocidental. O valor crescente de C ¹⁹⁷ neutraliza a taxa mais alta de mais-valia. É desacelerada a expansão do mercado mundial.
3) 1848-73	Expansão, taxa de lucros em alta.	Cf: caindo Cc: estável e a seguir subindo v: caindo s/v: subindo	A transição para a fabricação mecânica de máquinas reduz o valor de Cf. Cc aumenta, mas sem acompanhar a queda de Cf. Expansão maciça do mercado mundial posterior à crescente industrialização e à expansão da construção de ferrovias na Europa e América do Norte, em consequência da Revolução de 1848.
4) 1874-93	Enfraquecimento, taxa de lucros cai, a seguir permanece estagnada e depois aumenta levemente.	Cf: subindo Cc: caindo v: subindo lentamente s/v: de início caindo, e depois subindo lentamente	As máquinas de fabricação mecânica se generalizam e as mercadorias produzidas com elas deixam de gerar superlucro. A crescente composição orgânica do capital conduz a um declínio na taxa média de lucros. Na Europa Ocidental aumentam os salários reais. Os resultados da crescente exportação de capital e a queda nos preços de matérias-primas só gradualmente permitem expansão na acumulação de capital. Estagnação relativa do mercado mundial.
5) 1894-1913	Expansão, taxa de lucros em alta e depois estagnada.	Cf: caindo Cc: subindo vagarosamente v: subindo vagarosamente e a seguir estabilizada s/v: subindo abruptamente e a	O investimento de capital nas colônias, a arrancada do imperialismo, a generalização dos monopólios, beneficiados ainda mais pelo aumento notavelmente lento no preço das matérias-primas, e estimulados pela segunda revolução tecnológica, com o subsequente aumento radical na produtividade do trabalho e na mais-valia,

¹⁹⁶ Aonde Cf significa capital fixo ou mais usualmente os meios de produção; Cc, capital circulante ou as matérias primas e afins; v, o capital variável ou salários; s/v, a taxa de mais-valia.

¹⁹⁷ C = Capital Constante, resultante da soma do capital fixo e do circulante.

		seguir estabilizada	permitem um acréscimo geral na taxa de lucros, o que explica o rápido crescimento da acumulação de capital. Expansão vigorosa do mercado mundial (Ásia, África, Oceania).
6) 1914-39	Retrocesso, taxa de lucros em queda abrupta	Cf: estável Cc: caindo v: caindo, depois estável e a seguir caindo s/v: caindo, depois estável (na Alemanha, em ascensão desde 1934)	A deflagração da guerra, a ruptura do comércio mundial e o retrocesso na produção material determinam dificuldades crescentes à valorização do capital, reforçadas pela vitória da Revolução Russa e pelo estreitamento do mercado mundial que esse fato ocasionou.
7) 1940/45-1966	Expansão, taxa de lucros em elevação e a seguir começando a declinar lentamente.	Cf: subindo Cc: cai v: antes estável ou caindo, depois subindo lentamente s/v: subindo acentuadamente, depois estável	O enfraquecimento (e atomização parcial) da classe operária determinado pelo fascismo e pela Segunda Guerra Mundial, permitem uma alta maciça na taxa de lucros, o que favorece a acumulação do capital. De início, este é lançado na produção de armamentos e a seguir nas inovações da terceira revolução tecnológica, o que barateia consideravelmente o capital constante e assim promove uma elevação a longo prazo na taxa de lucros. O mercado mundial se contrai através da autarquia, da guerra mundial e da ampliação das zonas não capitalistas (Europa oriental, China, Coreia do Norte, Vietnã do Norte, Cuba), mas a seguir é bastante ampliado pela intensificação da divisão internacional do trabalho nos países imperialistas e pelo início da industrialização nas semicolônias.
8) 1967-...	Enfraquecimento, taxa de lucros em declínio	Cf: estável e subindo Cc: caindo e, a seguir, subindo acentuadamente v: subindo lentamente, e a seguir, estável s/v: estabilizado	A lenta absorção do <i>exército industrial de reserva</i> nos países imperialistas age como obstáculo a um aumento adicional na taxa de mais-valia, apesar da automação crescente. A intensificação da concorrência internacional e a crise monetária mundial trabalham no mesmo sentido. Diminuição do ritmo de expansão do comércio internacional.

Fonte: MANDEL, E. *O capitalismo tardio*: 92-93.

b) Algumas tendências do processo de acumulação sob o capitalismo tardio

A era inicial do capitalismo, de livre concorrência, caracterizou-se por uma relativa imobilidade do capital a nível internacional. A concentração de capitais e a centralização davam-se exclusivamente em bases nacionais. No período clássico do imperialismo a concentração se fazia cada vez mais internacionalmente e a centralização nacional foi acelerada com a quebra das empresas mais fracas, ao mesmo tempo em que a intervenção estatal era cada vez mais usada para garantir os lucros dos monopólios.

A terceira revolução tecnológica¹⁹⁸ e a formação deste período que o autor denomina por *capitalismo tardio*¹⁹⁹ marcou a passagem do que antes era concentração internacional de capital para centralização internacional.

O desenvolvimento das forças produtivas chegou a um tal grau em que já não era mais lucrativa a produção exclusivamente para o mercado nacional. As empresas requerem cada vez mais quantias maiores de capital para fazer frente as necessidades impostas pela concorrência.

O aumento da acumulação coloca uma quantidade enorme de capital a disposição das grandes empresas. A tendência destas é a de se expandirem para um mercado internacional a fim de garantirem permanentemente a saída de seus produtos. Essa expansão segue dois caminhos: (a) diferenciação e combinação de setores no mercado interno e (b) especialização e diferenciação de produtos no mercado externo.

No capitalismo tardio os superlucros assumem a forma de *rendas tecnológicas*.²⁰⁰ A busca incessante por inovações tecnológicas tem como objetivo a diminuição dos custos totais de produção. E essa corrida que tem por base a

¹⁹⁸ A terceira revolução tecnológica caracteriza-se pela automatização do processo fabril com a entrada da robótica e da microeletrônica na produção inclusive de máquinas.

¹⁹⁹ Que em outros autores encontraremos pela denominação de neocapitalismo; ver PEREIRA, L. Introdução: 8-14.

²⁰⁰ Superlucros obtidos pelos avanços técnicos favorecidos pelas práticas monopolistas.

terceira revolução tecnológica, ao aumentar a velocidade em que são usadas as máquinas, diminui seu tempo de vida. Mas, ao mesmo tempo, representam a transição da prática clássica de manutenção periódica da planta existente - que se renovaria a cada 10 anos - para uma outra que implica a implementação de inovações tecnológicas algumas vezes significativas. Isso faz com que seja necessária uma atividade permanente de investimento. A tendência que se observa - típica do capital monopolista - é a conversão de todo capital de uma empresa para capital fixo e a obtenção de créditos bancários para a (quase) totalidade de seus capitais circulantes. Todos os processos acabam sendo assim, acelerados.

Com o aumento do dispêndio - inclusive de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) -²⁰¹ torna-se necessário calcular e planejar os gastos da forma o mais exata possível. As vendas devem ser planejadas, bem como a amortização das máquinas. Essa necessidade de planejamento é acompanhada também por uma outra característica do capitalismo tardio: a busca do lucro não mais se resume a sua simples maximização, deve-se buscar a sua maximização a longo prazo.

Os dados sobre a ação das empresas monopolistas remetem-nos diretamente à relação dos países subdesenvolvidos. A transferência líquida de valores dos países subdesenvolvidos para os do centro do sistema durante o capitalismo tardio, é maior do que no período clássico do imperialismo. A renda não se esvai desses países apenas pela transferência de dividendos, juros, ordenados pagos aos altos funcionários dessas empresas e de dívidas crescentes. Mandel afirma que nesta fase o fundamental é a agudização da troca desigual.

Para Mandel, troca desigual

significa que as colônias e semicolônias tendiam a trocar quantidades cada vez maiores de trabalho nativo (ou produtos do trabalho) por uma quantidade constante de trabalho metropolitano (ou produtos do trabalho).²⁰²

²⁰¹ Mandel nos oferece os seguintes dados sobre os EUA: menos de US\$ 100 milhões antes da Segunda Guerra; US\$ 2,24 bilhões em 1953; US\$ 5,57 bilhões em 1963 (apenas gastos industriais).

²⁰² MANDEL, E. *O capitalismo tardio*: 244.

Essa mudança estaria ligada a uma série de transformações estruturais da economia capitalista internacional a partir da década de 50:

a) o fluxo principal das exportações de capital passava a se dar entre as metrópoles e não mais destas para os países subdesenvolvidos;

b) nos países subdesenvolvidos a ênfase dos investimentos estrangeiros deslocara-se da produção de matérias primas para a de produtos acabados;

c) movimentos antiimperialistas locais levaram colônias e semicolônias a adotarem medidas que dificultassem a transferência de lucros para as metrópoles;

d) as burguesias coloniais buscavam aumentar sua proporção de mais-valia produzida por camponeses e trabalhadores pobres, em detrimento do que era obtido pelas empresas e Estados imperialistas;

e) com a independência política das colônias, alguns custos antes arcados pelo excedente gerado nos setores agro-exportadores passaram a ser descontados diretamente na mais-valia obtida pelo capital imperialista.²⁰³

Ainda para Mandel:

O desenvolvimento das empresas multinacionais e o deslocamento da ênfase do imperialismo para a exportação de máquinas, equipamentos e veículos reforça ainda mais essa tendência que não pode, portanto, ser considerada apenas uma resposta *tática* aos movimentos de libertação das colônias e semicolônias. Deve ser vista também como um resultado *orgânico* do desenvolvimento do próprio capitalismo tardio. A estratégia mundial das principais empresas multinacionais inclui um interesse incontestável em dominar os limitados mercados internos das semicolônias – que estão crescendo vagarosamente -, mesmo que seja apenas para assegurar o controle futuro desses mercados. Esse processo tende a privar a chamada burguesia *naciona'* de sua preponderância na indústria manufatureira, onde a *joint venture*, combinando o capital nativo e estrangeiro, privado e público, torna-se um dos traços mais importantes do capitalismo tardio ou da fase neocolonialista do imperialismo.²⁰⁴

A partir do dito pode-se considerar que a acumulação de capital nos países subdesenvolvidos é de natureza específica. O pequeno mercado interno e o grande

²⁰³ Idem: 245.

²⁰⁴ Idem: 246.

exército industrial de reserva levam as empresas a utilizarem equipamentos obsoletos e ainda assim em condições de ociosidade. A produção nativa não consegue competir com as indústrias estrangeiras, o que força o gasto constante com novos equipamentos. Isso contribui para o crescente endividamento desses países.

Para concluir é importante citar mais duas características do capitalismo tardio: o papel do Estado e o problema da inflação.

De acordo com Behring, a tese sustentada por Mandel é a de que

o Estado capitalista tardio é ator decisivo, nodal, no cenário da acumulação capitalista, fato do qual decorre sua sutil e sofisticada instrumentalização direta ou indireta.²⁰⁵

Seu papel não seria apenas repressor e integrador. Ele assume, também, uma tarefa planificadora. A intenção seria a de prevenir potenciais crises de superprodução. E a partir daí que se pode compreender o problema da inflação como resultado das medidas anticíclicas adotadas pelo poder público.

O mecanismo é razoavelmente simples: amplia-se o crédito lançando papel moeda no mercado para tornar possível a aquisição de novos bens, permitindo assim a realização da mais-valia. O problema é que este mecanismo gera um processo inflacionário permanente e este pode acabar descontrolando-se.

Por fim, para Mandel, o advento da terceira revolução tecnológica e o capitalismo tardio, representaram a agudização das contradições do modo de produção capitalista, tornando-as ainda mais difíceis de resolver. Ele assim, conclui, sobre a situação dos países subdesenvolvidos que:

O fator decisivo continua sendo a impossibilidade da plena industrialização dos países subdesenvolvidos no âmbito do mercado mundial no período do capitalismo tardio e do neocolonialismo. As diferenças regionais de desenvolvimento, industrialização e produtividade estão aumentando. Nessas circunstâncias, todos os mecanismos que garantem uma situação de crise social permanente nas semicolônias continuarão funcionando; os trabalhadores desses países terão de levar a

²⁰⁵ BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*: 140.

revolução colonial até o ponto em que a sua libertação do mercado mundial capitalista, efetivada pela socialização dos principais meios de produção e sobreproduto social, possibilite a solução do problema agrário e inicie a plena industrialização.²⁰⁶

A crise recessiva internacional de 1974/75

Entre 1974 e 1975 a economia capitalista viveu a sua primeira recessão em escala mundial, desde a II Grande Guerra. Ela pegou de surpresa muitos analistas da época que acreditavam que os governos das potências econômicas capitalistas estavam em plenas condições para controlar qualquer crise cíclica.

De uma certa forma, isso foi o observado entre os anos de 1948 e 1968, aonde a dessincronização do ciclo industrial tinha reduzido a amplitude das recessões. Mas o caráter da crise de 74/75 é outro.

Uma queda da produção e da demanda internas dos países golpeados por uma recessão (por exemplo, dos Estados Unidos em 1960, do Japão em 1965 ou da Alemanha Ocidental em 1966/67) foi compensada toda vez por uma expansão das exportações para os países que escaparam da crise. No entanto, em 1974/75, pelo contrário, a sincronização internacional dos movimentos conjunturais nos principais países imperialistas amplificou o movimento de retração da atividade econômica.²⁰⁷

Essa sincronia, porém, não teria sido absolutamente fortuita ou casual, mas segundo Mandel, o resultado do período de expansão da economia mundial que a teria precedido.²⁰⁸ *A onda longa de tendência expansionista* dos anos 40-60 pode ser explicada como a consequência da superexploração a que foi submetida a classe trabalhadora pelo fascismo e em nome da *economia de guerra* durante o conflito mundial (ou então, nos EUA, sob o efeito da Guerra Fria sobre o movimento sindical), que permitiu uma alta da taxa de mais valia e, dessa forma, da taxa de lucro. Isso levou a uma acumulação de capital de enormes proporções, o que permitiu a terceira revolução tecnológica e a nova divisão internacional do trabalho

²⁰⁶ MANDEL, E. *O capitalismo tardio*: 264.

²⁰⁷ MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*: 10-11.

²⁰⁸ Que se inicia nos EUA em 40, na Europa e no Japão em 48 e vai até fins dos anos 60. Idem: 13.

que a acompanhou, orientada como descrevemos anteriormente, pelo crescimento das empresas multinacionais.

O incremento da produtividade possibilitado pelo uso das novas tecnologias foi sustentado pelo mecanismo anticíclico clássico aplicado pelos governos da época: a expansão do crédito. Esta política permitiu a manutenção do processo de crescimento e acumulação de capital, ao mesmo tempo em que ampliava o mercado, absorvendo um contingente maior de trabalhadores na produção. Disto decorreram duas conseqüências: (a) a política de expansão do crédito tendeu a elevar a inflação em escala mundial, criando problemas para o sistema monetário internacional; (b) a melhoria objetiva da situação da classe trabalhadora a colocou em melhor condição para lutar contra as perdas salariais e por outras conquistas de seu interesse.

É imperioso lembrar que com o advento da terceira revolução tecnológica houve um aumento da composição orgânica do capital. A capacidade de luta das organizações sindicais da classe trabalhadora mediante a melhora de sua condição vai minando a possibilidade do capital compensar esse aumento através da extração de maiores taxas de mais-valia. Daí, conclui Mandel,

a erosão inexorável da taxa média de lucros, que, em correlação com a difusão cada vez mais universal das características da terceira revolução tecnológica (e logo, com a erosão das *rendas tecnológicas*) termina por determinar a inversão da *onda longa*.²⁰⁹

Aliado a isso, a partir do momento em que a inflação se acelerou na maioria dos países imperialistas, seus governos se viram na necessidade de encaminhar uma política antiinflacionária. Esse esforço foi o que levou à sincronização internacional do ciclo industrial e deu à recessão de 74/75 o caráter especial ao qual nos referimos no início.

Para que possamos ter uma dimensão das proporções e profundidade da recessão, vamos nos debruçar sobre alguns dados.

²⁰⁹ Idem: 27.

Em 1975, a produção industrial e o Produto Interno Bruto haviam recuado em todos os países imperialistas em relação ao ano anterior. A tabela abaixo mostra a dimensão desse recuo entre o pico do *boom* e o ponto mais baixo da recessão:

Tabela 1: Diferenças entre o máximo e o mínimo da produção industrial, antes e durante a recessão nos principais países imperialistas

Países	A: trimestre do máximo da produção	B: trimestre do mínimo da produção	Queda da produção de A a B (%)
Estados Unidos	4º trim. 1973	2º trim. 1975	-14,4
Canadá	1º trim. 1974	3º trim. 1975	-6,9
Japão	4º trim. 1973	1º trim. 1975	-19,8
RFA	4º trim. 1973	3º trim. 1975	-11,8
França	3º trim 1974	3º trim 1975	-13,6
Grã-Bretanha	4º trim 1973	4º trim. 1974	-10,1
Itália	2º trim 1974	3º trim. 1975	-15,5
Holanda	1º trim 1974	3º trim. 1975	-11,7
Bélgica	1º trim 1974	3º trim. 1975	-17,1
Suécia	3º trim 1974	2º trim. 1975	-4,1
Suíça	2º trim 1974	1º trim. 1975	-20,3
Espanha	2º trim 1974	2º trim. 1975	-10,0

Outro dado que chama a atenção na análise de Mandel é a dimensão que toma o desemprego se observarmos a taxa de desocupação proporcionalmente a queda da produção. Ele cita que durante o inverno de 1976, quando o índice de desocupação alcança seu ponto mais alto, os números oficiais apontavam 17 milhões de desempregados nos países imperialistas. Ele explica que essa situação se dá em função de dois fatores:

a) A atividade industrial dos países imperialistas, marcada pela terceira revolução tecnológica, aprofunda sua característica capital-intensiva. O resultado disso é um aumento da produtividade física do trabalho. Se a produtividade

aumenta sem um correlato aumento de produção, levando-se em conta ainda o crescimento da população ativa, fica clara a ocorrência da queda na taxa de empregos;

b) Para reconstituir o exército industrial de reserva durante a expansão do pós-guerra, o capital tinha incorporado entre os trabalhadores ativos, mulheres casadas, jovens e imigrantes de países menos industrializados. Esses setores do proletariado foram os que concentraram as maiores taxas de desemprego.

Mandel apresenta a seguinte tabela:

Tabela 2: Máximo de desemprego durante a recessão de 1974/1975

Países	Data	Número de desempregados
Estados Unidos	4º trim. 1975	7 912 000
Grã-Bretanha	3º trim. 1976	1 319 000
Japão	4º trim. 1975	1 178 000
Itália	3º trim. 1976	1 145 000
RFA	4 trim. 1976	1 141 000
França	3º trim. 1976	1 036 000
Espanha	4º trim. 1976	800 000
Canadá	4º trim. 1975	724 000
Austrália	4º trim. 1975	297 000
Bélgica	3º trim. 1976	292 000
Holanda	4º trim. 1975	211 000
Dinamarca	4º trim. 1975	111 000
Outros países imperialistas	4º trim. 1975	600 000

Fontes: Para o 4º trim. 1975: Nações Unidas. Suplemento ao Estudo sobre a Economia Mundial, 1975; para o 3º trim. 1976: Financial Times, 15 de out. 1976 e Eurostat, CEE – Comunidade Econômica Européia; para a Espanha: estatísticas espanholas apud MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*: 16.

A despeito da recessão, a ocorrência de um surto inflacionário e um conseqüente aumento do custo de vida agravou ainda mais a situação. A explicação que Mandel dá para que uma combinação dessas se tornasse possível – aumento

generalizado de preços, apesar de estoques de mercadorias não vendidas e ociosidade de importantes capacidades de produção no setor de bens de consumo – é que ela se fundamenta na capacidade que os grandes monopólios deste setor tem de controlar os preços. Com a conivência e cumplicidade dos governos e do sistema financeiro de conjunto que continuaram a manter a política de expansão do crédito, estes grandes conglomerados conseguem sustentar sua margem de lucros.

Para além da contribuição dos monopólios industriais e financeiros na elevação do custo de vida, deve se ressaltar ainda o grande aumento no preço dos alimentos, resultado da queda das reservas mundiais de cereais ocorridas naquele período.²¹⁰

Podemos ter uma dimensão mais exata do que representaram esses aumentos todos quando observamos a seguinte tabela:

Tabela 3: Taxa de alta do custo de vida nos principais países imperialistas

Países	1973 (%)	1974 (%)	1º sem. 1975 (ritmo anual) (%)
Estados Unidos	+6,2	+11,0	+12,8
RFA	+6,9	+7,0	+6,0
Japão	+19,1	+21,9	+14,1
França	+7,3	+13,7	+9,5
Grã-Bretanha	+9,1	+16,1	+23,5
Itália	+10,8	+21,9	+14,1
Bélgica	+7,0	+12,7	+15,3

Fonte: OCDE, apud MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*: 17.

²¹⁰ Queda essa que foi em grande parte pré-fabricada pela política deliberada de sustentação de preços através de uma redução artificial das áreas plantadas e da produção (...). O governo dos Estados Unidos reduziu a superfície cultivada em 20 milhões de hectares. Ele pagou aos fazendeiros até 3 bilhões de dólares por ano de subsídios para que eles não produzissem em uma parte de seus campos. No total, a cultura foi suprimida em um terço das terras antes cultivadas nos quatro principais países exportadores, em 1968. MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*: 115. O resultado foi uma elevação exorbitante dos preços de itens como trigo, arroz e soja.

Neste cenário de recessão generalizada, a situação dos países do chamado Terceiro Mundo – semicoloniais, semicapitalistas e dependentes – foi ainda mais dramática. Os desdobramentos de todos esses efeitos fizeram-se sentir mais intensamente nas economias fragilizadas desses países.

Antes de entrarmos neste ponto, é necessário desfazermos um mito. Como Mandel vai frisar insistentemente, a crise de 1974/75 não foi produzida pelo impacto do aumento do preço do barril de petróleo depois da Guerra de Yom Kipur. Como vimos, a recessão foi o resultado da trajetória da acumulação do capital nos anos precedentes e de forma mais específica, poderíamos dizer que ela foi a conclusão da trajetória da queda da taxa de lucros que se inicia no início dos anos 60. A chamada *Crise do Petróleo* não teria sido outra coisa senão um elemento adicional. Nas palavras de Mandel,

A recessão generalizada de 1974/75 é uma crise clássica de superprodução. É preciso afirmá-lo tanto mais categoricamente quanto muitos meios se esforçam, pelas necessidades de uma causa que não é puramente acadêmica, para atribuir a responsabilidade dessa recessão generalizada aos *xeiques do petróleo*, ou mesmo aos sindicatos e aos *aumentos excessivos dos salários*.²¹¹ (Mandel, 1990:23)

De uma forma geral, o impacto da elevação dos preços foi a sua contribuição para o recrudescimento do surto inflacionário mundial posto que além de elevar o custo de vida, os dólares obtidos pelos países exportadores – os *petrodólares* - foram usados pelos bancos dos países imperialistas aonde eram depositados em operações financeiras de curto prazo.²¹² Contribuíram, enfim, para a diminuição da taxa média de lucros, reforçando a crise.

Analisando o impacto da recessão sobre o Terceiro Mundo, acrescentado o efeito do aumento do preço do petróleo, Mandel fará uma distinção do que aconteceu nos países exportadores de petróleo dos demais.

²¹¹ MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*: 23.

²¹² Muitas delas, empréstimos para os países subdesenvolvidos

No fundamental, a diferença estaria em que as rendas obtidas pelas nações filiadas à Organização dos Países Exportadores de Petróleo - Opep permitiram uma proteção contra os efeitos da recessão. Mais além, as somas acumuladas foram utilizadas para pôr em andamento projetos de industrialização, o que acarretou na formação de capitais industriais e financeiros próprios.

O problema, segundo Mandel, é que a maioria dos países membros da Opep tem uma população relativamente alta.

Mesmo recursos tão importantes como os que vêm da quadruplicação do preço do petróleo não bastam para sustentar a longo prazo um processo de industrialização acelerado. Muito rapidamente, esses países vão, portanto, voltar a ser deficitários do ponto de vista de seu balanço de pagamentos, em consequência da amplitude das importações necessárias para os planos de desenvolvimento marcados pelo gigantismo.²¹³

Ele ainda cita alguns outros elementos que tendiam a se tornar fatores limitantes ao projeto de desenvolvimento sustentado pelas classes dominantes dos países exportadores de petróleo:

a) a venda do petróleo, que financiava toda a capacidade de importação dos membros da Opep, com a alta do preço do produto tenderia a provocar uma diminuição do seu consumo e mantida essa política, a longo prazo isso acarretaria problemas para a manutenção do projeto de industrialização desses países;

b) a industrialização dos países da Opep se chocaria com a sua estrutura socioeconômica muito atrasada. A ausência da reforma agrária nos países densamente populosos bem como o agudizamento dos conflitos entre as classes, resultado da superexploração a que os trabalhadores desses países são normalmente submetidos, tenderiam a estagnar o processo.

Se o petróleo lhes tornou possível escapar dos efeitos imediatos da recessão, os países membros da Opep devem ser considerados uma exceção entre os Estados semicoloniais e dependentes.

²¹³ MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*: 39-40.

Para o resto destes, a conjugação da alta dos preços do petróleo, da recessão econômica internacional e da escassez alimentar, que subsistiu ao longo de todo o ano de 1974 atingiu-os cruelmente.²¹⁴

Em primeiro lugar, a alta do petróleo agravou o déficit já crônico da balança de pagamentos desses países e encareceu o preço dos fertilizantes químicos e víveres que eram obrigados a adquirir no mercado mundial. Em segundo lugar, a derrubada dos preços de uma série de matérias primas e a redução das exportações industriais em função da recessão internacional diminuíram seus recursos no exato momento em que seus gastos aumentavam dado o encarecimento da importação. Esses dois fatores casados geraram uma regressão na produção agrícola e industrial desses países.

A tabela abaixo nos dá um quadro de como estavam as balanças de pagamento desses países em 1974:

Tabela 4: Déficits do balanço de pagamentos de países dependentes e semicoloniais em 1974 (em bilhões de dólares)²¹⁵

Brasil	7,0
México	2,5
Índia	1,8
Coréia do Sul	1,8
Formosa	1,2
Peru	0,850
Quênia	0,450
Chile	0,434
Turquia	0,400
Argentina	0,352
Filipinas	0,290
Tailândia	0,150
Zâmbia	0,100
Malásia	0,100

²¹⁴ Idem: 44.

²¹⁵ Idem: 45.

Alguns países conseguiram atenuar seus déficits graças a empréstimos contraídos junto ao sistema financeiro internacional. A existência de largas somas de capital-moeda nos bancos – em grande medida os *petrodólares* - provocou o movimento dessas instituições no sentido de buscar mercados alternativos para onde despejar aquele excedente. Na outra ponta, governos ansiosos para atenuar suas dificuldades fiscais e dar prosseguimento a seus programas econômicos. É nesse momento que se acentua a *bola de neve* da dívida externa dos países do terceiro mundo.

A recessão generalizada recua em 1975. Inicialmente nos EUA, mais tarde na Alemanha Ocidental, no Japão e nos outros países imperialistas. Aplicando o receituário anticíclico de tradição keynesiana, os governos dos países imperialistas conseguiram limitar o efeito e a duração da crise. Com isso, em 1976/79 a economia capitalista encontrou-se em uma fase de retomada. O problema é que as causas iniciais da recessão não haviam sido solucionadas. Com isso, inaugurava-se um ciclo que se estenderia até 1980 e que culminaria em uma nova crise recessiva.

A retomada, de acordo com Mandel, havia sido frágil e hesitante. Não conseguira recolocar a produção industrial no mesmo patamar anterior a crise e o desemprego manteve-se praticamente no mesmo patamar. De uma certa forma, esse resultado expressava o giro que a política econômica nos países centrais começava a sofrer, em direção a uma lógica monetarista e *anti-keynesiana* de combate à inflação.

Behring sintetiza, a partir das análises mandelinas uma caracterização do ciclo de 1976 a 1979:

Mandel caracteriza, então, a retomada de 1976-79 como desigual (por países e setores), não cumulativa, hesitante e irregular, o que não viabilizou uma verdadeira decolagem econômica e gestou a subsequente recessão de 1980-82. Algumas causas são, assim, apresentadas: a recuperação dos investimentos produtivos foi mais lenta do que a prevista e não foi bem sucedida em preencher o consumo das famílias para assentar a retomada; a demanda de bens de consumo no mercado interno não se ampliou mais após o

efeito *detonador* da retomada; . a retomada foi internacionalmente desigual; e por fim setorialmente desigual.²¹⁶

Diante disso, ainda segundo Behring, Mandel teria acertado na previsão da onda longa de tendência estagnacionista, apontando que a recessão e a retomada continuariam sob os termos de uma depressão dos fatores de crescimento. Dessa forma, a economia capitalista entra nos anos 80 vivendo a segunda grande recessão generalizada desde a II Guerra Mundial.

Outros aspectos da conjuntura internacional do período

Além dos analisados na seção anterior outro aspecto fundamental a considerar é a mudança nas diretrizes básicas da política externa dos Estados Unidos após a eleição de Jimmy Carter para a Presidência da República daquele país, em 1976. De acordo com Teixeira da Silva:

A campanha eleitoral realizada por Jimmy Carter bem como sua prática administrativa apontava para uma importante virada na estratégia americana visando simultaneamente: (a) à recuperação do prestígio mundial americano, com nítida associação entre política externa americana e direitos humanos; (b) a criar condições suficientes para retornar ao enfrentamento com a União Soviética, de forma a projetar eficazmente a hegemonia global americana.²¹⁷

Na direção da nova política externa americana, o presidente recém eleito adverte publicamente o governo Geisel sobre a violação dos direitos humanos no Brasil. Para Santos, essa revisão estratégica tomava em consideração, além daquilo que já citamos, os seguintes outros elementos:

- 1) [...] a emergência dos países do Terceiro Mundo como forças substantivas no sistema econômico, político e ideológico mundial;
- 2) o particular avanço da China que consolidava seu rompimento com a URSS e se convertia num agente político internacional cada vez mais decisivo;
- 3) a importância crescente dos países árabes e o peso da Opep como força negociadora na economia mundial;
- 4) o surgimento da Unctad²¹⁸ como tentativa de organizar as demandas econômicas do Terceiro Mundo;
- 5) o crescimento do

²¹⁶ BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*: 153.

²¹⁷ TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985: 251.

²¹⁸ Unctad é a abreviatura para United Nation Conference on Trade and Development, criada sob os auspícios da ONU em 1964.

movimento dos Não-Alinhados para o qual passavam a confluir política e ideologicamente os interesses do Terceiro Mundo.²¹⁹

Neste cenário, a *realpolitik* do governo Nixon, que tinha no regime brasileiro um aliado necessário para impedir a onda reformista que avançava na região,²²⁰ foi substituída pela doutrina da *trilateralidade*.²²¹ É nesse ambiente que vai surgir a *Comissão Trilateral*, constituindo-se em um espaço que organiza os setores do capital dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, buscando conferir maior coesão em torno das decisões de impacto e conseqüências mundiais.

É em um contexto internacional de novo formato, no qual a crise recessiva de 74/75 estimulava as ditaduras do continente em direção às políticas de tipo nacionalistas, que é formulada a nova política externa norte-americana, centrada na defesa dos direitos humanos. Porém seu combustível não seria a indignação moral diante a tortura, mas:

Era muito claro que uma política dos direitos humanos seria o caminho ideológico para poder enfrentar esta nova situação. Tratava-se de questionar a intervenção estatal, não por ser um fator antiprivatista e anticapitalista, mas por estar aliada a regimes de força, que desrespeitavam as liberdades humanas.²²²

Se a pressão do governo norte-americano sobre as ditaduras latino-americanas de uma forma geral e sobre a brasileira particularmente, foi importante para a inauguração do processo de distensão e abertura destes regimes, o formato que estas viriam a ter foi influenciado por outros acontecimentos na arena internacional durante a década de 70. Ressaltamos aqui o desfecho das ditaduras na Grécia, Portugal e Espanha.

²¹⁹ SANTOS, T. dos. *Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*: 210.

²²⁰ Santos cita o Chile, a Argentina, o Peru, a Bolívia, Panamá e Equador; ver idem: 217.

²²¹ Citando Dreifuss (1987), Santos distinguirá três estratégias em disputa nos EUA nas décadas de 70 e 80: a *realpolitik* de Kissinger/Nixon; o *trilateralismo* que se impõe durante o governo Carter; e a *nova direita*, que enfatizava a supremacia norte-americana e se hegemoneizará os governos Reagan e Bush. SANTOS, T. dos. *Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*: 210.

²²² Idem: 211.

Para Teixeira da Silva, de um lado, o ocorrido na Grécia (1974) e em Portugal (1975), onde os militares não *foram capazes de preparar sua retirada do poder e acabaram por ser levados para a prisão*²²³ e do outro, a solução pactuada na Espanha (1977) onde o falecimento de Franco *permite a reorganização da direita tradicional, não-fascista, em torno da monarquia e do partido Unión de Centro Democrático*²²⁴ e a formatação de um pacto de governabilidade em 1978 (*Pacto de Moncloa*), desempenham um papel fundamental na percepção dos militares brasileiros quanto a questão da transição do regime.

Os exemplos da Grécia, Portugal e Espanha tiveram um papel importante para a proposta de uma saída da ditadura. Nestes países, a crise social e política demonstrou a debilidade do esquema ditatorial. O imperialismo e as forças dominantes locais procuraram criar instrumentos de substituição da ditadura dentro do regime econômico capitalista, e através deles conseguiram controlar as ondas democráticas que sucederam à queda do velho regime. O susto com a experiência portuguesa demonstrava contudo que era necessário armar essas alternativas o quanto antes, e não deixar-se surpreender pelos acontecimentos.²²⁵

Julgamos ter juntado elementos suficientes para os objetivos do nosso trabalho, quanto a conjuntura externa, sendo que o próximo passo implica em elaborar uma síntese da situação brasileira no período em questão. Nosso objetivo é responder as seguintes questões: como podemos definir o caráter da transição do regime ditatorial no Brasil? Quais foram seus determinantes internos e como eles foram condicionados pelo cenário internacional? Por fim, como se posicionaram os vários atores sociais naquela conjuntura?

A crise do regime ditatorial brasileiro e os caminhos da transição

a) O Brasil do *milagre*

²²³ TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985: 272.

²²⁴ Ibidem.

²²⁵ SANTOS, T. dos. *Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*: 207.

O golpe militar de 1964 costuma ser qualificado por seus ideólogos como uma *contra-revolução preventiva*.²²⁶ Seu bloco de forças resumia fundamentalmente os representantes da velha oligarquia rural, camadas da grande burguesia nacional e as empresas multinacionais, apoiados por uma grande parcela das classes médias urbanas. Seu programa resultava da idéia de superar a experiência nacional-desenvolvimentista do período anterior, inserindo o Brasil de forma efetiva no circuito de valorização do capital industrial e financeiro internacional.

Durante o período de 1968 a 1974, com um crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) da ordem de 10% ao ano, deu-se lugar ao que ficou conhecido como o *Milagre Econômico*.

O modelo econômico posto em prática pelo governo obedecia a uma tendência definida como *produtivista*. Segundo esta visão, um país subdesenvolvido precisa criar as melhores condições possíveis para o investimento, especialmente o estrangeiro, de modo a acumular suficiente capital para promover a *arrancada* do desenvolvimento econômico. [...] O desenvolvimento não visa a imediata melhoria dos padrões de vida da população, nem objetiva o atendimento de suas necessidades básicas.²²⁷

O estímulo ao ingresso de capital estrangeiro, isenções e deduções fiscais para beneficiar o investimento em áreas consideradas prioritárias, taxas de juros internas mais altas do que as externas promovendo a contração de empréstimos no exterior e a facilitação das exportações, forjaram, em linhas gerais, a lógica do modelo. Pelo menos, de uma parte substantiva dele.

Para que se possa ter uma idéia, vale observar os seguintes números: a indústria cresceu em torno de 11% ao ano.²²⁸ A inflação manteve-se estável e

²²⁶ Idem: 166.

²²⁷ ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*: 146-147.

²²⁸ Aqui é importante destacar que foi dado todo um estímulo a indústria de bens de consumo duráveis. *Os planejadores da economia consideravam o setor de bens de consumo duráveis o mais avançado, mais adequado ao investimento e controle multinacional e portanto o mais decisivo para as metas globais de desenvolvimento. Esperava-se que a produção de bens de consumo duráveis, de automóveis a aparelhos eletrodomésticos, para um mercado interno limitado mas cada vez mais rico, assegurasse as taxas de rápido crescimento industrial, necessárias à arrancada econômica.* Idem: 148. A autora frisa ainda a centralidade a que o modelo confere às multinacionais, consideradas portadoras

baixou em 1972 a 17.5%.²²⁹ As exportações cresceram no período algo em torno de 11 vezes – em 1964 o montante exportado girou ao redor da casa dos US\$ 8,670 milhões. Cresceram por sua vez também as importações. Elas passaram de US\$ 1, 250 milhões por ano entre 1960 e 1964, para US\$ 4,224 milhões em 1972.²³⁰

Com a idéia de que antes de qualquer coisa era necessário *fazer crescer o bolo para só então dividi-lo*, a expansão da economia nacional foi na verdade financiada não apenas com a contração de vultuosos empréstimos externos, mas também às custas de uma brutal transferência de renda dos estratos mais baixos da sociedade para os mais ricos. A política governamental elevou a participação dos membros mais ricos da população na renda global e diminuiu a dos 80% mais pobres. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 5: Concentração da Renda no Brasil (1960-1976)

População Economicamente Ativa	Quota do PNB por Ano		
	1960	1970	1976
Os 50% mais pobres	17,71%	14,91%	11,6%
Os 30% imediatamente acima	27,92%	22,85%	21,2%
Os 15% da camada média	26,20%	27,38%	28,0%
Os 5% mais ricos	27,69%	34,86%	39,0%

Fonte: Isto É, 9 de agosto de 1979, p. 65; apud, ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*: 149.

Como resultado do já comentado aumento do custo de vida, podemos ter que a situação do trabalhador brasileiro agrava-se durante o *milagre* em função das perdas salariais. Moreira Alves publica um levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - Dieese realizado em 1979, no qual se demonstra a perda do poder de compra do salário real. O estudo

de maior eficiência e por isso, supostamente, capazes de acelerar o crescimento econômico nacional.

²²⁹ Neste ponto, Santos lembra que os índices de inflação foram manipulados pelo regime. Chega a citar que no Rio de Janeiro, em 1973, o custo de vida teria subido em 26,6% e não 13,7% como se havia registrado.

²³⁰ SANTOS, T. dos. *Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*: 174.

apontava o aumento do número de horas de trabalho necessárias para a aquisição da cesta básica de alimentos estabelecida pelo Decreto-Lei de 1938.

Tabela 6: Salário Mínimo e Alimentação Mensal Mínima: Tempo de Trabalho Necessário Para a Compra da Ração Alimentar Mínima (Definida pelo Decreto-Lei 399 de 30 de abril de 1938) Média por Ano²³¹ e Horas de trabalho necessárias²³²

Ano	Horas de Trabalho Necessárias	Índice
1959	65 horas e 05 minutos	100,00
1960	81 horas e 30 minutos	125,22
1961	71 horas e 34 minutos	110,47
1962	94 horas e 48 minutos	145,66
1963	98 horas e 20 minutos	151,09
1965	88 horas e 16 minutos	135,62
1966	109 horas e 16 minutos	167,86
1967	105 horas e 16 minutos	161,74
1968	101 horas e 35 minutos	156,08
1969	110 horas e 23 minutos	169,68
1970	105 horas e 13 minutos	161,66
1971	111 horas e 47 minutos	171,75
1972	119 horas e 08 minutos	183,05
1973	147 horas e 04 minutos	225,97
1974	163 horas e 32 minutos	251,27
1975	149 horas e 40 minutos	229,96
1976	157 horas e 29 minutos	241,97
1977	141 horas e 49 minutos	217,90
1978	137 horas e 37 minutos	211,45

²³¹ Fonte: Dieese, Separata da Revista do Dieese, abril de 1979.

²³² Para podermos ter ainda melhor o quadro da concentração de renda no Brasil do Milagre, devemos notar ainda os seguintes dados: em 1970, 50,2% da População Economicamente Ativa (PEA) do país recebia menos de 1 salário mínimo, enquanto apenas 2,2% recebiam mais de 10. Em 1972 essa diferença se aprofunda. Os números são, respectivamente, 52,5% e 3,2% da PEA.

O *milagre* foi expressão do aprofundamento do projeto político e econômico do regime militar. Ele é uma das marcas do final da década de 60 e do início dos anos 70, período do *Brasil Potência* e do *Ame-o ou Deixe-o*. Momento do recrudescimento da repressão e também da efervescência dos grandes protestos contra a ditadura, através da radicalização de setores médios da sociedade – notadamente o organizado no movimento estudantil – e o renascimento de algumas iniciativas de organização sindical autônomas. Com o fim do milagre e o transbordamento das contradições subjacentes à sociedade naquele período, o castelo de cartas começava a desfazer-se.

b) A crise da ditadura militar e a política de distensão outorgada

Ao final do ano de 1973, ganham força entre os militares os representantes do grupo castelista, formado em essência por uma coalizão civil-militar de tradição liberal que preconizava *o desenvolvimento de mecanismos flexíveis de controle para o estabelecimento em termos duradouros das bases institucionais do Estado*.²³³

Em meados deste mesmo ano, o *milagre econômico* começava a enfrentar diversas dificuldades. O ritmo de crescimento estabilizara-se, mas na agricultura ele manteve-se em apenas 3,5% ao ano. A dívida externa que chegava a US\$ 12 bilhões indicava um ponto de estrangulamento no modelo. A ênfase dada até então na função legitimadora do crescimento econômico trazia o perigo da perda de apoio em períodos de dificuldades na economia.²³⁴ Os jingles da campanha publicitária não suportaram o choque do encontro do Brasil real

O aumento da taxa inflacionária, o déficit crescente da balança de pagamento, o endividamento internacional, a crise social provocada pelos baixos níveis salariais, a desnacionalização da economia, a forte pressão do Estado para intervir mais e mais em favor da manutenção artificial dos negócios e das altas taxas de lucros, a enorme e brutal corrupção administrativa, todos esses fenômenos eram já perceptíveis para uma elite política,

²³³ ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*: 176.

²³⁴ *Ibidem*.

empresarial e militar que reconhecia os limites de um poder autoritário que não conseguira legitimar-se socialmente e que deveria enfrentar uma crise econômica, política e social a médio prazo.²³⁵

É nesse contexto que em março de 1974 o recém empossado presidente da República anuncia a intenção do governo militar de preparar a transição democrática, dentro de um processo lento, gradual e seguro. Nas palavras do próprio Geisel,

envidaremos sinceros esforços para o gradual mas seguro aperfeiçoamento democrático ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64. Os instrumentos excepcionais de que o governo se acha armado para a manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país sem pausas de estagnação nem muito menos retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais energética e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação política criadora capaz de instituir, quando oportuno, salvaguardas eficazes dentro do contexto constitucional.²³⁶

Podemos compreender melhor o giro feito na política se atentarmos para a preocupação do general Golbery – então ministro chefe do Gabinete Civil e um dos seus principais artífices – de que

a repressão ilimitada, na busca de uma segurança absoluta, levaria em última análise à debilitação da segurança nacional pretendida.²³⁷

A busca era pela legitimação do Estado, incorporando algumas reivindicações das *elites responsáveis*, ampliando assim sua base de sustentação, porém, mantendo a sociedade civil sob controle, valendo-se da aplicação seletiva de métodos coercitivos. Se por um lado o regime refaz sua estratégia e suas táticas de ação, a *oposição legal* também refaz a sua. O início da década de 70 marcou o Movimento Democrático Brasileiro - MDB de duas maneiras diferentes: a primeira,

²³⁵ SANTOS, T. dos. *Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*: 196.

²³⁶ Apud KUCINSKI, B. *O fim da ditadura militar: o colapso do "milagre econômico", a volta aos quartéis, a luta pela democracia*: 14.

²³⁷ ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*: 186.

o desaparecimento da guerrilha urbana e o crepuscular da Guerrilha do Araguaia tornaram o partido pólo de atração de setores jovens que tencionavam por uma outra dinâmica à legenda, menos conciliadora com o regime;²³⁸ a segunda, as derrotas eleitorais em 70 e 72 levaram o partido a buscar alternativas.

De acordo com Moreira Alves, três soluções foram levadas em consideração no debate interno do MDB:

1. autodissolução, como derradeiro protesto;
2. um firme posicionamento oposicionista, centrado na exigência do fim da repressão e de melhor distribuição da renda;
3. negociações com o novo governo de liberalização controlada.²³⁹

O resultado foi a conjugação das duas últimas. A abertura de negociações com o novo governo que se instalava em torno de questões específicas – como o fim do AI-5 e a restauração do *habeas corpus* – aliada a uma atitude oposicionista mais combativa seriam a tônica da ação partidária no período que se inaugurava. A nosso ver a história mostrará que a segunda opção, na verdade, existia em função da primeira. Até porque se o partido desejava negociar, era necessário, no mínimo alguma demonstração de força. E é isso que começa a fazer de forma articulada, ainda em 1973, quando resolve lançar a anticandidatura de Ulysses Guimarães para disputar a Presidência contra o nome do General Geisel.²⁴⁰

De lá em diante, até o momento simbólico do fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1978, a distensão viverá avanços e reveses, sempre com o objetivo de manter-se *gradual e segura*.

²³⁸ Algumas organizações participaram do MDB dentro de uma concepção que podemos denominar por *entrismo*, ou seja, viam no MDB uma frente a partir da qual poderia nascer um novo partido.

²³⁹ ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*: 178.

²⁴⁰ Era a primeira vez que se disputava eleições sob as novas regras, aprovadas em 1973 aonde se institucionalizava o processo com a criação do Colégio Eleitoral.

Em 1974, com a economia ainda apresentando sinais de vigor,²⁴¹ o governo Geisel acreditava na vitória nas eleições legislativas daquele ano. Com pleno acesso à televisão e aos jornais, o MDB centrou a campanha, fundamentalmente no problema da repressão, da injustiça e da desigualdade gerada pelo modelo econômico. O resultado eleitoral pegou de surpresa os estrategistas do regime que não previam a derrota que se deu.

Em resposta, antecedendo quatro meses às eleições municipais de 1976, o governo faz aprovar o Decreto Lei nº 6.639, também conhecido como *Lei Falcão*. Fundamentalmente o que se pretendia era limitar o acesso do MDB à mídia. O regime militar começava a criar mecanismos de controle eleitoral com receio de perder a capacidade de gerir o processo em curso.

Os resultados consolidaram, porém, o crescimento eleitoral do partido de oposição legal. No total, foram 15.200.000 votos (35%) para a Arena contra 12.700.000 (30%) dados ao MDB. Some-se a isso a grande quantidade de votos nulos e brancos que normalmente estavam associados a um protesto espontâneo e não organizado daqueles que não viam legitimidade no pleito.

Com o crescimento eleitoral incontestado da oposição, o governo se via advertido a criar novos mecanismos sob o risco de perder a maioria no Senado e na Câmara Federal nas eleições, já de 1978. A oportunidade veio a cavalo.

Ainda agindo com desenvoltura, os órgãos de repressão, sustentados pela chamada *linha-dura* faziam exigências ao governo. Uma delas era que se garantisse um controle maior sobre o poder judiciário. Com a preocupação de garantir a continuidade e o controle sobre a distensão, o grupo em torno de Geisel e Golbery mantinha uma relação de condescendência com este setor, classificados como

²⁴¹ A crise econômica que já despontava, nos anos subsequentes tornara-se ainda mais dramática. Somava-se às dificuldades já existentes o peso do encarecimento da importação do petróleo e seus derivados.

*radicais, porém sinceros.*²⁴² Assim, encaminham para o Congresso a Emenda Constitucional nº 7, que cria o Conselho da Magistratura e retira todos os casos envolvendo policiais militares da competência da justiça comum e os encaminha para os tribunais da corporação. A discussão da emenda levou o Congresso a um impasse, resolvido pelo Gabinete da Presidência no dia 13 de abril de 1977, com a assinatura da lei.

No dia seguinte, o presidente Geisel assina a Emenda Constitucional nº 8, que altera significativamente o rito eleitoral então vigente. Essas medidas, conhecidas como o *Pacote de Abril*

fixaram os limites da distensão e as bases para a continuação do processo de institucionalização do Estado.²⁴³

Sinteticamente, elas introduzem as eleições indiretas para os cargos executivos estaduais e para 2/3 das cadeiras do Senado Federal – os senadores popularmente e ironicamente conhecidos pelo adjetivo de *biônicos*; as mudanças nas regras para apresentação de emendas constitucionais, impossibilitando ao MDB iniciativas desse tipo;²⁴⁴ e a extensão das restrições ao acesso ao rádio e a televisão em todos os processos eleitorais.

As eleições legislativas de 1978 aconteceram sob a vigência do *Pacote de Abril*. Sua dinâmica e seu resultado acabaram apenas reforçando aquilo que já estava expresso: o regime militar não reunia mais apoio social para sua sustentação. A mudança no cenário internacional e o recrudescimento da crise econômico e social do país haviam afastado aqueles setores que ainda apoiavam a ditadura.

²⁴² Ver TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985: 263.

²⁴³ ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*: 192.

²⁴⁴ As novas regras determinavam que para a apresentação de emendas constitucionais fazia-se necessária a coleta de assinatura de 1/3 dos membros do Senado e da Câmara dos Deputados. Com a criação da figura do *senador biônico* ocupando 2/3 da casa, impossibilita ao partido de oposição tomar iniciativas nesse sentido.

Durante os anos do governo Geisel cresce a oposição organizada na sociedade. A Igreja Católica torna-se peça fundamental quando assume a luta pelos direitos humanos e passa a combater mais abertamente a repressão, particularmente a partir de 1975; a Organização dos Advogados do Brasil - OAB desenvolve uma política mais independente a partir de 1976 e expõe-se publicamente quando o governo apresenta a proposta de reforma do judiciário; a Associação Brasileira de Imprensa - ABI desenvolveu desde o início do regime um conjunto de ações que iam da defesa aos profissionais perseguidos à construção de atividades de debates nas quais figurava centralmente o problema da censura. Ainda entre os setores médios da sociedade, pode-se perceber o retorno, no final da década de 70 do movimento estudantil e de uma forma mais geral, da resistência nas universidades.²⁴⁵

Entre os estratos dominantes da sociedade brasileira o regime também vai perdendo força. Em 1977, reunidos no Congresso Nacional das Classes Produtoras os empresários reclamam da política industrial apresentada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1974 e do viés estatizante que este teria. Para eles, liberalismo econômico e democracia eram conceitos que andavam juntos. Porém, estavam atuando em favor de seus interesses e por isso, não ousavam levar a crítica muito longe, defendendo a lógica da abertura *lenta, gradual e segura*.²⁴⁶

Em 1978, entra em cena o novo sindicalismo e espalham-se pelo país movimentos populares como o *Movimento contra a Carestia*. A luta contra a ditadura vai se intensificando nos estratos mais baixos da população, ganhando contornos distintos, mais graves, colocando em risco a lógica segura e gradualista do regime e agora também de setores da oposição.²⁴⁷

²⁴⁵ ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*.

²⁴⁶ Ver CARDOSO, F. H. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro; e DINIZ & BOSCHI. *Empresariado nacional e estado no Brasil*.

²⁴⁷ KUCINSKI, B. *O fim da ditadura militar: o colapso do "milagre econômico", a volta aos quartéis, a luta pela democracia*.

Neste ano, começam negociações entre os representantes do Estado e setores da oposição – notadamente líderes do MDB, da OAB, da ABI e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Desses encontros, saiu a Emenda Constitucional nº 11, que revogava o AI-5, restaurava o *habeas corpus* e eliminava alguns poderes extraordinários do executivo e do legislativo.²⁴⁸ Porém, foram incluídas uma série de medidas que regulamentavam o *estado de emergência*. Elas mantinham sob prerrogativa do regime o uso da força e lhe conferia poderes extraordinários quando por ventura achasse necessária a restituição da ordem.

A negociação continuaria ainda que sob certos protestos. Para alguns, os generais não poderiam ser provocados sob risco de que se perdessem as conquistas já realizadas. O caminho negociado era o único possível.

Para outros, porém, a entrada em cena do movimento sindical e popular abria novos horizontes para a luta social e política no país, podendo representar a superação do modelo democrático restritivo que estava em construção. Para estes, a negociação era uma forma de preservar o regime. Fernandes, um dos defensores dessa idéia afirmava que

A oposição *prudente* permite que a ditadura absorva suas crises internas, visíveis e invisíveis, e não a coloca diante do risco de combates decisivos, para a ditadura e para o futuro da democracia. Portanto, como já fez antes, a ditadura luta pela sua continuidade. E o faz seguindo uma prática política que se transformou em rotina e tornou-se típica dos *governos da revolução*. O poder autocrático realiza uma proclamação de intenções, inicialmente, que tem o objetivo de soldar articulações políticas em declínio, nas hostes de sua base de poder, e de fomentar esperanças no seio da população (ou de certos setores desta). A partir de um certo momento, por assim dizer, *a máscara cai*, justificando-se a evolução regressiva com os acontecimentos inexoráveis e com a necessidade de se garantirem objetivos futuros mais amplos, como por exemplo, uma certa taxa de crescimento da indústria e do número de empregos, uma suposta *democratização da renda* e, ainda, a estabilidade política indispensável para que a democracia não seja comprometida, etc.²⁴⁹

²⁴⁸ ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*: 218.

²⁴⁹ FERNANDES, F. *Nova república?*: 13.

Se mais acima dizíamos que a ditadura poderia ser caracterizada como propuseram seus ideólogos, uma *contra revolução preventiva*, para Fernandes, a *contra-revolução interrompida*, materializada no que foi a política de distensão no governo Geisel e de abertura sob a presidência de Figueiredo, deu-se para impedir a *revolução nacional e democrática montante*.²⁵⁰

A história configurava-se, portanto em um processo aberto e nem um pouco inexorável. Foram feitas, isso sim, opções e estas devem ser compreendidas a partir dos interesses das classes e frações de classes que se emaranhavam em luta naquele momento. O resultado mais imediato da contenda estabeleceu as condições para o surgimento de uma nova hegemonia²⁵¹ na sociedade brasileira no final dos anos 80.

É neste momento em particular da história que ganha significância o debate que buscamos sintetizar em nosso trabalho entre Cardoso e Marini. Eles vão construir ou sintetizar representações, categorias e conceitos nos quais se refletirão interesses de grupos sociais distintos. Antes, porém, achamos importante um certo olhar sobre a situação das Ciências Sociais no Brasil na virada dos anos 70.

As ciências sociais no Brasil na virada da década de 70

Nossa intenção, com a introdução deste ponto em nosso trabalho, não é a de abrir um capítulo a parte para discutir a produção intelectual das ciências sociais no Brasil no período em que transcorre nosso estudo. O que desejamos fazer, para nos ater fidedignamente aos nossos objetivos, é apresentar algumas constatações que parecem consensuais acerca da trajetória institucional da área no país.

O golpe militar em 1964 e o seu recrudescimento em 1968/69 provocaram um forte impacto sobre as Universidades. Professores e pesquisadores aposentados compulsoriamente ou demitidos e a atividade acadêmica controlada. Apesar disso, as instituições universitárias continuarão sendo importantes centros de socialização.

²⁵⁰ Idem: 11.

²⁵¹ No sentido de dominância econômica, política, social e ideológica.

Porém, nas ciências sociais, a produção de maior prestígio concentrar-se-á em instituições que se formam fora delas. Sucessivamente, criam-se o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Iuperj em 1969; o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - Cedec, em 1977 e o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo - Idesp em 1979.²⁵²

De acordo com Pécaut, à problemática institucional está também relacionada a questão da profissionalização, principalmente entre os anos 70-80.

A generalização dos cursos de mestrado e doutorado; a renúncia pelo menos declarada de, a erigir as ciências sociais em *ideologia da nação*, à maneira isebiana, ou em formulação de um *projeto nacional*; e a reapropriação do privilégio da produção teórica pelos *especialistas* universitários em detrimento dos militantes políticos, arrematam uma evolução realizada desde 1964.²⁵³

O crescimento do número de cursos de pós-graduação acompanha o aumento do número de cursos e de estudantes em ciências sociais. A demanda do Estado em planejamento vai abrindo campo de trabalho para um número crescente de profissionais.

Os centros autônomos também desenvolvem pesquisas contratadas por empresas ou governos.²⁵⁴ Muitos pesquisadores para compensar a instabilidade salarial nas universidades também passam a criar suas pequenas organizações não-governamentais com o mesmo fim.

De acordo com Sorj, o crescimento das ciências sociais no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 foi acompanhado por um processo de institucionalização, através da criação de associações.²⁵⁵ Em 1977 foi criada a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs. Sua primeira diretoria foi

²⁵² PÊCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*: 266-267.

²⁵³ Idem: 268.

²⁵⁴ Ver SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*.

²⁵⁵ Idem: 74.

encabeçada por Francisco Weffort e Olavo Brasil, a partir de um acordo entre representantes do Cebrap e do Iuperj.²⁵⁶ O papel da Associação será o de representação científica dos profissionais em ciências sociais perante o Estado e além disso, um papel na concessão de verbas para a pesquisa.

A construção e consolidação de uma grande comunidade de cientistas implicou mudança de estilo e conteúdo em relação aos antigos cientistas sociais. As modificações foram tanto temáticas como de estilo, como mostram as reduzidas tentativas de interpretação do desenvolvimento atual das ciências sociais no Brasil.²⁵⁷

A nosso ver, a partir deste momento acelera-se um processo homogeneização na produção da área.²⁵⁸ Partindo de uma crítica a *marxistização* das ciências sociais, na década de 70, particularmente na sua segunda metade, os cientistas sociais em torno dos centros autônomos e mais tarde da Anpocs colocarão como tema central a *questão democrática*. De acordo com Sorj, *a esquerda se liberalizava*.²⁵⁹

²⁵⁶ DOS SANTOS, W. G. In Memoriam.

²⁵⁷ SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*: 74.

²⁵⁸ Ver GERAQUE, E. Anpocs: Os caminhos da pós-graduação em ciências sociais.

²⁵⁹ SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*: 65.

Capítulo 4

Marini e Cardoso: Duas visões sobre o capitalismo brasileiro

Neste último capítulo da dissertação, nossos esforços se concentrarão no debate travado por Marini e Cardoso no decorrer da década de 1970 sobre os limites e as possibilidades do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Tendo definido a arena intelectual bem como o contexto histórico no qual o debate se desenvolve, iniciaremos com uma breve descrição da trajetória desses dois cientistas sociais.²⁶⁰ Não achamos, porém, que o caminho que ambos percorreram resuma e justifique suas posições no período em questão. Para nós, suas *histórias de vida* devem ser compreendidas dialeticamente, de um lado, na medida em que nos ajudam a iluminar seus pontos de vista e argumentos, do outro, elas mesmas são o resultado também de opções assumidas por cada um, em função de suas crenças e ideais.

Nosso trabalho sofrerá, no entanto, uma limitação. Reconhecemos a importância e era nosso desejo situar os argumentos de cada um no contexto mais geral de suas obras. Com a noção de suas trajetórias intelectuais, formando assim um quadro mais completo, seria possível aprofundar nossas análises e as conclusões a que chegamos. Infelizmente, tivemos de limitar nossas pretensões, o que nos obriga a remeter esta intenção para um projeto futuro. Optamos por circunscrever nossa leitura a alguns textos, particularmente aqueles em que os autores fazem referência explícita um ao outro.²⁶¹

Duas trajetórias contrastantes

a) Fernando Henrique – dos bancos da Universidade de São Paulo -USP ao

Movimento Democrático Brasileiro - MDB

²⁶⁰ Particularmente até o período deste estudo.

²⁶¹ Vale lembrar, como já dissemos, da nossa opção por restringir o debate em torno de Cardoso e Marini, a despeito do fato de termos ao lado do primeiro a presença de Serra, com quem escreveu o mais importante texto de crítica às posições expressas pelo grupo representado por Marini e que envolve nomes importantes como Dos Santos e Bamberga.

Fernando Henrique Cardoso, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1931. Em 1942 sua família mudou-se para São Paulo. Terminando o curso colegial em tradicional colégio particular paulista, ingressa no curso de Ciências Sociais da USP em 1949. Em 1952, ainda antes do término de seu curso, torna-se professor da Faculdade de Economia daquela universidade. Formado, em junho de 1953 termina um curso de especialização em Sociologia. Em outubro, torna-se assistente do professor Roger Bastide e auxiliar de ensino da disciplina Sociologia I. Com o retorno de Bastide à França e a cátedra da disciplina assumida interinamente por Florestan Fernandes, Cardoso torna-se primeiro assistente em 1955, então com 23 anos. Na Universidade, fora as atividades tipicamente docentes, ele se tornará membro do Conselho Universitário em 1954 e nele permanecerá até 1964. É ali, em um espaço restrito e restritivo, profundamente conservador, que Cardoso desenvolverá sua capacidade de negociação e uma habilidade para gerar *consensos*, como – a respeito - observa sua biógrafa: *Fernando Henrique revela ali um verdadeiro talento político.*²⁶²

A sua produção intelectual, durante a década de 50 será voltada para a questão do negro na sociedade brasileira. Isso permanece ainda quando da formação do *Seminário Marx*, em 1958. Só a partir do início dos anos 60, quando Florestan Fernandes funda o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho - Cesit que Cardoso começa a desenvolver reflexões sobre o papel da burguesia e a questão do desenvolvimento.²⁶³ Em 1963 obterá a livre-docência em sociologia com o trabalho *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*.

Em 1964, o golpe militar faz Cardoso se decidir pelo exílio. Pesando sobre ele uma suposta ordem de prisão, partiu para a Argentina em 17 de abril daquele ano. Lá recebe um convite para seu ingresso na Cepal, cuja sede era no Chile. Aceita-o e segue para Santiago em maio do mesmo ano.

²⁶² LEONI, B. H. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*: 75.

²⁶³ *Idem*: 96.

Na capital chilena, lecionou no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social - Ilpes, na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso e também na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Chile. É no exílio que escreve junto com Enzo Faletto *Desenvolvimento e Dependência na América latina* - livro que se tornaria um *best-seller*. Em 1967, a convite de Alain Touraine, muda-se com sua família para a França, para lecionar em Nanterre.

Tanto no Chile quanto na nova estadia, Cardoso não desenvolveu atividades de caráter político-partidário, chegando no máximo a participar de reuniões com outros exilados. Sua preocupação era fundamentalmente *intelectual*²⁶⁴ e acadêmica.²⁶⁵ E é justamente isto que o fará regressar ao Brasil, em 1968. O falecimento do professor Lourival Gomes Machado, catedrático da cadeira de Política fez abrir uma vaga para qual Cardoso se candidatou. A ordem de prisão não se confirmara ou havia sido suspensa, possibilitando o seu tranqüilo retorno à USP.

De acordo com Leoni, durante a defesa de sua tese de cátedra, ocorre uma discussão com um grupo de estudantes que questiona o antigo defensor de *idéias modernizantes* para a universidade. Sua resposta ao pedido de desistência do concurso revela uma boa dose de realismo e pragmatismo:

Se eu não fizer o concurso, outro fará. Acredito que, além de ser o mais bem qualificado, é melhor que o lugar seja ocupado por um progressista que possa mudar o sistema de dentro e tentar transformar a universidade.²⁶⁶

Ao final, a vaga é sua.

Em 1969, cerca de um ano após ter sido – junto com muitos outros professores - aposentado compulsoriamente na USP pelo famigerado decreto 477 baixado pela ditadura militar no mesmo dia do AI-5 (13/12/1968), funda o Centro

²⁶⁴ Utilizamos o termo intelectual entre aspas propositalmente. Apesar de ser essa a expressão citada textualmente pela biógrafa de Cardoso, temos o entendimento – com base em Löwy - que *intelectual é todo aquele que cria produtos ideológicos-culturais*. LÖWY, M. Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais: 25. Daí que um jornalista, um publicista, um dirigente partidário, entre outros, podem ser classificados nesta categoria.

²⁶⁵ LEONI, B. H. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*: 139.

²⁶⁶ LEONI, B. H. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*: 147.

Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap. Este Centro, financiado pela Ford Foundation, nasceu com o propósito de viabilizar a permanência no país de um grupo de qualificados docentes e pesquisadores que haviam sido afastados de suas funções pelo citado ato de violência governamental.

No início da década de 70, Cardoso colaborará ativamente com importantes meios de divulgação da chamada *imprensa alternativa* – particularmente com os jornais *Opinião* e *Movimento*, com uma tiragem inicial de 40 mil e 80 mil exemplares, respectivamente. Isso conferirá e às suas idéias uma grande visibilidade.²⁶⁷

Em meados dos anos 70 – particularmente a partir de 1974 – com a derrota do movimento guerrilheiro e o início da crise do modelo econômico posto em curso pela ditadura, conforme argumentamos anteriormente, abriu-se um novo momento conjuntural no país. Nesta época, Cardoso modifica o foco de suas preocupações intelectuais e ao mesmo tempo assume uma posição político-partidária mais clara do que ocorria até então. Seu interesse se localizará no debate da questão da democracia e autoritarismo²⁶⁸ e ele passará a contribuir e buscará incidir de forma mais efetiva sobre o processo de transição do regime ditatorial. A consequência dessa busca será sua aproximação do MDB – particularmente da figura de Ulysses Guimarães. Em março de 1978 há o anúncio da sua candidatura ao Senado pelo MDB no Estado de São Paulo. Neste pleito, foi eleito como suplente de Franco Montoro. Neste período não deixará de lado suas atividades acadêmicas, mantendo periodicamente viagens para ministrar cursos e palestras em universidades no exterior. Será justamente em um destes deslocamentos que Cardoso, juntamente com José Serra, produzirá o texto *Desventuras da dialética da dependência*, no qual elevam o tom da crítica aos pressupostos da teoria de Marini.

²⁶⁷ Idem: 161-165.

²⁶⁸ Ver PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*: 281-282; SANTOS, T. dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*: 35; e LEONI, B. H. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*: 168.

b) Ruy Mauro Marini – uma vida em militância e exílio

Ruy Mauro Marini nasceu em Barbacena, Estado de Minas Gerais, em 1932. Tendo concluído o ginásio e o científico no Colégio Estadual de Barbacena, mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1950, com a intenção de preparar seu ingresso na Universidade. Passam-se três anos antes da sua matrícula na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Neste período, passou em um concurso para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - Iapi, onde começou a trabalhar. Transferiu-se, sem concluir o bacharelado, para a Escola Brasileira de Administração Pública - Ebpap, recentemente criada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV com o apoio da Organização dos Estados Americanos - OEA. Conseguiu liberação do trabalho para então poder concentrar-se nos estudos. Já no segundo ano do curso, começa a atuar como assistente do professor Alberto Guerreiro Ramos. Formado em 1957, recebe, no ano seguinte, uma bolsa para seguir os estudos no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris – França. Os dois anos que lá passou, foram considerados por ele os complementos necessários à sua formação.²⁶⁹ Ali desenvolveu o estudo sistemático da obra de Marx e de outros autores da tradição marxista, como Lênin. Vivencia *in loco* as polêmicas geradas pelo processo de libertação das colônias francesas, o que motivou seu afastamento das doutrinas desenvolvimentistas e uma aproximação cada vez maior do marxismo.

Na França, toma contato com um grupo que edita no Brasil a revista *Movimento Socialista*, órgão da juventude do Partido Socialista. Este grupo, com base principalmente no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, formará mais tarde a Organização Revolucionária Marxista Política Operária - ORM-Polop.

Retorna ao Brasil, por volta de 1960, então com 28 anos. Além do trabalho no Iapi, torna-se correspondente da Prensa Latina – agência cubana de notícias – e liga-se ao movimento estudantil, contribuindo para a edição do jornal *O*

²⁶⁹ MARINI, R. M. Memorial: 4.

Metropolitano, da União Metropolitana de Estudantes.²⁷⁰ Em 1962 trabalha como auxiliar de ensino na Universidade de Brasília, tornando-se assistente no ano seguinte. Leciona *Introdução à Ciência Política e Teoria Política* para a graduação e co-dirige o seminário de pós-graduação sobre *Ideologia Brasileira*, na condição de aluno do doutorado.

Em 1964 o golpe atinge duramente a UnB. Marini, junto com outros doze professores é demitido. Em julho é preso no Rio de Janeiro e levado ao Centro de Inteligência da Marinha - Cenimar aonde é mantido encarcerado e submetido à sessões de tortura.²⁷¹ Solto, graças a um *habeas corpus*, é preso de novo quase em seguida e levado de volta à Brasília. Em dezembro, finalmente consegue um novo *habeas corpus* e quase três meses depois segue para o México em seu primeiro exílio.

Lá chegando, foi lecionar no Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México, ali permanecendo até 1969. Foi ali que produziu seus primeiros balanços que o tornaram conhecido sobre os eventos ocorridos no Brasil. Os anos de 1967 e 1968 serviram para lançá-lo internacionalmente e consolidar sua atuação no México. Lecionou no Centro de Estudos Latino-Americanos na Faculdade de Filosofia da Universidad Nacional Autónoma de México - Unam e atuou como educador junto ao Centro Regional de Construções Escolares para a América Latina - Conescal. Com seu nome associado às mobilizações estudantis que se desenvolveram no período, começa a ser vigiado e censurado pelo governo mexicano. Em 1969, com a vitória de Luís Echeverría – responsável pela repressão ao movimento estudantil nos anos anteriores – nas eleições presidenciais, decide sair do México. Tenta a França, que não permite que ele entre no país sem documentação, que lhe era negada tanto pelo governo mexicano quanto pelo brasileiro. Por esse motivo, decide-se ir para Santiago do Chile – que não fazia tal exigência.

²⁷⁰ Que na época reunia estudantes secundaristas e universitários.

²⁷¹ SADER, E. Nós que amávamos tanto o capital: 100-101.

É do período do exílio mexicano que além das análises sobre a situação brasileira, ele também escreve *Subdesenvolvimento e Revolução*, livro que ganhará várias edições em países de língua *castelhana* e em outros do continente europeu. Suas preocupações intelectuais estão voltadas para o problema da revolução e do socialismo na América Latina.

Chegando no Chile, vai lecionar no Instituto Central de Sociologia para o qual é selecionado através de concurso. Em um ambiente de politização crescente tornava-se *difícil distinguir o que foi atividade acadêmica e o que foi atividade política*.²⁷² Paralelamente às suas atividades acadêmicas, havia reuniões com militantes e cursos para dirigentes e operários de importantes distritos industriais do país.²⁷³ Em 1970, com a eleição de Salvador Allende para a presidência da república, aceita o convite do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile - Ceso. Ali mantém seu interesse intelectual voltado para os mesmos temas desenvolvidos na década passada, talvez mais descolados das preocupações acerca dos rumos da conjuntura brasileira.

É deste período o livro que centra parte do interesse do nosso trabalho. Organizando um seminário no Ceso, intitulado *Teoria Marxista e realidade latino-americana*, começa a preparar um texto-base: ele é publicado em 1972 com o título de: *Dialética de la dependência: la economía exportadora*.

Até 1973, Marini atuará politicamente próximo a uma importante organização da esquerda chilena – o Movimento de Izquierda Revolucionaria - MIR.²⁷⁴ Seus escritos seguem as mesmas temáticas anteriores, incluindo aí

²⁷² MARINI, R. M. Memorial: 17.

²⁷³ Ibidem.

²⁷⁴ Achamos que seria proveitosa uma apresentação em linhas gerais, tanto das características da Polop assim como do MIR – seus fundamentos, suas práticas e suas trajetórias. Um esforço nesse sentido ajudaria a desmistificar a imagem estigmatizada que se fez sobre Marini dando conta de que sua participação nessas organizações o tornaria um propagandista e entusiasta da luta armada insurrecional, particularmente aquela de origem foquista. Mas infelizmente não teremos condições de assim proceder, pois prolongaríamos por demais nossa dissertação. Que fique registrado apenas nossa discordância a uma afirmação deste tipo.

particularmente as possibilidades e os impasses do processo revolucionário no Chile. Com o golpe militar no dia 11 de setembro daquele ano, ele e outros exilados brasileiros tomam o caminho do Panamá, lá ficando até fins de janeiro de 1974 quando rumou para o Instituto Max Planck, em Starnberg, na Alemanha.

Em setembro do mesmo ano regressou ao México, aonde lecionará na Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Unam. Durante algum tempo divide suas atividades entre o México e a Alemanha, até que em 1976 radica-se no primeiro. Até 1977 sua atenção estará sobremaneira voltada para o Chile. Neste ano funda o Centro de Informação, Documentação e Análise do Movimento Operário da América Latina - Cidamo, que dirigirá até 1982. Paralelamente, Marini também ocupa o cargo de professor visitante da Escola Nacional de Economia.

Em 1984, com a abertura em curso, retorna para o Brasil pondo fim a um exílio de vinte anos.

A Dialética da Dependência: uma interpretação marxista do capitalismo dependente

Escrito por Marini, como vimos, em 1972,²⁷⁵ com o objetivo de servir de texto-guia a um seminário por ele organizado, *Dialética da Dependência* ganhará notoriedade e fama principalmente no exterior. No Brasil, até muito recentemente, este será um estudo – assim como o seu próprio autor, praticamente desconhecido.²⁷⁶

Marini produz um olhar rigoroso e relativamente original sobre o desenvolvimento capitalista latino-americano. Adjetivamos desta maneira, pois o que produz é uma aplicação rigorosa da lei do valor de Marx, incorporando elementos e reflexões de intelectuais da tradição marxista-revolucionária¹⁰⁵ como,

²⁷⁵ Sua primeira edição é de março de 1972, publicada na Revista Sociedad y Desarrollo.

²⁷⁶ Apenas com a divulgação de alguns de seus mais importantes textos, em livro organizado por Sader (*Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*) é que o público mais jovem teve acesso a produção deste cientista social pouco conhecido em seu próprio país, mas decididamente bastante estigmatizado pelo pensamento conservador.

entre outros, Rosa Luxemburgo, Lênin e Trotski.²⁷⁷ Sua originalidade está no fato de empreender uma leitura sobre o desenvolvimento capitalista latino-americano apontando as suas especificidades. Será

o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano, o que ilumina o estudo de sua geração e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado.²⁷⁸

Seguindo ainda com sua preocupação metodológica, ele enfatizará que:

as categorias marxistas devem ser aplicadas, pois, à realidade como instrumentos de análises e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam; é por isso que a análise tem que ponderá-las, sem que isso implique de forma alguma em romper com o fio do raciocínio marxista, enxertando-o corpos estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ele.²⁷⁹

Com isso, ficam descartadas quaisquer possibilidades de se tomar com validade aqueles estudos que verterem para o empirismo ou para o ecletismo.

Buscando localizar a América Latina como resultado do processo de expansão comercial do século XVI, ele perseguirá a idéia de que a região se desenvolverá, posteriormente, *em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional*.²⁸⁰

Isso quer dizer, em outras palavras, que as relações dos países latino-americanos com os centros capitalistas inserem-se em uma estrutura definida e estabelecida a partir de uma divisão internacional do trabalho, na qual

as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.²⁸¹

²⁷⁷ Usamos a expressão *marxista-revolucionária* para diferenciar esses autores de outros de tradição socialdemocrata ou stalinista. Como diz Santos, a *versão stalinista do marxismo se aproximava mais do positivismo*. SANTOS, T. dos. Dependencia y cambio social: 20; ver também LÖWY, M. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*.

²⁷⁸ MARINI, R. M. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil: 106.

²⁷⁹ Idem: 107.

²⁸⁰ Idem: 107-108.

²⁸¹ Idem: 109.

Toma-se assim, a fórmula cunhada por Frank do *desenvolvimento do subdesenvolvimento*.²⁸² Desta maneira as funções e o papel que a América Latina cumprirá a partir do século XIX, já completamente integrada à economia capitalista mundial:

transcendem à simples resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação se desloque da produção da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador. É este caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, que deve reter nossa atenção.²⁸³

Neste parágrafo é possível observar algumas das principais características do pensamento de Marini. Primeiro chama atenção a centralidade que ele coloca nas relações surgidas a partir da divisão internacional do trabalho entre os países do capitalismo central e os latino-americanos como determinante no processo de acumulação capitalista.²⁸⁴ Para meados do século XIX, esta inferência tem toda razão de ser. Deve-se, porém, tomar cuidado, pois como lembra Mandel, no período do capitalismo tardio, o fluxo de capitais não se dá mais centralmente das metrópoles para as colônias, mas sim entre os países metropolitanos.²⁸⁵ Isso não quer dizer, inclusive, que os efeitos do que Marini desenvolverá em torno do

²⁸² Marini exemplificará esta idéia usando o caso do Brasil: a partir da década de 1860, a medida em que os saldos da balança comercial vão aumentando, cresce junto o serviço da dívida externa. De 50% sobre esse saldo, sobe para 99% na década seguinte. Entre 1902-1913 enquanto o valor das exportações sobe em 79,6% a dívida externa o faz em 144,6% e representa no ano de 1913, 60% do gasto público.

²⁸³ MARINI, R. M. *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*: 113.

²⁸⁴ Aqui devemos frisar uma característica do texto que será lembrada por seu autor. Ele é apenas uma apresentação inicial de um estudo, um roteiro para futuras pesquisas. É por esse motivo que não vemos longas apreciações empíricas, o que, compreendido os objetivos do texto, não representa problema algum.

²⁸⁵ MANDEL, E. *O capitalismo tardio*: 245; ver também CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*.

conceito de *intercâmbio desigual* perca sua validade. Apenas observa-se a alteração do papel e do lugar dos países dependentes em relação ao processo de acumulação mundial de capital.

Um outro conceito importante que é alinhavado é o de superexploração, sugerindo que nos países latino-americanos a principal fonte de extração de mais valia se dá pelo aumento da exploração do trabalho. Isso, ao mesmo tempo em que como produtor de bens primários esses países contribuem para o aumento da extração da mais-valia relativa nos países centrais.

A *Dialética da Dependência* prossegue apresentando primeiramente os conceitos centrais utilizados por Marini e que articulam todo seu pensamento para, ao final, buscar compreender o movimento mais recente do processo de reprodução ampliada do capital. Com a preocupação de não nos atropelarmos, achamos importante um olhar atento sobre cada um desses conceitos.

O primeiro a que dá tratamento é o de *intercâmbio desigual*. Este como vimos também em Mandel, seria o principal meio através do qual haveria transferência de valor dos países dependentes para os países centrais. Mas a idéia que Marini busca desenvolver é como através desta transferência nos países metropolitanos passou-se à predominância da mais-valia relativa. Esta

é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho.²⁸⁶

Difere, portanto da noção de produtividade e também de aumento da intensidade do trabalho.

Ao aumentar a produtividade, geram-se mais produtos, porém não mais valor. Normalmente o aumento de produtividade está ligado ao incremento tecnológico, com o objetivo de reduzir os custos de produção. O cálculo que deve ser feito pelo capitalista individualmente é se ele compensa com redução do gasto

²⁸⁶ MARINI, R. M. *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*: 113.

com força de trabalho o que ele terá de aumento de capital constante. A compensação virá também no aumento da oferta de produtos a um valor menor que o dos seus concorrentes, o que permitirá a obtenção de uma mais valia extraordinária.²⁸⁷ Como vimos no capítulo II, na medida em que essa inovação tecnológica se espalha, essa vantagem deixa de existir.

A mais-valia relativa, reafirma o autor, está diretamente ligada à desvalorização dos bens-salários,²⁸⁸ resultado, de uma forma geral, do aumento da produtividade do trabalho em escala sistêmica. Como antes mencionamos, a entrada da América Latina no mercado mundial teria contribuído para desenvolver o modo de produção *especificamente capitalista, que se baseia na mais-valia relativa.*²⁸⁹

A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribui a criar e que alcança seu auge na segunda metade do século XIX será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de sobrevivência. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão dos preços primários no mercado mundial) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo que o incremento da produtividade se traduza ali em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas.²⁹⁰

Esta citação inclui um outro aspecto do problema que é mencionado por Marini: o que ele vai descrever como *a depreciação dos preços primários no mercado mundial* ou em outras palavras, a deterioração dos termos de troca: o aumento da oferta de bens primários foi acompanhado pela redução dos preços desses produtos relativamente aos preços alcançados pelos produtos manufaturados. A razão deste desequilíbrio encontra-se para Marini no fato de que os países desenvolvidos, ao produzirem bens que os países dependentes não

²⁸⁷ Idem: 114.

²⁸⁸ Por bens-salários devemos compreender toda aquela mercadoria que está relacionada com a sobrevivência do trabalhador e de sua família. Entra no seu cálculo além do que podemos pensar usualmente – alimento, roupas, higiene, etc. – aquilo que Marini chama de *necessidades sociais*.

²⁸⁹ MARINI, R. M. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil: 115.

²⁹⁰ Ibidem.

produzem, podem vendê-los a um preço acima do seu valor.²⁹¹ Isto acarretaria uma transferência de parte do valor que os segundos produziram. Quando, por um acaso, por uso de tecnologia capital-intensiva, ocorre a redução do valor de um bem exportado por um país subdesenvolvido, podemos concluir, diz Marini, que esta transferência é dupla.

Achamos importante citar aqui duas coisas. A primeira, a de que na outra ponta do processo de intercâmbio, podemos ter a presença de oligopsônios que forcem justamente a diminuição do preço dos bens importados dos países dependentes. A segunda, reforçar a essência do intercâmbio desigual. Ela se fundamenta – e Marini deixará isso mais claro posteriormente –²⁹² justamente no fato de haver intercâmbio de mercadorias cujos valores são distintos, ou seja, o quantum de trabalho incorporado em cada uma delas é diferente.²⁹³ Ou seja, se é possível e correto perceber na variação de preços traços da ocorrência do intercâmbio desigual, sua explicação porém só pode ser dada quando pensada em termos de *valor*.

Cabe agora a pergunta: diante desses mecanismos de troca desigual, como se comportam as burguesias das economias dependentes? A resposta sugerida por Marini é a de que elas encontrariam no aumento da exploração do trabalho um mecanismo de compensação que permitiria o aumento da massa de valor disponível para a exportação. Para ele,

o problema que coloca o intercâmbio desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la a nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, com um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho [...] Dever-

²⁹¹ Ele leva em consideração um dos princípios da lei do valor, qual seja, o de que a troca se faz sempre entre equivalentes.

²⁹² MARINI, R. M. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil: 178.

²⁹³ Vide o capítulo 3.

se-ia observar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além do seu limite normal [...] implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente.²⁹⁴

Portanto, o que aparecia como mecanismo de compensação ao nível da esfera de circulação, é de fato um mecanismo que opera ao nível da produção interna.²⁹⁵ Justamente, ao buscar compreender este mecanismo Marini desenvolve o conceito de *superexploração*.

As três formas identificadas na citação acima configuram um modo de produção fundado no aumento da exploração do trabalhador. Isso seria coerente com o baixo nível das forças produtivas das economias latino-americanas, mas, sobretudo, pelo fato de que a atividade econômica mais importante estaria concentrada na produção de bens primários. Por ser uma atividade que se baseia no uso de tecnologias trabalho-intensivas elas possibilitam a diminuição da composição orgânica do capital o que por sua vez, afeta positivamente a taxa de lucro. Levando-se em conta a existência de grandes exércitos industriais de reserva nesses países e dada a baixíssima remuneração do trabalho, não compensaria para o capitalista, a introdução de tecnologias capital-intensivas.

Dadas as condições para submeter o trabalhador a tal situação, pode-se concluir que a execução dos três mecanismos descritos – o aumento da intensidade do trabalho, o aumento da jornada e a redução do consumo do operário além de seu limite normal –²⁹⁶ tem suas características essenciais:

no fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim o seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso

²⁹⁴ MARINI, R. M. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil: 123-124.

²⁹⁵ Idem: 123.

²⁹⁶ Para nós, de uma forma indireta, a diminuição do salário real seria um equivalente deste mecanismo. Para dar conta de receber o correspondente ao valor da sua força de trabalho, seria necessário prolongar a jornada de trabalho.

se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalhador se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho.²⁹⁷

Definidos ambos os conceitos, o próximo passo de Marini é no sentido de compreender

a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana [e assim,] iluminar o próprio fundamento de sua dependência em relação à economia capitalista mundial.²⁹⁸

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais e centrado então sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende, para sua realização da capacidade interna de consumo. Opera-se assim, do ponto de vista de país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo de capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é, a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias.²⁹⁹

Se nas economias industrializadas, o mercado interno cumpre um papel dinamizador fundamental, sendo a capacidade de consumo das classes trabalhadoras seu componente vital, nas sociedades agrário-exportadoras da América Latina não é assim que a coisa se dá. A separação entre as esferas do ciclo do capital, com a circulação se realizando fundamentalmente no mercado externo, faz com que o consumo individual do trabalhador não interfira na realização do produto. O resultado disso é a opção pelo sacrifício da capacidade de consumo individual do trabalhador e da constituição de um mercado interno, potencializando em compensação, os mecanismos já descritos de superexploração do trabalho.

Porém, se para as classes trabalhadoras ocorre o subconsumo, o mesmo não se pode dizer das classes dominantes que concentram a mais-valia não acumulada.

Dá-se, então origem a:

uma estratificação do mercado interno, que é também uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera *baixa*, em que participam os trabalhadores – que o sistema se esforça para restringir -, se baseia na produção interna, a esfera 'alta' de

²⁹⁷ MARINI, R. M. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil: 126.

²⁹⁸ Idem: 131.

²⁹⁹ Idem: 132.

circulação, própria dos não trabalhadores – que é a que o sistema tende a ampliar -, se entronca com a produção externa, através do comércio de importação.³⁰⁰

A contradição entre as esferas que compõem o ciclo do capital, sustentada pela superexploração do trabalho, incidirá de maneira decisiva nos rumos que tomará a economia industrial latino-americana, principalmente a partir do pós Segunda Guerra Mundial.

A compressão do consumo gerará uma indústria fraca que irá se expandir apenas quando as crises externas estimularem uma política de substituição de importações. Dedicada à produção de bens que não compõem o consumo popular - ou se o fazem é de forma muito restrita – a produção industrial existente independe das condições salariais dos trabalhadores. Isso, segundo Marini, tem duas sérias implicações econômicas: a primeira, por não compor as necessidades fundamentais para a manutenção da força de trabalho, os produtos manufaturados não determinam seu *valor*; e, a segunda, como esses produtos não são dirigidos para os estratos mais baixos da população, dá-se a formação de uma indústria de produção de bens suntuários que se baseia na superexploração.

Quando, porém, a oferta individual coincide com a demanda existente, para que se possa garantir a continuidade do processo de acumulação, surge a necessidade de se generalizar o consumo de manufaturados. Disso decorrem dois tipos de desdobramentos possíveis:

a ampliação do consumo das camadas médias, que se gera a partir da mais-valia não acumulada e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição *sine qua non* pra baratear as mercadorias.³⁰¹

Esses dois desdobramentos articulados geram um impasse que será solucionado de forma precária com a importação de tecnologia estrangeira para o aumento da produtividade do trabalho.

³⁰⁰ Idem: 135.

³⁰¹ Idem: 143.

Se por um lado havia das economias dependentes, a necessidade de importar capital, no mesmo período, surgia o interesse por parte das economias centrais em impulsionar nelas o processo de industrialização. Com a diminuição do tempo de rotação do capital fixo, são transferidos os equipamentos já considerados ultrapassados, ampliando assim o mercado para suas indústrias de bem de capital. A dependência ganha aqui uma nova dimensão.

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...] reservando para os centros imperialistas as etapas mais avançadas [...] e o monopólio da tecnologia correspondente.³⁰²

O progresso técnico, fundamentalmente aplicado nos ramos industriais orientados para o consumo da *alta esfera*, não pôde traduzir-se em mais lucro através da ampliação da taxa de mais valia, mas unicamente mediante o aumento da massa de valor, ou seja, da quantidade de produtos fabricados. Isso levará a um grande problema de realização. O recurso utilizado foi:

o de fazer intervir o Estado (através da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e ao financiamento ao consumo suntuário), assim como à inflação, com o propósito de transferir o poder de compra da esfera baixa à esfera alta da circulação; isso implicou em rebaixar ainda mais os salários reais, com o fim de contar com excedentes suficientes para efetuar a transferência de renda. Mas, na medida em que se comprime assim a capacidade de consumo dos trabalhadores, fecha-se qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender ao consumo popular.³⁰³

A estratificação que virá daí, tendo de um lado as *indústrias dinâmicas* e do outro as *tradicionais*, apenas refletirá a esfera da produção à esfera da circulação própria do capitalismo dependente.

Como resultado da sua própria dinâmica e mediante a impossibilidade de constituir um mercado interno, o capitalismo dependente dependerá da exportação para poder resolver seus problemas de realização dos produtos e garantir a manutenção do processo de acumulação de capital.

³⁰² Idem: 147.

³⁰³ Idem: 148.

De acordo com Marini, a expressão acentuada destas tendências no Brasil, na década de 60 (e podemos dizer que enquanto escrevia o texto, no início dos anos 70) o levou ao conceito de subimperialismo. Sem entrar na discussão, ele apenas apontará esta, como uma realidade que não é exclusividade brasileira. Sinteticamente ele apenas a resume como

a forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no âmbito do capitalismo dependente.³⁰⁴

Ao final, Marini resume a intenção do texto enquanto um roteiro para futuros trabalhos e a motivação ético-finalista que o mobilizava, bem como o seu horizonte intelectual e político.

Utilizar essa linha de análise para estudar as formações sociais concretas da América Latina, orientar esse estudo no sentido de definir as determinações que se acham na base da luta de classes que ali se desenvolve e abrir assim perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente. Esse é o desafio teórico que se coloca hoje aos marxistas latino-americanos. A resposta que dermos a ele influirá sem dúvida de maneira não desprezível no resultado a que chegarão finalmente os processos políticos que estamos vivendo.³⁰⁵

A crítica e a crítica de Fernando Henrique Cardoso

Em dezembro de 1972 Cardoso publica um pequeno texto na Revista da Flacso, com o título de *A Dependência Revisitada*. Este mesmo texto, curiosamente, foi republicado pelo menos outras três vezes, sofrendo algumas poucas alterações. A primeira em 1975, no Caderno Cebrap 11, sob o título *Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência*,³⁰⁶ a segunda, em 1976, em um livro organizado por Serra,³⁰⁷ com o mesmo título da edição anterior, sem, porém, fazer qualquer menção ao fato de já ter sido publicado; a terceira e última, em 1980 no livro *As idéias e seu lugar*, sob o título *A Dependência Revisitada*, quando menciona a

³⁰⁴ Idem: 151.

³⁰⁵ Idem: 151.

³⁰⁶ Ali, Cardoso não menciona em momento algum a existência de uma publicação anterior.

³⁰⁷ Ver SERRA, J (org.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*.

origem da primeira edição.³⁰⁸ Nosso interesse particular por esse texto dá-se justamente por ser nele que Cardoso explicita pela primeira vez abertamente suas diferenças com a *Dialética da Dependência*. Algo novo, nesta mesma direção, só surgirá em 1979 sob o título *As desventuras da dialética da dependência*³⁰⁹ escrito em conjunto com Serra no início do ano de 1978 e que será objeto de nossa atenção mais à frente.

Tomemos agora o primeiro texto.

Antes de analisarmos os argumentos que ele apresentará, Cardoso resume seu ponto de vista da seguinte maneira:

À tese que desejo indicar [...] insiste em que o novo caráter da dependência (depois da internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho que franqueia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes. Por certo, quando se pensa que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos, a idéia de que está ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico na periferia dependente (ou melhor, nos países da periferia que se industrializaram, pois não é possível generalizar o fenômeno) parece absurda. Mas não é este o entendimento marxista sobre o que seja desenvolvimento (ou acumulação) capitalista. Esta é contraditória, espoliativa e geradora de desigualdades. Nestes termos, não vejo como recusar o fato de que a economia brasileira ou mexicana estejam desenvolvendo-se capitalisticamente. Nem se alegue que existe apenas um processo de *crescimento*, sem alterações estruturais. A composição das forças produtivas, a alocação dos fatores de produção, a distribuição da mão-de-obra, as relações de classe estão-se modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura capitalista de produção.³¹⁰

Dito isso, afirmará a tese de que existe simultaneamente um processo de dependência e desenvolvimento capitalista, que mobilizará novos interesses e uma nova hegemonia, agora articulando os representantes das empresas estatais, das multinacionais e das nacionais a elas associadas. Pergunta-se então, como é

³⁰⁸ Não ignoramos que este livro foi reeditado recentemente. Seria um certo despropósito tomá-lo como uma nova publicação do texto.

³⁰⁹ SERRA & CARDOSO. *As desventuras da dialética da dependência*.

³¹⁰ CARDOSO, F. H. *Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência*: 383.

possível a manutenção desses laços de dependência quando há um processo interno de acumulação de capital? Deste ponto em diante ele inicia seu debate com as teses de Marini.

Após uma sucinta descrição do conceito de superexploração, Cardoso, sem antes fazer um elogio a construção conceitual de Marini,³¹¹ começa a discorrer sobre o que considera *alguns problemas não resolvidos*.³¹²

Para Cardoso, o capitalismo central dependeria da produção de mais-valia relativa e não *da base espoliativa fornecida pelas regiões exploradas*.³¹³ Mais a frente, porém, Cardoso reconhece o peso histórico das argumentações de Marini. Isso nos remete ao comentário que fizemos acerca da necessidade de localizar historicamente a argumentação da *Dialética da Dependência*. Até aqui poderíamos concordar com Cardoso, mesmo reconhecendo nele a ausência de uma maior generosidade para com os limites do texto declarados pelo próprio Marini.

O problema está no parágrafo seguinte, quando Cardoso transfere a lógica que expressaria o processo de reprodução ampliada do capital nos países centrais para os países dependentes. Para Cardoso, atribuir

o caráter de necessidade ao processo de exploração irrefreado da força de trabalho da periferia do sistema (convém mencionar que Marini não afirma categoricamente isto) para a acumulação nas economias centrais, leva a descaracterizar a especificidade do capitalismo industrial.³¹⁴

Citando Lênin, Cardoso sugere que este partia da suposição do papel *progressista* do capitalismo, provocando o desenvolvimento das forças produtivas e dinamizando as relações de produção em países como a Rússia. Assim, concluirá ele, deve-se cuidar para não confundir o papel histórico cumprido pela periferia no

³¹¹ Sobre a superexploração, Cardoso fala que embora *este mecanismo não seja desconhecido, o relacionamento das partes que o compõem é sugestivo e resultou numa contribuição importante*. Idem: 384.

³¹² Ibidem.

³¹³ Idem: 385.

³¹⁴ Ibidem.

período de acumulação primitiva com o funcionamento do capitalismo industrial e suas formas particulares de reprodução – a extração de mais-valia relativa.

Cardoso concluirá essa reflexão sugerindo que

convém focalizar a industrialização da periferia pela ótica do capital e do investimento, muito mais do que pela idéia de que o *capitalismo avançado* requer mão-de-obra superexplorada na periferia.³¹⁵

Sem querermos antecipar a polêmica, apenas julgamos necessário comentar que essa tese, a nosso ver, está correta em parte. O problema está em compreender qual é a forma que o processo de expansão das relações capitalistas de produção assume na periferia.

Durante os anos seguintes, como dissemos, não há novidades no debate entre esses dois cientistas sociais. Marini escreverá um posfácio ao *Dialética da Dependência* reafirmando suas posições e tratando mais detidamente as questões que por ventura teriam deixado margem à má interpretação.³¹⁶

É chegado o ano de 1979, quando é publicado o caderno *Estudos Cebrap* de número 23. Como dissemos, nele sai um texto redigido por Cardoso e Serra recolocando a polêmica com Marini.

Na leitura das *Desventuras da Dialética da Dependência*, chama a atenção não apenas os argumentos dos seus autores, mas também a forma como os desenvolvem. Um texto de difícil leitura, muitas vezes sem deixar claro a quem pertencia uma determinada opinião – se de seus proponentes ou do próprio Marini -³¹⁷ além de uma forma agressiva e deselegante de travar o debate científico (principalmente a quem se destinava até então alguns elogios). Theotonio dos

³¹⁵ Idem: 386.

³¹⁶ Apenas nos ressentimos de que na discussão com Cardoso, Marini não desenvolva o conceito de subimperialismo que, para nós, constitui o *ponto tenso* da sua formulação. Teremos a oportunidade de tratar rapidamente desse ponto mais a frente.

³¹⁷ Na sua resposta a Serra e Cardoso, *As razões do neodesenvolvimentismo*, Marini dará vários exemplos de opiniões e afirmações que não foram emitidas por ele e que apareceriam como tendo sido.

Santos lembrará e chamará a atenção para dois outros fatos: a não publicação da resposta de Marini a Cardoso e Serra no Cebrap, bem como do silêncio que se fez em torno da existência desta.³¹⁸ Lembremos que, em 1980, o que circula é o texto escrito por Cardoso em 1972. Estava em nossos planos para essa dissertação a reconstituição das possíveis discussões ocorridas no Cebrap em torno desse problema. Para nós, e isso é parte das nossas inferências, essa questão está diretamente relacionada com a disputa aberta em torno dos caminhos que seguiria não apenas a transição do regime militar, como também, o perfil das ciências sociais no Brasil.

Duas perguntas precisam ser perseguidas: a primeira, qual foi a motivação explicitada pelos autores das *Desventuras da Dialética da Dependência* e qual a lógica geral de seus argumentos? A segunda, que desenvolveremos no próximo ponto, é quais são as motivações subjacentes que nos ajudam a compreender esse suposto deslocamento, ou seja, o que foi que mudou?

O texto de Cardoso e Serra, buscava atingir todos aqueles que compartilhavam das interpretações presentes na *Dialética da Dependência*, mas focará suas críticas em Marini. Dividirão seu artigo de forma a atacar cada um dos conceitos centrais da sua elaboração: o intercâmbio desigual, o subimperialismo e a superexploração. E para dar o tom do que viria em seguida, falando das motivações imediatas que os impulsionavam, iniciam com um brado de guerra.

No caso em pauta – dos que se empenham por criar uma dialética da dependência – cremos que não falta a boa vontade generosa de alinhar a razão com o *bon cote* da humanidade. Falta isto sim, afinar o instrumental analítico e assentar as asas da razão menos na imaginação adulteradora e mais no movimento do real, escapando da repetição ou da novidade meramente verbal. Oxalá possamos neste artigo, senão propor alternativas (que seria pedir muito), pelo menos, colocar trancas que fechem falsas saídas. [...] interessa-nos criticar as explicações econômicas propostas porque elas, fundamentadas pobremente na teoria marxista, sugerem práticas políticas equivocadas. Se no plano da análise econômica os equívocos podem ser sanados pela crítica, as políticas inspiradas por essas mesmas análises podem levar a desastres

³¹⁸ SANTOS, T. dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*: 125.

cuja *correção* passa muitas vezes pelo sacrifício, até físico, de setores importantes de toda uma geração.³¹⁹

Ao justificarem sua opção por Marini, buscam sintetizar em poucas linhas o que seria na visão deles o seu pensamento:

De fato, Marini propôs ambiciosa teoria para explicar a dialética da dependência pela necessária superexploração do trabalho na periferia – fonte, para ele, de todo o intercâmbio desigual -, ligou tal teoria ao esgotamento do mercado interno e à estagnação provocadas pelo estilo de desenvolvimento em curso; sugeriu qual era a alternativa burguesa para sair do impasse – o subimperialismo – e, por implicação, mostrou que o dilema fascismo ou socialismo (colocado por Teotônio dos Santos entre outros) era teoricamente sustentável, na medida em que a superexploração requer a repressão e condiciona o desenvolvimento capitalista a moldes socialmente restritivos, os quais só poderiam ser rompidos através da Revolução socialista. Assim, a aurora revolucionária teria como incubadora o acicate da estagnação e da crise.³²⁰

Suas críticas terminam com a denúncia de que o pensamento de Marini passa do economicismo para o voluntarismo político suicida. Ao ancorar a revolução a um destino inexorável de estagnação do sistema, eles não abririam sua análise para aquilo que seria o determinante: a luta de classes e o conflito que se opera no interior de cada uma. Com isso, concluem os autores, Marini não estaria preparado para atuar em uma conjuntura em que era possível interferir e alargar as brechas abertas *pelas contradições que minam a coesão das classes dominantes*.³²¹

As razões do neodesenvolvimentismo – uma réplica sem tréplica

Em resposta a Serra e Cardoso, Marini construiu um texto intitulado *As Razões do Neodesenvolvimentismo*,³²² onde reafirma suas principais formulações e busca, acima de tudo, como sugere o próprio título, entender o que estava subjacente à iniciativa dos dois.

³¹⁹ SERRA & CARDOSO. As desventuras da dialética da dependência: 36.

³²⁰ Idem: 37.

³²¹ Idem: 78.

³²² O artigo *As razões do neodesenvolvimentismo* foi publicado a primeira vez na Revista Mexicana de Sociologia, em fins de 1978. O texto em português chegou ao público pela primeira vez apenas em 2000, como parte de uma coletânea dedicada à obra de Marini, organizada por Emir Sader.

Os autores das *Desventuras da Dialética da Dependência* partem de um ponto completamente diferente do de Marini. Eles não desenvolvem uma análise marxista da problemática a que esse se refere. Não se orientam pela aplicação da lei do valor, optando explicitamente por passar a sua margem.³²³ Mais ainda, alteram a arena intelectual que demarcava o debate entre os dependentistas em favor das concepções desenvolvimentistas, utilizadas justamente para questionar os conceitos de Marini. É por isso, acreditamos, a alcunha que acabam recebendo.

Ainda nos seus supostos deslocamentos em direção ao desenvolvimentismo, achamos importante ressaltar duas coisas: a primeira, atribuir a eles o uso do conceito de luta de classes. Como vimos no segundo capítulo da nossa dissertação, uma das características do pensamento cepalino é juntamente lidar com a cumplicidade e colaboração entre as classes sociais. A segunda, justamente relacionada com esta, lembrar que está na essência da crítica que a teoria da dependência faz aos desenvolvimentistas, a fundamentação exclusivamente economicista das suas teorias.

Quanto ao estagnacionismo³²⁴ em momento algum a leitura de Marini autoriza uma conclusão deste tipo. O que Cardoso e Serra não entendem é que, ao expandirem-se, as relações de produção capitalistas nos países dependentes articulam-se com reminiscências de relações de modos de produção passados, estruturando um todo complexo e integrado. Em decorrência, são as contradições advindas deste processo que bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas. Ora, isto não quer dizer, que estejamos falando aqui de estagnação, mas de um processo de desenvolvimento lento, profundamente contraditório e cujas

³²³ Por exemplo, ao discutir o problema do intercâmbio desigual, chegam a afirmar que *não entraremos aqui no problema da transferência de valor através do comércio exterior, assunto muito complicado que Marini dá, com ligeireza, por resolvido*. SERRA & CARDOSO. *As desventuras da dialética da dependência*: 49.

³²⁴ Acusação recorrente em CARDOSO, F. H. *Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência*; CARDOSO, F. H. *Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência*; CARDOSO, F. H.. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*; SERRA & CARDOSO. *As desventuras da dialética da dependência*.

conseqüências são descritas por Marini na *Dialética da Dependência*. Mais uma vez, nos remetendo aos desenvolvimentistas, devemos atribuir a eles a idéia da *estagnação*, tese muito divulgada depois dos golpes militares na América Latina e do fracasso das políticas de industrialização apresentadas e implementadas na região durante a década de 50.

Do estagnacionismo para o voluntarismo. A revolução não é o resultado de uma crise desencadeada pelo automatismo das contradições do sistema capitalista. Ela configura uma necessidade ético-moral e será fundamentalmente o resultado da ação consciente de muitos a partir, como bem citaram Serra e Cardoso, de uma análise do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial.

Trazendo para o campo do marxismo a discussão sobre o papel da política e a luta de classes, Marini subverte a lógica construída pelos autores das *Desventuras...* Para estes a política cumpre um papel determinante na compreensão dos desdobramentos de uma dada conjuntura. Para o segundo, é necessário compreender o terreno sobre o qual as classes se movem, ou seja, analisar as condições objetivas para que se possa chegar ao entendimento da dinâmica da que toma o conflito entre elas.

Em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Cardoso e Faletto já chamam a atenção para o problema da importância da questão política. Neste texto, ainda não uma questão *determinante*, porém aquela que poderíamos chamar de diferencial. Estaria, lado-a-lado da determinação estrutural. Como eles afirmam,

uma análise que não pode ser só estrutural, mas que tem de compreender também o modo de atuação das forças sociais em jogo, tanto as que tendem a manter o *status quo* como aquelas que pressionam para que se produza a mudança social [...] a interpretação só se completa, quando o nível econômico e o nível social têm suas determinações recíprocas perfeitamente delimitadas nos planos interno e externo.³²⁵

³²⁵ CARDOSO & FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*: 38.

O centro dessas polêmicas é, como sugere Marini, a tentativa de Cardoso e Serra de refutarem suas

análises sobre o caráter e as tendências do desenvolvimento capitalista recente no Brasil.³²⁶

Como desenvolvemos no capítulo anterior, os dados colhidos confirmam as interpretações fundamentais de Marini acerca da conjuntura brasileira em fins dos anos 70.

Nos parece, porém, que uma discussão mais aprofundada do conceito de *subimperialismo* se fazia necessária. Por conta dos limites do nosso trabalho, como explicitamos anteriormente, acabamos não desenvolvendo uma análise do conjunto da obra desses dois cientistas sociais. E neste caso em particular, mais do que ajudar, esse é um conceito que acaba dificultando a compreensão do método em Marini. Parece-nos que ele perde aqui um pouco da riqueza e do rigor dialético do seu método.

Partindo de uma leitura de Lênin, se o processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção em uma economia dependente resulta em um todo complexo no qual persistem reminiscências de antigos modos de produção – ainda que sob a *articulação* e iluminadas pelas primeiras – não é possível chegar ao conceito de *subimperialismo*. Mesmo havendo a formação de um capital financeiro autóctone, devemos lembrar que para Lênin esta é apenas uma das condições para o surgimento do imperialismo. Este seria o resultado da transformação da quantidade para a qualidade – do fato de que em *alguns países o capitalismo teria amadurecido excessivamente* e não por que a contradição engendrada pela convivência com relações originárias de modos de produção passados limitasse o desenvolvimento das forças produtivas.

³²⁶ MARINI, R. M. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil: 188.

Por fim, voltando a arena principal das discussões que organizaram nosso trabalho, devemos verificar por último uma questão central. De acordo com Marini, Cardoso

fez tudo para construir uma alternativa para a colaboração de classe entre a classe operária e a oposição burguesa, oposição que expressa hoje uma fração do grande capital que tenta impor sua hegemonia sobre o aparelho de Estado, no marco de um regime renovado, no figurino que a nova administração norte-americana batizou de democracia *viável* ou *governável* (isto é, restringida).³²⁷

Na lógica desta colaboração de classes, ainda de acordo com Marini, Cardoso trabalharia na perspectiva de um programa do tipo *socialista burguês*.³²⁸ Entendemos, porém, de forma diferente. Entendemos que Cardoso representa, no processo de transição do regime militar, um intelectual que expressa os pontos de vista de uma fração da burguesia associada ao grande capital estrangeiro. No texto que escreve sobre o papel dos empresários na *transição democrática*, sabe que não haveria possibilidade da constituição de uma hegemonia liberal naquele período.³²⁹ Sader tem razão ao afirmar que o papel fundamental que Cardoso desempenhou no período foi no sentido de atuar nos meios disponíveis para garantir as condições quer tornariam possível a configuração da citada hegemonia.³³⁰

É neste quadro que o artigo as *Desventuras da Dialética da Dependência* deve ser compreendido. A conjuntura já apontava para o processo de transição do regime militar. De um lado, uma parte dos setores oposicionistas - dentre eles um potencial candidato ao senado pelo MDB - negociava com os militares o formato que esta teria. Do outro lado, crescia a mobilização dos movimentos sociais que, como vimos, tencionavam controlar os rumos da abertura democrática. Em um quadro assim, um intelectual como: Marini - bem como o grupo ao qual fazia parte - representava uma ameaça.

³²⁷ Idem: 240.

³²⁸ Idem: 239-240.

³²⁹ CARDOSO, F. H. A questão da democracia.

³³⁰ SADER, E. Nós que amávamos tanto o capital: 104-105.

Cardoso usou dos meios que estavam a sua disposição para travar uma luta ideológica na qual foi vitorioso. O retorno tardio da maioria desses intelectuais fez encontrar uma situação já bastante consolidada com o advento da Nova República (1985 – 1990), presidida por José Sarney. No âmbito das Ciências Sociais, um quadro completamente novo no qual uma concepção hegemônica, de tradição anti-marxista, criou, como destacamos no final do capítulo 3, uma estrutura que de certa forma dificultou – se não impediu – uma forte reinserção destes cientistas sociais nas atividades de docência e pesquisa.

Conclusão

A pesquisa que realizamos propicia muitos desdobramentos e tem muitas implicações.

Nos limites do trabalho realizado as principais conclusões a que chegamos podem ser sintetizadas da seguinte forma:

a) há dois momentos distintos na crítica de Cardoso a *Dialética da Dependência* de Marini: o primeiro, expresso através da *Dependência Revisitada* de 1972; e, o segundo, através das *Desventuras da Dialética da Dependência*, escrito com Serra em 1978 e publicado no Brasil em 1979. No primeiro, Cardoso reconhece a *validade histórica* dos argumentos utilizados por Marini, tem uma compreensão de conjunto do texto muito *mais simpática* apesar da crítica particularmente dirigida a ele em relação ao conceito de *superexploração*. No segundo, Cardoso e Serra criticam tanto os conceitos como a *démarche* de Marini utilizando uma linguagem bastante agressiva com passagens de desqualificação intelectual e pessoal daquele autor. Como citamos no capítulo anterior, seus objetivos – à luz de seus projetos acadêmicos e políticos - era *colocar trancas que fechem falsas saídas*.³³¹

b) a forma como o debate foi travado, sem que a resposta apresentada por Marini às *Desventuras da Dialética da Dependência* fosse publicada no Brasil e novos artigos pudessem ser produzidos em torno do tema, afirma uma postura anticientífica, aquela cujo portador não está imbuído do compromisso com a *busca da verdade*.

c) as motivações para a mudança de tom na crítica a Marini podem ser explicadas quando localizamos o debate no interior da totalidade histórica da qual faz parte. O período que se abre a partir da segunda metade da década de 1970 no Brasil, com o esgotamento do modelo instalado pelo regime militar e o crescimento

³³¹ SERRA & CARDOSO. As desventuras da dialética da dependência: 36.

das manifestações de oposição vindas de vários setores e grupos sociais, levaram ao início do processo de transição *lenta, gradual e segura* em direção ao Estado de direito. Os ritmos e desenvolvimento da distensão estavam sendo negociados por representantes do regime e da oposição.

d) em 1978, o movimento sindical, a partir das greves no ABC paulista, entra em cena representando um componente de tensão para as negociações em andamento. Posteriormente esse lugar será ocupado com a criação do Partido dos Trabalhadores.

e) neste período de definições e indefinições, as ciências sociais vão se institucionalizando. Cria-se a Anpocs em 1977 a partir, pelos dados que conseguimos obter, de uma articulação muito próxima entre o Cebrap e o Iuperj. Através dela dá-se início à uma política de criação e consolidação de programas de pós-graduação em ciências sociais. Esta expansão se fez, como destaca Sorj, contra o pensamento de tradição marxista, resultando, com o passar do tempo, na constituição de uma dominância do pensamento antimarxista, pelo menos entre as afiliadas a esta Associação.

f) o debate entre Cardoso e Marini reflete justamente os impasses e as tensões colocadas nesta conjuntura. Tudo nos leva a crer que a mudança no tom da crítica feita ao autor de *Dialética da Dependência* nasce da preocupação com a influência que este poderia ter junto aos setores mais radicalizados dos movimentos sociais³³² ou remanescentes de organizações partidárias que se organizaram na clandestinidade durante a ditadura.

g) apesar de ter sido possível conceber alguns denominadores comuns para estabelecer a idéia de um *núcleo duro* da teoria da dependência, é forçoso

³³² Notadamente o movimento estudantil, que reorganizaria a União Nacional dos Estudantes em 1979. Quando Serra e Cardoso, comentando as análises de Marini falam *das políticas inspiradas por estas mesmas análises podem levar a desastres cuja correção passa muitas vezes pelo sacrifício, até físico, de setores importantes de toda uma geração* (Ibidem), estão inferimos nós, tratando dos jovens militantes das organizações clandestinas que combateram a ditadura militar na clandestinidade.

reconhecer que as *Desventuras da Dialética da Dependência* estabelecem um marco divisor em relação ao que se tinha, ao menos na *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. A arena comum é desfeita e com ela o que eram as antigas concordâncias e discordâncias. Agora, só restam as novas discordâncias.

h) Cardoso expressa, a partir da sua defesa das possibilidades do desenvolvimento das economias capitalistas dependentes neste novo marco de internacionalização do mercado, o ponto de vista de uma fração da burguesia associada ao capital estrangeiro. Para esta ainda não estavam dadas, naquela conjuntura, as condições para a construção de um projeto de hegemonia liberal. Mas ao mesmo tempo e apesar disso, seus representantes já se colocavam esse tipo de questão. A luta contra a *estatização da economia* tem um momento forte aí.³³³

i) o olhar de Marini está diretamente vinculado ao processo de radicalização da pequena burguesia universitária nos anos 60. Diverge, porém, dos rumos tomados pela maioria das organizações da esquerda brasileira que naquele período – notadamente final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 – caminharam para a luta armada. Ele parte do ponto de vista das classes trabalhadoras e mira o horizonte que se abre no sentido da realização dos seus interesses históricos.

j) o resultado desse processo foi inequivocamente a vitória momentânea do ideário político-ideológico ao qual se filia Cardoso. As condições nas quais o debate foi travado dava-lhe melhores condições para triunfar. O retorno ao Brasil do exílio mais de uma década antes de Marini, o grande acesso à imprensa que teve, o papel do CEBRAP naquele período em relação à consolidação das ciências sociais e o papel dirigente de Cardoso naquela instituição. Lembramos que à época, Cardoso era saudado pela mídia como o *Príncipe das Ciências Sociais no Brasil*, enquanto

³³³ CARDOSO, F. H. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro.

Marini nem ao menos tinha *Dialética da Dependência* – que passava da 10ª edição em diversos países do continente americano e europeu, editada em seu próprio país. Em suma: Fernando Henrique Cardoso soube bem utilizar os recursos que estavam a sua disposição para trabalhar na tentativa de consolidação de seu projeto acadêmico e político

Bibliografia

- ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 4ª ed., 1987.
- ALVES FILHO, Aluizio. A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia. *Comum - Revista das Faculdades Integradas Hélio Alonso*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 15, nov./dez. 2000: 86-118.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO - BID. Convenio constitutivo del Banco Interamericano de Desarrollo. 1996. <http://www.iadb.org/leg/Documents/Pdf/Convenio-Esp.Pdf>. Acesso em 2/4/2005.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.
- BÜCHER, Maryan. A indústria farmacéutica no Brasil e as teorias da dependência de Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso. *Achegas.net*, nº 24, jul./ago. 2005. <http://www.achegas.net>.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- _____. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. *Cadernos Cebrap*, nº 11, 1975: 23-47.
- _____. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. In: SERRA, José (org.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Estudos Latino-Americanos, vol. 5, 1976: 364-393.
- _____. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap, 1980.
- _____. A questão da democracia. In: KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Brasil: do Milagre à Abertura*. São Paulo: Cortez, 1983a: 103-119.
- _____. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 1, 1983b: 9-27.
- _____. e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 6ª ed., 1981.
- _____. Repensando Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: CARDOSO, Fernando Henrique; SORJ, Bernardo e FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK JQ*. São Paulo: Paz e Terra, Estudos Brasileiros, vol. 14, 2ª ed., 1978.
- _____. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILLI, Pablo. (org.) *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, Coleção A Outra Margem, 2000: 96-127.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado nacional e estado no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Universitária, Coleção Brasil – análise e crítica, 1978.

DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. In Memoriam. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 14, n° 40, jun. 1999: 5-7.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed. reorg. ampl., 1976.

_____. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, *Sociologia Brasileira* 7, 2ª ed., 1980.

_____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

_____. *Nova república?*. Rio de Janeiro: J. Zahar, Coleção Brasil: Os anos de autoritarismo, 1985.

FRANK, Andre Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: Repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

GERAQUE, Eduardo. Anpocs: Os caminhos da pós-graduação em ciências sociais. *JC e-mail*, 28 de outubro de 2003. <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=13857>. Acesso em 24/5/2005.

GERMANI, Gino. *Sociologia da modernização*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

_____. Secularizacion, modernizacion y desarrollo economico. In: ARBAT, Teresa Carenero (ed.). *Modernización, desarrollo político y cambio social*. Madrid: Alianza Editorial, 1992: 71-100.

GIARRACA, Norma. *La sociologia, Gino Germani y yo*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani da Facultad de Ciencias Sociales Universidad de Buenos Aires, [1993?]. http://www.iigg.fsoc.uba.ar/gg_epoc.htm#gia1. Acesso em 07/5/2005.

_____. *Gino Germani y su época: (a ochenta años de su nacimiento)*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani da Facultad de Ciencias Sociales Universidad de Buenos Aires, [1993?]. http://www.iigg.fsoc.uba.ar/gg_epoc.htm#gia1. Acesso em 7/5/2005.

GOLDENSTEIN, Lidia. *Repensando a dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GORDON, Lincoln. Oral history interview. Baltimore, 1969. Entrevista concedida a Paige E. Mulhollan em 10 jul. 1969.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, Série Temas, vol. 3, 6ª ed. 2. imp. rev. amp., 2003.

HOROWITZ, David. A aliança para o progresso. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Perspectivas do Capitalismo Moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, Biblioteca de Ciências Sociais, 1971: 237-266.

IANNI, Octávio. *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar: o colapso do "milagre econômico", a volta aos quartéis, a luta pela democracia*. São Paulo: Contexto, Coleção Repensando a História, 2001.

LENIN, Vladimir I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 2ª ed., s/ data.

LEONI, Brigitte Hersant. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LÖWY, Michael. Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais. In: LÖWY, Michael (org). *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975: 11-36.

_____. A significação metodológica da palavra de ordem: Socialismo ou barbárie. In: LÖWY, Michael (org). *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975: 116-125.

_____. *A evolução política de Luckacs: 1909-1929*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 14ª ed., 2000a.

_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 7ª ed., 2000b.

_____. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: LÖWY, Michael e BENSAD, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000c.

MANDEL, Ernest. A economia do neocapitalismo. In: PEREIRA, Luiz. *Perspectivas do capitalismo moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, Biblioteca de Ciências Sociais, 1971: 81-98.

_____. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, coleção Os Economistas, 1982.

_____. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1990.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 4ª ed., 1982.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. Memorial. Mimeo, 1990.

_____. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000: 11-104.

_____. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000: 105-165.

_____. As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000: 167-241.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do senhor Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2001. (Texto original de 1847).

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap, 4ª ed., 1981.

_____. A navegação venturosa (Introdução). In: OLIVEIRA, Francisco de (org.). *Celso Furtado: economia*. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 33, 1983.

PARSONS, Talcott. O conceito de sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. *Homem e sociedade*. São Paulo: C. Editora Nacional, 3ª ed. rev., 1966: 47-55.

_____. Os componentes dos sistemas sociais. In: CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. *Homem e sociedade*. São Paulo: C. Editora Nacional, 3ª ed. rev., 1966: 56-59.

PARSONS, Talcott et al. Papel e sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. *Homem e sociedade*. 3. ed. rev. São Paulo: C. Editora Nacional, 3ª ed. rev., 1966: 47-55.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Resolução do PC brasileiro. In: LÖWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 1ª ed., 1. reimp., 2000a: 197-200 (Resolução publicada em março de 1952).

_____. Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil. In: LÖWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 1ª ed., 1. reimp., 2000b: 223-226 (Resolução publicada em março de 1958).

PÊCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, Temas, Sociologia e política, vol.16, 1990.

PEREIRA, Luiz. Introdução. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Perspectivas do Capitalismo Moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971: 7-14

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, Biblioteca de ciências sociais, 6ª ed. aum., 1978.

SADER, Emir. Nós que amávamos tanto o capital. In: SADER, Emir. *O poder, cadê o poder?: ensaios para uma nova esquerda*. São Paulo: Boitempo, 1ª ed. 2ª reimp. 2001: 87-111.

SANTOS, Theotonio dos. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Perspectivas do Capitalismo Moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, Biblioteca de Ciências Sociais, 1971: 185-236.

_____. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. Dependência y cambio social. In: LÖWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 1ª ed. 1ª reimp., 2000b: 376-380.

SCHWARZMAN, Simon. A política de pós-graduação em ciências sociais. 1980. Trabalho apresentado ao simpósio sobre *A Política de Pós-Graduação da 1ª Conferência Nacional de Educação*, São Paulo, 1980. <http://www.schwartzman.org.br/simon/polpg.htm>. Acesso em 22/5/2005.

SERRA, José e CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. *Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 23, 1979: 33-80.

SINGER, Paul. *A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1977.

_____. *Curso de introdução à economia política*. Rio de Janeiro: F. Universitária, 12ª ed., 1989.

_____. As contradições do milagre. In: KRISCHKE, Paulo J (org.). *Brasil: do Milagre à Abertura*. São Paulo: Cortez, 1983: 5-22.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). *O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, série O Brasil Republicano, vol. 4, 2003: 245-282.

WASHINGTON, U.S. GOVT. PRINT. OFF. Act of Bogotá. Washington, 1972. <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/intdip/interam/intam08.htm>. Acessado em 2/4/2005.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, [199-?].

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)